



UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO – MESTRADO EM LETRAS
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO, ARTES E LETRAS



MARGARIDA STEFANE PEDROSO

**ENTRE FRONTEIRAS E MEMÓRIAS TRAUMÁTICAS:
TESTEMUNHOS DE MULHERES LATINO-AMERICANAS EXILADAS**

Dourados – MS

2025



P372e Pedroso, Margarida Stefane

Entre fronteiras e memórias traumáticas: testemunhos de mulheres latino-americanas exiladas
[recurso eletrônico] / Margarida Stefane Pedroso. -- 2025.

Arquivo em formato pdf.

Orientador: Paulo Bungart Neto.

Dissertação (Mestrado em Letras)-Universidade Federal da Grande Dourados, 2025.

Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:

<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1. Memorialística latino-americana. 2. Mulheres exiladas. 3. Depoimentos. 4. Ditadura militar. I.
Bungart Neto, Paulo . II. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO – MESTRADO EM LETRAS
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO, ARTES E LETRAS



MARGARIDA STEFANE PEDROSO

**ENTRE FRONTEIRAS E MEMÓRIAS TRAUMÁTICAS:
TESTEMUNHOS DE MULHERES LATINO-AMERICANAS EXILADAS**

Dissertação submetida ao Exame de Defesa no Programa de Pós-Graduação em Letras – Área: Literatura e Práticas Culturais - da Faculdade de Comunicação, Artes e Letras da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Letras.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Bungart Neto

Dourados – MS

2025



BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Paulo Bungart Neto (UFGD-MS) – Presidente/Orientador

Profa. Dra. Waleska Rodrigues de Matos Oliveira Martins (UFRB-BA) – Membro titular externo

Profa. Dra. Geovana Quinalha de Oliveira (UFMS-MS) – Membro titular interno

Prof. Dr. Eudes Fernando Leite (FCH-UFGD-MS) – Membro suplente externo

Profa. Dra. Rosana Cristina Zanelatto Santos (UFMS-MS) – Membro suplente interno

Dourados-MS, 25 de fevereiro de 2025.

À minha família, o bem maior.

AGRADECIMENTOS

O primeiro agradecimento deve ser para quem mais nos inspira, portanto, agradeço a Jesus, a personificação do amor e de uma luta por igualdade para todo o ser vivente sobre a face da terra. Sem ele, seria impossível conhecer a Deus, a grande força criadora do universo e tudo o que nele há, a quem agradeço pelo dom da vida e pela capacidade e força que tem me dado para realizar mais este sonho.

À minha família, meu muito obrigada, pois sem seu apoio e suporte, jamais estaria aqui conseguindo colocar mais um tijolinho na construção da minha vida acadêmica. Mãe, pai e “maninho”, sem vocês nada disso seria possível, vocês são minha força e minha motivação para nunca desistir.

Também agradeço ao meu orientador, por toda a paciência, compreensão, respeito, humanidade, empatia e por trilhar esse caminho primeiro para que pudesse guiar a todos os seus orientandos nessa construção de saberes.

À banca examinadora, agradeço a disponibilidade, a leitura minuciosa e cuidadosa, bem como todas as sugestões e contribuições a esse trabalho, que não é apenas uma pesquisa, mas a realização de um sonho.

Aos professores do mestrado, por trazerem temas tão importantes e por todo aporte que têm fornecido aos alunos durante a pós-graduação, meu muito obrigada.

E agradecer, por fim, a todos que contribuíram direta ou indiretamente para a realização desse trabalho.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO – MESTRADO EM LETRAS
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO, ARTES E LETRAS



*Your sister I am
for those issues of fog
and aim
since you put my screams into words
and if I keep talking like this
against the rain
it's because there are butterflies
stubborn in not dying now¹*

(María Gravina Telechea. “Since”, 1988, p. 203)

¹ “Sua irmã eu sou / para aquela neblina de problemas / e objetivo /desde que você colocou meus gritos em palavras / e se eu continuo falando assim / contra a chuva / é porque há borboletas / teimando em não morrer agora” (Tradução nossa).



PEDROSO, Margarida Stefane. *Entre fronteiras e memórias traumáticas: testemunhos de mulheres latino-americanas exiladas*. 152f. Dissertação (Mestrado em Letras – Área de concentração: Literatura e Práticas Culturais). Programa de Pós-Graduação em Letras (Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD). Dourados-MS, 2025.

RESUMO

A dissertação investiga os testemunhos de mulheres latino-americanas exiladas durante as ditaduras militares ocorridas no século XX. O objetivo principal é contextualizar, apresentar e dialogar com esses relatos, enfatizando o impacto do exílio em suas vidas, bem como a relevância de seus depoimentos como formas de resistência, reconstrução identitária e fortalecimento da memória coletiva sobre essa experiência traumática. As obras centrais analisadas são, sobretudo, *Memórias das mulheres do exílio: Depoimentos* (1980) e *You can't drown the fire: Latin American women writing in exile* (1988). Esses textos oferecem uma ampla variedade de perspectivas sobre a vivência no exílio, explorando depoimentos, entrevistas, cartas e outras formas de expressão. A fundamentação teórica do estudo abrange diversos tópicos: as ditaduras, discutidas a partir das obras de Bethell (1997), Gaspari (2002) e Rosenmann (2013); o exílio, sob a ótica de Sznajder e Roniger (2009), Viñar e Viñar (1992), Rollemberg (1999) e Rabêlo e Rabêlo (2001); e a memória e o esquecimento, com contribuições de LExcellent (2019), Atkinson e Shiffrin (1977), Izquierdo (2010) e Halbwachs (1990). Além disso, o estudo sobre o gênero testemunhal e a autobiografia é embasado por autores como Salgueiro (2012), Seligmann-Silva (2003) e Lejeune (2008). Com uma abordagem interdisciplinar, a pesquisa amplia a compreensão das implicações sociais, políticas e psicológicas do exílio. Sua relevância reside na análise do impacto do exílio proveniente das ditaduras militares na América Latina, com ênfase na subjetividade feminina e na construção da memória histórica e coletiva, oferecendo uma contribuição significativa para os estudos de gênero, memória e direitos humanos.

PALAVRAS-CHAVE: Memorialística latino-americana; mulheres exiladas; depoimentos; ditadura militar.

ABSTRACT

The dissertation investigates the testimonies of Latin American women exiled during the military dictatorships of the 20th century. The main objective is to contextualize, present and dialogue to these reports, emphasizing the impact of exile on their lives, as well as the relevance of their testimonies as forms of resistance, identity reconstruction and strengthening of the collective memory of this traumatic experience. The central works analyzed are *Memórias das mulheres do exílio: Depoimentos* (1980) and *You can't drown the fire: Latin American women writing in exile* (1988). These texts offer a wide range of perspectives on the exile experience, exploring testimonies, interviews, letters and other forms of expression. The theoretical framework of the study covers various topics: dictatorships, discussed through the works of Bethell (1997), Gaspari (2002), and Rosenmann (2013); exile, through the lens of Sznajder and Roniger (2009), Viñar and Viñar (1992), Rollemberg (1999), and Rabêlo and Rabêlo (2001); and memory and forgetting, with contributions from LExcellent (2019), Atkinson and Shiffrin (1977), Izquierdo (2010), and Halbwachs (1990). Additionally, the study of testimonial literature and autobiography is based on authors such as Salgueiro (2012), Seligmann-Silva (2003), and Lejeune (2008). With an interdisciplinary approach, the research broadens the understanding of the social, political and psychological implications of exile. Its relevance lies in analyzing the impact of the exile caused by military dictatorships in Latin America, with a focus on female subjectivity and the construction of historical and collective memory, offering a significant contribution to gender studies, memory and human rights.

KEYWORDS: Latin American memoirs; exiled women; testimonies; military dictatorship.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO 1:	
DA DITADURA AO EXÍLIO: RAÍZES HISTÓRICO-POLÍTICAS.....	14
1.1 Contexto histórico: ditaduras na América Latina.....	17
1.2 O que é o exílio, sua origem e porque não deve se repetir.....	31
CAPÍTULO 2:	
DAS REMINISCÊNCIAS INDIVIDUAIS À LITERATURA TESTEMUNHAL: A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA COLETIVA.....	50
2.1 A construção da memória: do individual ao coletivo.....	52
2.2 Literatura testemunhal: definição, origem e impacto na sociedade.....	64
CAPÍTULO 3:	
A VOZ FEMININA NO EXÍLIO: ESCRITA, MEMÓRIA E RESISTÊNCIA.....	81
3.1 A escrita de autoria feminina como ato de resistência.....	83
3.2 You can't drown the fire: identidade e resistência.....	91
3.3 Memórias das mulheres do exílio: reconstruindo a história coletiva.....	119
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	141
REFERÊNCIAS.....	146

INTRODUÇÃO

*In memory of those who were exiled from life
So they rest in peace
their bones nurturing their motherland,
their souls nurturing
our fight²*

(Alicia Partnoy, 1988, p. 8)

O desejo de estudar algo latente na atualidade remonta a 2018, quando, em meio a um cenário político polarizado, a exaltação da ditadura militar voltou a ganhar espaço no discurso público. Nessa época, temas como exílio, machismo e misoginia passaram a ser revistos por uma parcela da população sob uma ótica distorcida, sendo enaltecidos por alguns como ideais de um passado que supostamente deveria ser resgatado.

Esse contexto reacendeu discussões sobre direitos humanos, opressão política e silenciamento de vozes dissidentes, despertando a necessidade de revisitar e reavaliar esses eventos históricos sob uma perspectiva crítica. Trabalhar com tais temas, portanto, se torna ainda mais relevante, pois o estudo das memórias traumáticas de regimes autoritários e suas consequências para a sociedade contemporânea oferece ferramentas fundamentais para a compreensão e o enfrentamento dos desafios democráticos atuais, além de reafirmar o papel da memória na luta contra a opressão e a desigualdade.

No primeiro capítulo, tratamos da contextualização histórica, oferecendo uma visão geral dos contextos político e social que levaram ao surgimento das ditaduras na América Latina, com foco em uma compreensão abrangente do conceito de ditadura. Em seguida, apresentamos uma linha temporal de alguns dos golpes civil-militares mais marcantes na América Latina, destacando não apenas os eventos, como também as forças internas e externas que os motivaram.

Essa linha cronológica permitirá uma reflexão crítica sobre o modo como as elites locais e as potências estrangeiras, notadamente os Estados Unidos (Bethell, 1997, p. 17-22), colaboraram na derrubada de governos democraticamente eleitos, resultando em regimes que restringiam direitos e liberdades em nome de uma fantasiosa “segurança nacional”.

Além disso, faremos uma análise das consequências dos golpes para as sociedades latino-americanas, destacando os impactos duradouros sobre a estrutura social, econômica e política desses países. As ditaduras não apenas instauraram uma cultura de medo e vigilância,

² “Em memória daqueles que foram exilados da vida / Então eles descansam em paz / seus ossos nutrindo sua pátria, / suas almas nutrindo / nossa luta”. (Tradução nossa)

elas também promoveram profundas transformações nas economias locais, na maioria das vezes alinhando-as aos interesses neoliberais estrangeiros. Também discutiremos a relação entre esses regimes e a violação sistemática dos direitos humanos, evidenciada pelo desaparecimento de opositores, torturas e execuções arbitrárias.

Após a contextualização, abordamos o fenômeno do exílio, analisando suas causas e consequências tanto para os indivíduos que o vivenciaram quanto para as sociedades dos países que sofreram com regimes autoritários. O exílio, frequentemente forçado como resultado da repressão política e perseguição ideológica, representa uma das formas mais dolorosas de desarraigamento. Para aqueles que foram obrigados a fugir, trata-se de uma experiência de perda profunda: a perda da pátria, da convivência com familiares e amigos, de uma identidade cultural enraizada e de uma vida construída ao longo de anos. Este deslocamento involuntário rompe os laços territoriais e afeta a psique de pessoas exiladas, levando a traumas difíceis de superar.

O exílio, além de ser uma estratégia de sobrevivência para muitos perseguidos, carrega um legado de dor, resistência e transformação. Por um lado, é marcado pela dor do desterro e das inúmeras dificuldades de adaptação em terras estrangeiras, onde as exiladas frequentemente enfrentam a hostilidade, a xenofobia e o isolamento. Por outro lado, é também um espaço de resistência, em que os indivíduos, apesar da distância, mantêm vivas suas identidades políticas e culturais e continuam a lutar contra os regimes opressores, muitas vezes criando redes internacionais de solidariedade e disseminando a verdade sobre as violações dos direitos humanos em seus países de origem.

Sendo assim, é essencial lembrar os efeitos dramáticos do exílio para que possamos evitar que se repitam no futuro. Ao longo deste capítulo, destacamos a necessidade de preservar a memória e a história dessas experiências como forma de fortalecer a democracia e os direitos humanos. A lembrança das exiladas não é somente uma homenagem a quem sofreu e resistiu, mas um alerta para as gerações futuras sobre os perigos da intolerância política e da repressão.

As histórias daqueles que foram forçados ao exílio devem ser contadas e registradas, não apenas para fazer justiça a esses indivíduos, mas também para garantir que as sociedades contemporâneas compreendam as consequências destrutivas do autoritarismo. Preservar essas memórias é uma forma de assegurar que tais violações nunca mais voltem a ocorrer, reforçando o compromisso com a justiça, a paz e o respeito às liberdades fundamentais.

O segundo capítulo aborda as complexidades da memória, começando pela sua compreensão fisiológica. Exploramos como a memória funciona no cérebro, destacando as

principais áreas envolvidas, que desempenham papéis essenciais na formação, armazenamento e recuperação de memórias. Discutiremos também os mecanismos do esquecimento que podem ser uma função adaptativa do cérebro, auxiliando na filtragem de informações irrelevantes e no alívio de traumas. Nessa parte, será crucial entender como os processos de retenção e esquecimento interagem, revelando a complexidade por trás daquilo que lembramos ou deixamos de lembrar.

Em seguida, o enfoque recai sobre a teoria da memória coletiva desenvolvida por Maurice Halbwachs, que explica como as lembranças não são apenas individuais, mas também moldadas pela sociedade e pelo ambiente cultural. A memória coletiva é influenciada por marcos históricos, traumas sociais e narrativas compartilhadas, sendo preservada por meio de documentos, livros, monumentos e outros materiais escritos. Esses materiais desempenham um papel fundamental na construção e manutenção da memória, servindo como âncoras para eventos passados e ajudando a criar uma identificação.

Na segunda parte do capítulo, mergulhamos no estudo do gênero testemunhal, um campo que trata dos relatos de indivíduos que vivenciaram diretamente eventos traumáticos, como perseguições políticas, guerras e exílios. Começamos com a definição de “testemunha”, distinguindo-a de outras formas de narrativas históricas e literárias. A testemunha é aquela que fala a partir de uma experiência vivida, carregando a responsabilidade de transmitir uma verdade subjetiva, muitas vezes marcada pela dor e pela violência. Diferentemente do discurso histórico, que busca a objetividade e a verificação dos fatos, o testemunho oferece uma perspectiva pessoal e emocional, trazendo à tona aspectos que podem ser esquecidos ou ignorados pela historiografia oficial.

Discutimos também a importância política, histórica e social do testemunho. Relatos testemunhais têm a capacidade de iluminar experiências silenciadas, sendo muitas vezes uma forma de resistência contra a opressão e o apagamento histórico. Eles permitem que as vozes dos marginalizados, especialmente aqui as de mulheres exiladas e vítimas de regimes autoritários sejam ouvidas e reconhecidas, contribuindo para a preservação da memória e para a construção de uma sociedade mais justa e consciente de seu passado.

Já no terceiro capítulo discute-se a escrita de autoria feminina e sua importância ao longo do tempo, explorando como as mulheres têm utilizado a escrita como forma de expressão, resistência e denúncia, especialmente em contextos de opressão e marginalização. A escrita de autoria feminina, historicamente silenciada ou subestimada, tem se consolidado como uma ferramenta poderosa de construção de identidade, de reivindicação de direitos e de registro de experiências que muitas vezes foram invisibilizadas pela narrativa dominante. Ao

analisar a trajetória da escrita feminina, destacamos como, ao longo dos séculos, as mulheres romperam com as barreiras impostas pelo patriarcado, transformando suas vivências e subjetividades em literatura e testemunho histórico.

Na sequência, dialogamos com alguns textos selecionados do livro *You can't drown the fire: Latin American women in exile* (Partnoy, 1988), que também reúne histórias de mulheres que foram forçadas a deixar seus países de origem devido à perseguição política. Alicia Partnoy, sobrevivente da repressão militar argentina, organizou a coletânea com o intuito de dar visibilidade à força e à resiliência das mulheres latino-americanas exiladas sobretudo na Europa e nos Estados Unidos.

Ao revisitar os textos da coletânea (como se verá, composta por vários gêneros textuais), observamos como o exílio não apagou o desejo dessas mulheres de lutar por justiça e liberdade, ao contrário, muitas vezes fortaleceu suas convicções políticas e solidificou suas redes de apoio e resistência, tanto nos países de origem quanto em seus novos lares.

Por fim, partiremos para o diálogo com livro de depoimentos e entrevistas *Memórias das mulheres do exílio* (Costa et al., 1980), uma obra pioneira que reúne relatos de mulheres latino-americanas que viveram o exílio forçado durante as ditaduras militares. O livro oferece uma visão íntima e pessoal dos traumas vividos por essas mulheres e também lança luz sobre o papel da resistência feminina no enfrentamento da repressão.

Através de suas vozes, podemos perceber como o exílio impactou suas vidas de maneiras distintas em relação aos homens, sendo que, além da repressão política, elas enfrentavam também as opressões de gênero, como o machismo e a misoginia. A obra revela como as mulheres reconfiguraram suas identidades e resistiram, tanto como exiladas políticas quanto como mulheres que lutavam pela própria sobrevivência e autonomia em um contexto de profunda adversidade.

O foco dos subcapítulos 3.2 e 3.3 será a fala das mulheres, bem como expor e dialogar com o que elas dividiram com o mundo, isso permitirá compreender o exílio sob uma perspectiva de gênero, destacando as especificidades das experiências das mulheres e sua capacidade de transformar a dor e a perda em narrativas potentes de sobrevivência e mudança social. O capítulo evidenciará a importância desses testemunhos femininos para a memória coletiva e para a história da resistência contra as ditaduras na América Latina, reafirmando o papel crucial da escrita feminina como um legado político e cultural significativo.



CAPÍTULO 1:
DA DITADURA AO EXÍLIO: RAÍZES HISTÓRICO-POLÍTICAS

*Mais do que a partida
o que dói é a volta,
quando você não sabe, ao certo,
se está voltando
ou outra vez partindo.*

(José Maria Rabêlo, 2001, p. 19)

Para compreender as complexidades das ditaduras que assolaram a América Latina no século XX, é essencial começar com uma definição clara e abrangente do termo “ditadura”, como fornecido pelo dicionário moderno Michaelis (2024). A definição destaca as características centrais de um governo ditatorial: a tomada do poder político de forma autoritária, muitas vezes com o apoio das Forças Armadas, desrespeitando as leis vigentes, suprimindo a democracia e restringindo as liberdades individuais. Essa definição serve como base para explorar os desdobramentos históricos e sociais que as ditaduras provocaram em diversos países da região.

Os movimentos civil-militares que ocorreram na América Latina, especialmente durante a segunda metade do século XX, enquadram-se em quase todas as características mencionadas na definição acima. Esses regimes foram marcados por golpes de estado, frequentemente instigados ou executados pelas Forças Armadas, que instalaram ou apoiaram governos autoritários. Em muitos casos, presidentes civis serviam como meros fantoches, controlados por militares e elites políticas que moldavam o governo de acordo com seus interesses.

Além disso, a influência externa, especialmente dos Estados Unidos durante a Guerra Fria (Bethell, 1997, p. 17-22), desempenhou um papel significativo na manutenção desses regimes. O apoio norte-americano a ditaduras na América Latina foi justificado como uma medida para conter o avanço do “perigo comunista”, e resultou no fortalecimento de governos autoritários e na repressão de movimentos populares em toda a região.

A análise das ditaduras latino-americanas deve, portanto, levar em conta tanto as particularidades de cada país quanto os elementos comuns que conectam essas experiências. A primeira parte deste capítulo abordará os casos de El Salvador, Uruguai, Argentina, Colômbia, Guatemala, Bolívia, Brasil e Chile, fazendo com que seja possível entender melhor os impactos profundos e duradouros que tais regimes autoritários tiveram na história, sociedade e cultura da América Latina. A escolha desses países está ligada diretamente aos testemunhos, cartas e entrevistas presentes nos livros *corpus*.

Um dos aspectos comuns entre essas ditaduras foi o exílio de opositores políticos, intelectuais, artistas e outros que se opunham ao regime. O exílio forçado levou a uma diáspora de talentos e vozes críticas, que buscaram refúgio em países democráticos. Contudo, muitos desses exilados continuaram a lutar pela liberdade de seus países a partir do exterior, mantendo viva a resistência contra os regimes opressores.

O contexto histórico é essencial para compreendermos a profundidade das experiências vividas e narradas pelas mulheres nas obras *You can't drown the fire: Latin*

American women in exile (Partnoy, 1988); e *Memórias das mulheres do exílio* (Costa et al., 1980). Ambas as obras emergem de períodos de ditaduras brutais na América Latina, que impuseram um regime de terror e repressão, especialmente contra aqueles que ousaram desafiar o poder estabelecido. As mulheres que contribuíram para esses livros não apenas enfrentaram a opressão de estados autoritários, mas também experimentaram a dupla marginalização: como opositoras políticas e como mulheres.

As memórias do exílio registradas nesses textos transcendem a mera documentação histórica, pois estão impregnadas de dor, saudade e uma sensação de perda irreparável. O exílio, como uma forma de repressão, visava não somente o silenciamento político, bem como o desmantelamento do tecido social e emocional dos indivíduos. Ao serem forçadas a deixar suas pátrias, essas mulheres foram despojadas de seus laços culturais, familiares e sociais, o que é uma forma extrema de desumanização.

Adorno (2003) sublinha que experiências traumáticas não podem ser narradas como aventuras, destacando a intransmissibilidade completa da dor e do medo que acompanham esses eventos.

[...] Basta perceber o quanto é impossível, para alguém que tenha participado da guerra, narrar essa experiência como antes uma pessoa costumava contar suas aventuras. A narrativa que se apresentasse como se o narrador fosse capaz de dominar esse tipo de experiência seria recebida, justamente, com impaciência e ceticismo. Noções como a de “sentar-se e ler um bom livro” são arcaicas. Isso não se deve meramente à falta de concentração dos leitores, mas sim à matéria comunicada e à sua forma [...] (Adorno, 2003, p.56).

Esse conceito é vital para entender a profundidade do sofrimento que perpassa os relatos dessas mulheres. A narrativa do trauma de exílio, assim como a narrativa dos sobreviventes da guerra, não é apenas um relato de eventos históricos, mas uma tentativa de dar voz ao indizível, àquilo que escapa da linguagem comum e requer uma sensibilidade especial para ser compreendido.

Na segunda parte deste capítulo, a análise do exílio e de suas complexas implicações se faz necessária para expor como essa prática destituiu quem é exilado de suas posses materiais e de sua identidade e de sua rede de apoio emocional. O exílio é, portanto, uma estratégia de dominação que visa enfraquecer o indivíduo e a resistência coletiva, desmantelando comunidades e espalhando o medo e a desolação entre aqueles que permanecem e aqueles que partem.

Os dois livros que compõem o *corpus* dessa pesquisa revelam que, para essas mulheres, o exílio foi uma experiência de fragmentação, em que as perdas materiais eram apenas o início de uma série de perdas mais profundas: a desconexão com o próprio país, a separação de entes queridos e o rompimento de suas vidas como anteriormente conheciam. O exílio não apenas implicou uma mudança física de território, mas também uma profunda desintegração de sua identidade e estrutura social. As mulheres enfrentaram a difícil tarefa de reconstruir suas vidas em um novo contexto, muitas vezes marcado pela marginalização e pelo desconhecimento de suas culturas e histórias pessoais, bem como a necessidade premente de se adaptarem a novos países e idiomas desconhecidos.

Além das perdas materiais e emocionais, essas obras revelam o impacto psicológico prolongado pelo exílio. A sensação de deslocamento e a luta para encontrar um novo sentido de pertencimento moldaram suas experiências, gerando uma complexa teia de traumas individuais e coletivos.

1.1 Contexto histórico: ditaduras na América Latina

Quando o tema das ditaduras militares é evocado, torna-se praticamente impossível não remontar toda a trajetória histórica que culminou na ascensão desses regimes autoritários, especialmente ao considerar o contexto das grandes guerras mundiais e seus desdobramentos. Essas guerras não apenas reconfiguraram o equilíbrio de poder global, mas também plantaram as sementes para a polarização ideológica que marcaria o século XX.

As ditaduras militares, em particular, surgiram em um cenário de tensão exacerbada entre diferentes visões de mundo, onde a luta por hegemonia política e econômica frequentemente levou à supressão das liberdades individuais e à implementação de regimes de controle severo. Cada regime, ao se consolidar, construiu uma narrativa própria para justificar suas ações e legitimar seu poder.

Nessas circunstâncias, a verdade histórica se torna um campo de batalha em si mesma. O que para uns é visto como defesa da nação e manutenção da ordem, para outros é uma história de repressão, violência e silenciamento de vozes dissidentes. A história, portanto, não é monolítica; ela é composta por múltiplas versões e perspectivas, cada uma moldada pelos interesses, ideologias e experiências daqueles que a relatam.

Diante disso, surge a necessidade de questionar: qual é a verdade por trás de cada ato formulado pelos agentes envolvidos nesses eventos? Em que medida as narrativas oficiais refletem os acontecimentos reais, e até que ponto elas são distorções ou simplificações

convenientes para aqueles que estão no poder? Este é o dilema central que desafia historiadores, jornalistas e a sociedade em geral: navegar entre diferentes versões dos fatos para tentar desvendar uma verdade mais completa e, por vezes, desconfortável.

Esse duelo entre versões transforma a história em uma arena de disputas ideológicas, onde cada lado tenta impor sua visão como a verdade irrefutável que todos devem aceitar. A busca pela verdade histórica, portanto, não é apenas uma investigação dos fatos, mas também um esforço contínuo para desconstruir narrativas consolidadas e dar voz às múltiplas histórias que compõem o passado humano.

O que não é diferente no processo gerador das ditaduras na América Latina, em que de um lado temos os Estados Unidos da América (EUA) como grande influenciador e, do outro, quem sofreu a influência direta, ou seja, as recém-nascidas “semidemocracias”, como pontua Bethell no trecho:

Por tanto, incluso en los períodos democráticos sería más fiel a la realidad calificar a muchos países latinoamericanos de semidemocráticos, en vez de plenamente democráticos, debido a las limitaciones impuestas al constitucionalismo, a la competencia o a la participación, sin olvidar el fraude y la manipulación electorales³ (Bethell, 1997, p. 17).

Essa perspectiva de uma semidemocracia é certamente um dos fatores que culminaram na facilidade da implementação das ditaduras civis-militares na maior parte dos países latino-americanos, levando em consideração as diversas práticas fraudulentas e manipulações de eleições que se deram no embate pela tomada de poder.

O final do século XIX e todo o século XX compuseram um período de intensa instabilidade política na América Latina, marcada por conflitos internos, influências externas e crises econômicas, pois, de acordo com Bethell (1997, p. 20), “el marco constitucional norteamericano fue decisivo en la planificación de las instituciones básicas del gobierno republicano en los nuevos estados”⁴.

Ainda segundo Bethell (1997, p. 20), foi a grande preocupação com a possível tirania de um governante o fato que levou os latino-americanos a adotarem um governo presidencialista, bem como o modelo que separava os três poderes (Executivo, Legislativo e

³ “Por isso, mesmo nos períodos democráticos, seria mais fiel à realidade a qualificação de muitos países latino-americanos como semidemocráticos, em vez de plenamente democráticos, em virtude das limitações impostas ao constitucionalismo, à competência ou à participação, sem esquecer a fraude e a manipulação eleitorais” (Tradução nossa).

⁴ “O marco constitucional norte-americano foi decisivo no planejamento das instituições básicas do governo republicano nos novos estados” (Tradução nossa).

Judiciário), culminando na criação das primeiras constituições. Tudo isso sempre tendo como grande inspiração e modelo os EUA.

Surgidas da política conhecida nos Estados Unidos como “the ‘Good Neighbor’ policy”⁵, um termo cunhado entre os anos de 1929 e 1939 (United States Army Center of Military History⁶, 2024), as ditaduras civil-militares na América Latina, especialmente a partir dos anos 1960 e 1970, tiveram o respaldo tácito ou explícito dos Estados Unidos, que viam esses regimes como barreiras contra a expansão do comunismo no continente, durante a Guerra Fria.

Os governos autoritários, que surgiram por meio de golpes de estado, foram responsáveis por graves violações dos direitos humanos, incluindo tortura, desaparecimentos forçados e repressão política. O impacto dessas ditaduras foi devastador para a região, não só no que diz respeito à perda de vidas e ao sofrimento humano, mas também em termos de retrocessos econômicos e sociais, além da fragmentação da sociedade e das famílias.

O termo “golpe de estado” é frequentemente usado para descrever a tomada de poder por meios não democráticos, muitas vezes com o apoio de forças militares e em oposição a governos eleitos ou legitimamente constituídos. Nas décadas de 1960 a 1980 essa dinâmica se repetiu em vários países da América Latina, incluindo Brasil, Argentina, Chile, Uruguai e outros, onde as ditaduras impuseram regimes de exceção, controlando o poder por meio da força e suspendendo as liberdades civis.

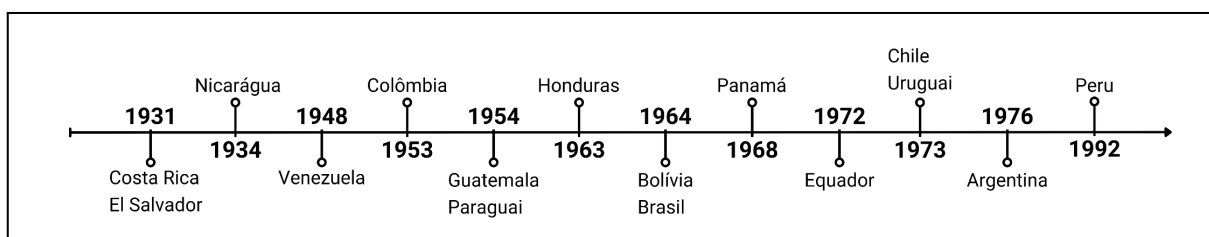


Figura 1: Quadro resumido das datas de golpes militares na América Latina - século XX.⁷

Esses regimes acima ordenados, caracterizados pelo golpe de Estado civil-militar, repressão política, censura e violação de direitos humanos, surgiram em diversos países e deixaram legados duradouros que ainda influenciam negativamente as sociedades

⁵ “Política do ‘Bom Vizinho’” (Tradução nossa).

⁶ “Centro de História Militar do Exército dos Estados Unidos” (tradução nossa).

⁷ Linha do tempo gerada com base nas leituras das seguintes referências: Bethell (1997); Castro e Rodrigues (2024); Córdova, Turcios e Morotti (2024); Gandásegui Hijo (2024); Linera (2024); Martins (2024); Mas e Sader (2024); Romero (2024); Rosenmann (2013); Sader e Seoane (2024); Soto e Rodrigues (2024); e Torres-Rivas e Morotti (2024). A abundância de diferentes fontes históricas se justifica pela consulta do contexto histórico dos golpes de estado que, em nossa pesquisa, com exceção de Bethell e Rosenmann, se deu através de verbetes disponíveis no site: <<https://sites.usp.br/portalatinoamericano/>>.

latino-americanas. Portanto, a seguir, serão abordados com mais detalhes os principais acontecimentos nos países das mulheres que participaram e deram seus testemunhos nas obras *You can't drown the fire* (Partnoy, 1988) e *Memórias das mulheres do exílio* (Costa et al., 1980).

El Salvador

Adotando a ordem cronológica e, tendo o golpe ocorrido no mesmo ano, em ordem alfabética, comecemos por El Salvador que, segundo Córdova, Turcios e Rodrigues (2024), desde a independência da Espanha no século XIX até a sangrenta guerra civil do século XX, experimentou a repressão política e social em diferentes formas. Embora a independência da Espanha, em 1821, tenha sido um marco histórico, El Salvador logo mergulhou em um período de instabilidade política.

Em 1931, o General Maximiliano Hernández Martínez liderou um golpe de estado, inaugurando um período de repressão brutal. Opositores políticos, camponeses e indígenas foram perseguidos, torturados e assassinados em massa. O massacre de 1932, que dizimou milhares de indígenas, se tornou um símbolo da crueldade do regime.

A década de 1980 foi marcada pela sangrenta guerra civil que assolou El Salvador. De um lado, o governo militar, apoiado pelos Estados Unidos, e do outro, a Frente Farabundo Martí para Libertação Nacional (FMLN), uma coalizão de grupos de esquerda. O conflito, que durou 12 anos, resultou em mais de 75 mil mortes e deixou um rastro de destruição e sofrimento. Violações dos direitos humanos por ambos os lados se tornaram rotina, com massacres, torturas e desaparecimentos forçados.

Em 1992, os Acordos de Chapultepec, mediados pelas Nações Unidas, puseram fim à guerra civil. O acordo previa o fim das hostilidades, a desmilitarização da FMLN, a realização de eleições livres e a criação de uma Comissão da Verdade para investigar os crimes cometidos durante o conflito. A jornada de reconciliação, no entanto, foi árdua e ainda hoje o país enfrenta os desafios da justiça social e da superação dos traumas do passado, tendo uma das maiores populações carcerárias do mundo.

Colômbia

Sobre a Colômbia, Cruz e Morotti (2024) articulam que a colonização espanhola no século XVI inaugurou um período de exploração colonial, resistência indígena e impacto

cultural. A violência e a repressão colonial assinalaram o início de uma história marcada pela busca por poder e controle. No século XIX, a Colômbia experimentou a fragmentação e a busca por um modelo de Estado centralizado, com guerras civis marcadas por um período de intensa violência política entre liberais e conservadores, o que resultou em centenas de milhares de mortes e deixou um trauma profundo na sociedade.

O processo desembocou no parênteses [sic] da ditadura militar de Gustavo Rojas Pinilla (1953-1957). Colocando-se acima das contradições entre os setores econômicos e políticos, o governo ditatorial antecipou a pacificação e pôs um ponto final na violência liberal-conservadora, que saíra completamente dos trilhos. Firmou compromissos de paz com as guerrilhas liberais de base camponesa, realizou operações militares contra elas, e inclusive assassinou muitos dirigentes que depuseram suas armas, como o guerrilheiro dos Planos Orientais, Guadalupe Salcedo, em 1957 (Cruz e Morotti, 2024)⁸.

A partir da década de 1960, guerrilhas de esquerda como as FARC (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia) e o ELN (Exército de Libertação Nacional) se consolidaram como grupos armados que contestavam o governo e a estrutura social colombiana. O conflito armado interno que se estendeu por décadas se caracterizou por violência, violações dos direitos humanos e deslocamentos forçados.

Na década de 1980, o governo de Álvaro Uribe Vélez implementou políticas repressivas contra as guerrilhas e grupos de esquerda, incluindo detenções arbitrárias, assassinatos extrajudiciais e desaparecimentos forçados. Apesar de ter contribuído para a redução da violência em algumas áreas, esse período foi marcado por graves violações dos direitos humanos.

Em 2016, após longas negociações, o governo colombiano e as FARC assinaram um acordo de paz que pôs fim ao conflito armado mais antigo da América Latina. A implementação do acordo, no entanto, ainda enfrenta desafios como a reincorporação dos ex-combatentes à vida civil, o combate ao narcotráfico e a presença de outros grupos armados.

Os períodos de ditadura e conflito armado deixaram cicatrizes profundas na sociedade colombiana. A luta pela verdade, justiça e memória é fundamental para a construção de uma sociedade pacífica e justa. As reflexões sobre o passado violento servem como um alerta

⁸ Citações sem número de página advém do Portal Contemporâneo da América Latina e Caribe, um site mantido pela Universidade de São Paulo (USP) e com verbetes escritos de forma contínua como em um site, porém em formato de artigo, sendo escritos e/ou atualizados pelos nomes informados nas citações.

sobre os perigos da repressão e da concentração de poder, e reforçam a importância da defesa da democracia, do Estado de Direito e da construção de uma cultura de paz.

Guatemala

No trabalho de Torres-Rivas e Morotti sobre a Guatemala, o país é apresentado sob a perspectiva de que no século XIX experimentou uma fragmentação política e a busca por um modelo de Estado centralizado, com ditaduras como a de Rafael Carrera (1837-1867), enquanto o século XX foi marcado por longos períodos de ditadura militar, iniciando-se em julho de 1954 com apoio total das forças armadas estadunidenses.

Em 1960, eclodiu a Guerra Civil Guatemalteca, um conflito armado interno que durou 36 anos e resultou em mais de 200 mil mortes, a maioria civis indígenas. O conflito foi marcado por graves violações dos direitos humanos, incluindo massacres, tortura, desaparecimentos forçados e estupros, perpetrados principalmente pelo exército e por grupos paramilitares. O genocídio do povo maia, levado a cabo ao longo do conflito, é considerado um dos crimes mais graves da história recente da América Latina. Estima-se que entre 150 mil e 200 mil maias foram mortos, vítimas de uma política sistemática de extermínio étnico e cultural.

Em 1996, após longas negociações, foi assinado o Acordo de Paz Firme e Duradoura, que pôs fim ao conflito armado. O acordo estabeleceu um processo de reconciliação nacional, reformas democráticas e a criação de uma Comissão da Verdade para investigar os crimes cometidos durante a guerra.

No entanto, os desafios do pós-guerra são muitos, incluindo a luta contra a impunidade, a pobreza estrutural, a desigualdade social e a persistência da discriminação contra os povos indígenas. A construção de uma sociedade pacífica, justa e democrática na Guatemala ainda é um longo processo em curso.

Bolívia

Linares (2024) apresenta a Bolívia como um país de paisagens andinas e rica cultura indígena, ostentando uma história marcada por lutas e conquistas e, sobretudo, por períodos de repressão brutal. Desde a colonização espanhola até a segunda metade do século XX, o povo boliviano experimentou a dor da opressão e a luta pela liberdade.

A colonização espanhola no século XVI inaugurou um período de exploração colonial, resistência indígena e impacto cultural. A violência e a repressão colonial marcaram o início de uma história marcada pela busca por poder. No século XIX, a Bolívia também experimentou instabilidade política e conflitos sociais, com diversos golpes de estado e guerras civis.

As décadas de 1960, 1970 e 1980 na Bolívia foram marcadas por regimes militares autoritários que perpetraram graves violações dos direitos humanos. A tortura, os assassinatos políticos, os desaparecimentos forçados e a repressão à liberdade de expressão e de organização social foram práticas comuns durante esses decênios.

Apesar do comportamento autoritário recorrente, as ditaduras militares na Bolívia apresentaram diferentes tendências. Barrientos (1964-1969) se caracterizou por uma política conservadora, favorecendo o empresariado mineiro e reprimindo os sindicatos operários. Ovando (1969-1970), com o apoio de intelectuais civis, adotou medidas nacionalistas, como a nacionalização da Gulf Company. Torres (1970-1971), de tendências esquerdistas, nacionalizou outras empresas mineiras e buscou um diálogo com a COB. Já Banzer Suárez (1971-1977) direcionou recursos públicos e a dívida externa para o apoio ao agro empresariado na região leste do país.

Em 1982, após anos de repressão militar, a Bolívia retornou à democracia com a eleição de Hernán Siles Zuazo. Desde então, o país tem consolidado sua democracia e buscado superar as cicatrizes do passado. A Comissão da Verdade e Reconciliação, criada em 2008, investigou os crimes cometidos durante as ditaduras militares e apresentou um relatório detalhado em 2012. Apesar dos avanços, a luta por justiça e memória ainda é um desafio para a sociedade boliviana.

Brasil

No mesmo período de 1964, no Brasil também ocorria o golpe de Estado arquitetado pelos militares para a tomada do poder. Diferentemente dos demais países da América Latina, o período colonial brasileiro, iniciado em 1500 com a chegada dos portugueses, foi marcado pela exploração intensa dos recursos naturais, genocídio dos povos indígenas e escravidão de africanos, só abolida em 1888. A colonização portuguesa visava a extração de riquezas, como ouro, prata, madeira e especiarias, para abastecer o mercado europeu.

No final do século XVIII e início do século XIX, diversos fatores contribuíram para o processo de independência do Brasil. O descontentamento com as políticas coloniais

portuguesas, o crescimento da classe média urbana, a influência das ideias iluministas e a ascensão do nacionalismo brasileiro foram alguns dos principais elementos que impulsionaram o movimento pela independência.

Tendo como referência Boris (2006) e o Portal Contemporâneo da América Latina e Caribe (2024), podemos afirmar que, em 1820, o grito de “Independência ou Morte” ecoou por toda a nação, marcando o início de um novo capítulo na história brasileira. A luta pela emancipação do jugo português, inspirada pelas ideias iluministas e pelo descontentamento com a exploração colonial, culminou na aclamação de Dom Pedro I como Imperador do Brasil em 1822.

Durante a Primeira República, iniciada a 15 de novembro de 1889, nascida da Proclamação da República sob o comando do Marechal Deodoro da Fonseca, o Brasil enfrentou um período de grande instabilidade política e econômica. Esse período herdou uma sociedade profundamente desigual, em que a escravidão, mesmo após sua abolição em 1888, deixou cicatrizes profundas na estrutura social e econômica, perpetuando a marginalização de afrodescendentes e a concentração de poder nas mãos de poucos. Já a República Velha (1889-1930) foi dominada pela política do “café com leite”, uma aliança entre as oligarquias cafeeiras de São Paulo e as leiteiras de Minas Gerais. Esse período foi marcado por um sistema eleitoral restrito, baseado no voto de cabresto e na fraude eleitoral, que favorecia as elites agrárias e marginalizava a maior parte da população.

A Revolução de 1930, liderada por Getúlio Vargas, marcou o fim da República Velha e o início de um novo período na história brasileira. Vargas, assumindo o poder como presidente provisório, implementou uma série de reformas sociais e econômicas que visavam modernizar o país e atender às demandas populares. As mudanças promovidas por Vargas refletiam a necessidade de adaptação do Brasil às novas realidades econômicas e políticas, em meio à crise mundial iniciada com a Grande Depressão de 1929.

Ao longo de sua gestão, Vargas buscou reduzir a dependência da economia brasileira em relação ao setor agrário e promover a industrialização, incentivando o crescimento do setor manufatureiro e a criação de indústrias de base, como siderúrgicas e a produção de bens de consumo. Em 1937, Vargas instituiu o Estado Novo, um regime autoritário que centralizou o poder em suas mãos e restringiu liberdades civis. Inspirado por modelos fascistas europeus, como o de Benito Mussolini na Itália, o Estado Novo foi marcado pela censura à imprensa, repressão a opositores políticos, e pela criação de um forte aparato policial. Apesar do caráter autoritário, o Estado Novo promoveu importantes avanços sociais, como a criação da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), que regulamentou as relações trabalhistas no Brasil,

garantindo direitos como férias remuneradas, jornada de trabalho de oito horas, e o direito de sindicalização. Outro marco significativo foi a concessão do direito de voto às mulheres em 1932, um avanço importante na luta pelos direitos civis no Brasil.

A participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial ao lado dos Aliados também foi um marco importante da Era Vargas. A entrada do Brasil no conflito representou uma mudança na política externa brasileira e aproximou o país das potências ocidentais, especialmente dos Estados Unidos. Além disso, a participação brasileira na guerra, com a criação da Força Expedicionária Brasileira (FEB), contribuiu para o fortalecimento da identidade nacional e para o início de um processo de modernização das Forças Armadas.

Após a queda de Vargas em 1945, o Brasil iniciou um processo de redemocratização com a realização de eleições livres e a promulgação da nova Constituição em 1946. Esse período, conhecido como Quarta República (1945-1964), foi marcado por instabilidade política e econômica, mas também por avanços sociais e culturais. Durante a Quarta República, houve uma expansão da educação pública e o surgimento de movimentos culturais importantes, como o Modernismo na literatura e a Bossa Nova na música, que projetaram o Brasil no cenário internacional.

As raízes da ditadura militar brasileira estão alicerçadas no contexto político e social conturbado da década de 1960. O país vivia um período de instabilidade política, com frequentes crises de governo e conflitos sociais. A ascensão de movimentos de esquerda, como o Partido Comunista Brasileiro (PCB), gerou apreensão entre os setores conservadores da sociedade, que temiam a radicalização da política brasileira.

Em 31 de março de 1964, um golpe militar liderado pelo general Olympio Mourão Filho derrubou o governo do Presidente João Goulart, eleito democraticamente como vice na chapa de Jânio Quadros, que havia renunciado em agosto de 1961. Segundo Gaspari (2002, p. 57), a estratégia de Mourão era executar um golpe fulminante denominado “Operação Popeye”, que visava tomar de assalto o prédio do Ministério da Guerra em menos de 24 horas. Os militares justificaram o golpe como uma medida necessária para conter o avanço do comunismo no Brasil e restaurar a ordem social, alegando que o governo de Goulart estava se inclinando para o socialismo e ameaçando a estabilidade do país.

Após o golpe, os militares instauraram um regime autoritário que perduraria por vinte e um anos. Esse regime foi caracterizado por uma repressão severa à oposição política e social. Não é possível ter uma noção do montante total de pessoas presas, torturadas e mortas, sem nenhum tipo de julgamento oficial, sob acusação de subversão e terrorismo. A liberdade de expressão foi severamente restringida, com a implementação de censura à imprensa e a

perseguição a artistas, jornalistas, intelectuais e quaisquer outros opositores. As reformas políticas e sociais prometidas pela junta militar foram adiadas, e o país mergulhou em um período de profunda repressão e controle estatal, marcado por uma vigilância constante e uma política de medo que moldou a vida social e política brasileira por décadas.

No âmbito econômico, o regime militar implementou uma série de medidas neoliberais que visavam modernizar o país e acelerar o seu crescimento. Entre essas medidas, podemos destacar: A criação de um Banco Central para controlar a inflação e promover o desenvolvimento econômico; A implementação de reformas fiscais e monetárias para atrair investimentos estrangeiros; A realização de grandes obras de infraestrutura, como rodovias, usinas hidrelétricas e portos.

As políticas econômicas do regime militar tiveram um impacto significativo no desenvolvimento do país. O Brasil experimentou um período de crescimento econômico acelerado durante a década de 1970, conhecido como “Milagre Econômico Brasileiro”. No entanto, esse crescimento não foi distribuído de forma equitativa, e as desigualdades sociais se agravaram durante o período.

A ditadura militar brasileira teve um impacto profundo em nossa sociedade. A repressão política e social gerou um clima de medo e insegurança, e silenciou a oposição, motivando, poucos anos depois, a radicalização da resistência à ditadura com o surgimento de inúmeros grupos de luta armada. As violações sistemáticas dos direitos humanos a partir da prisão, tortura e desaparecimento de muitos desses resistentes deixaram um legado de dor e sofrimento que ainda hoje é sentido por famílias que perderam seus parentes, além daquelas pessoas que, na época, tiveram que partir para o exílio voluntário, forçado ou praticamente fugir do país.

Como dito acima, o regime militar teve um impacto negativo profundo na cultura brasileira. A censura à imprensa e a perseguição de artistas e intelectuais foram instrumentos-chave na tentativa de controlar e silenciar qualquer forma de oposição ou crítica ao governo. Muitos artistas, escritores e intelectuais foram forçados a se exilar no exterior, buscando refúgio em outros países para continuar seu trabalho e escapar da repressão.

Esse período de censura não apenas limitou a liberdade de expressão, mas também desencadeou um retrocesso significativo nas liberdades individuais. A repressão imposta pelo regime criou um ambiente de medo e autocensura, onde muitos brasileiros se viram obrigados a se conformar com as normas impostas ou expressar suas opiniões de maneira velada e indireta.

Além disso, o regime militar promoveu um controle rígido sobre as produções culturais e artísticas, com a imposição de normas e regulamentos (censura, de fato) que visavam moldar o conteúdo cultural de acordo com a visão oficial do governo. Isso resultou em uma produção cultural mais uniforme e menos inovadora, já que muitos artistas e intelectuais, temendo a censura ou a repressão, evitaram abordar temas políticos e sociais controversos.

Esse impacto na cultura brasileira não se limitou apenas à esfera artística. As universidades e centros de pesquisa também foram afetados, com a intervenção estatal na academia e a perseguição a professores e pesquisadores que se opuseram ao regime. O ambiente acadêmico tornou-se menos aberto e crítico, prejudicando o desenvolvimento do pensamento crítico e da pesquisa independente.

O legado cultural dessa época é um misto de resistência e adaptação. Muitos artistas e intelectuais que permaneceram no Brasil continuaram a criar obras que refletiam a realidade opressiva, muitas vezes de forma simbólica e “subversiva”. Esses trabalhos não apenas ofereceram uma forma de resistência ao regime, mas também ajudaram a preservar e transmitir a memória das experiências vividas durante esse período sombrio da história brasileira.

A ditadura militar brasileira chegou ao fim em 1985, após um processo gradual de abertura política. A mobilização da sociedade civil, com destaque para o movimento das “Diretas Já”, foi fundamental para pressionar o regime para a efetiva democratização do país. O legado da ditadura militar brasileira é complexo e controverso. O regime deixou um país marcado por profundas cicatrizes sociais e políticas, e seus efeitos ainda podem ser sentidos na sociedade brasileira contemporânea. É importante lembrar as vítimas da ditadura e lutar para que tais atrocidades nunca mais se repitam.

Uruguai

Já o Uruguai, que, segundo Hargain e Rodrigues (2024), é conhecido como a “Suíça americana” por sua tradição democrática e estabilidade política, nem sempre desfrutou de tais privilégios. Ao longo de sua história, o país experimentou períodos de ditadura civil-militar que deixaram marcas profundas na sociedade uruguaia.

Após a independência da Espanha em 1828, o Uruguai mergulhou em um período de instabilidade política marcado por conflitos internos e disputas territoriais. A figura do caudilho dominava a cena política, concentrando poder e silenciando dissidências. Em 1876, o

General José Luciano Latorre ascendeu ao poder, inaugurando uma ditadura que durou seis anos. Durante esse período, a liberdade de imprensa foi suprimida, a oposição política perseguida e os direitos civis restringidos.

Os autores ainda ressaltam que, em 1971, o Uruguai enfrentou um período de grande instabilidade política, culminando com a eleição de Juan María Bordaberry, que, com apoio das Forças Armadas e uma postura antidemocrática, iniciou o caminho para o golpe militar. A insubordinação militar começou em fevereiro de 1973, e em 27 de junho o golpe se consolidou com a dissolução do Parlamento e a repressão brutal aos movimentos de resistência, como a greve geral convocada pela CNT. O golpe inseriu o Uruguai no contexto das ditaduras militares do Cone Sul, rompendo com sua suposta “singularidade” e alinhando-o à repressão sistêmica e violação dos direitos humanos observadas na região.

Em 1985, após uma intensa campanha popular, o Uruguai realizou eleições livres e democráticas, pondo fim à ditadura militar. O processo de transição foi marcado pela busca por justiça e reconciliação. Uma Comissão de Desaparecidos e Assassinados Políticos foi criada para investigar os crimes cometidos durante o regime e identificar os responsáveis. No entanto, o processo de reconciliação ainda é árduo e a memória das vítimas da ditadura ainda precisa ser plenamente reconhecida e resgatada.

Chile

Segundo Moulian e Sader, o Chile possui uma rica história que remonta aos tempos pré-colombianos. O país foi conquistado pelos espanhóis no século XVI e permaneceu como colônia espanhola por mais de 300 anos. O Chile conquistou sua independência da Espanha em 1818. Desde então, teve uma história política turbulenta, incluindo períodos de democracia e ditadura.

Em 11 de setembro de 1973, um golpe militar liderado pelo General Augusto Pinochet derrubou o governo democraticamente eleito do médico socialista Salvador Allende. Motivados pela Guerra Fria e pelo medo do comunismo, os militares instauraram um regime autoritário que silenciou a oposição, reprimiu brutalmente os direitos humanos e mergulhou o país em uma profunda crise social e econômica.

O regime militar chileno se caracterizou pela repressão sistemática e por graves violações dos direitos humanos. Milhares de pessoas foram presas, torturadas, assassinadas ou desapareceram forçosamente, vítimas da violência estatal. A censura à imprensa, a

perseguição de artistas e intelectuais e a supressão das liberdades individuais completaram o cenário de terror e opressão.

Apesar da brutalidade do regime, a resistência popular nunca se rendeu. Movimentos sociais, sindicatos, estudantes e grupos de direitos humanos lutaram incansavelmente pela volta da democracia. A figura de Victor Jara, músico e poeta assassinado pelos militares, tornou-se um símbolo da resistência e da esperança.

Após dezessete anos de ditadura, a pressão popular e internacional finalmente culminou na realização de um plebiscito em 1988, no qual o “Não” à continuidade do regime militar venceu com 56%. Em 1990, eleições livres foram realizadas e Patricio Aylwin, da Concertação de Partidos pela Democracia, foi eleito presidente, marcando o início da transição para a democracia.

A ditadura militar chilena deixou um legado de dor, sofrimento e profundas cicatrizes na sociedade. A busca por justiça e reparação para as vítimas da repressão ainda é um processo em curso. Ao mesmo tempo, o Chile vem construindo uma democracia sólida, mas ainda enfrenta desafios como a desigualdade social, a corrupção e a reconciliação com o passado.

Argentina

Por fim, temos a Argentina, para encerrar essa imersão inicial que será a base do construto do entendimento para as próximas análises. Sader e Seoane (2024) apontam que, mesmo a Argentina sendo o primeiro país dessa lista a conquistar a independência da Espanha, em 1816, logo mergulhou em um período de instabilidade política. Guerras civis, fragmentação regional e a busca por um modelo de Estado centralizado marcaram o século XIX.

O século XX na Argentina foi marcado por duas grandes forças: o peronismo e a ditadura militar. O peronismo, liderado pelo Coronel Juan Domingo Perón, que foi democraticamente eleito, e Eva Perón, ascendeu ao poder na década de 1940, mais precisamente em 1943 (Bethell, 1997, p. 24), com um discurso populista e nacionalista que mobilizou as massas populares. Apesar de suas medidas sociais e econômicas que beneficiaram os trabalhadores, o peronismo também se caracterizou por autoritarismo e censura.

Em 1976, um golpe militar liderado pelo General Jorge Rafael Videla instalou uma das mais cruéis ditaduras da América Latina. O regime, conhecido como “Processo de

Reorganização Nacional”, durou até 1983 e estima-se que entre 30 mil e 40 mil pessoas foram vítimas fatais da repressão.

Em 1983, a Argentina viveu a retomada da democracia com a vitória de Raúl Alfonsín nas eleições presidenciais. O novo governo iniciou um processo de redemocratização, memória e justiça. A Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas (CONADEP) foi criada para investigar os crimes da ditadura e identificar os responsáveis. O presidente da comissão, o escritor Ernesto Sabato, tornou-se símbolo da luta pela justiça.

De modo geral, as ditaduras civil-militares na América Latina tiveram impactos profundos e duradouros em suas sociedades. Estes incluem: graves violações dos direitos humanos, principalmente na aplicação de torturas com requintes de crueldade, massacres, genocídios, desaparecimentos forçados, exílio político, perseguição, censura e terror psicológico.

Nesse contexto, as mulheres tiveram um papel importante como agentes da resistência, mas não somente, tendo em vista que os cuidados com quem sofreu todos os tipos de traumas também é um trabalho significativo e louvável, citando Maren Viñar (Viñar e Viñar, 1992, p. 13-19), psicanalista uruguaia que atendia crianças de diversas idades traumatizadas com a violência que seus pais sofreram diante de seus olhos, bem como pela ausência deles por estarem presos, quando não desaparecidos ou mortos.

Outro nome notável foi o de Lidia Gueiler Tejada, uma guerrilheira boliviana que fez greve de fome por oito dias, juntamente a outras 27 mulheres, para que presos políticos fossem libertados (Colombo, 2024). Em 1979, foi eleita pelo parlamento como presidente provisória, tendo em vista que nenhum dos outros candidatos recebeu mais de 50% dos votos para assumir o posto. Porém, foi deposta em 1980 e refugiou-se na França.

Já na Argentina temos uma legião de mulheres fortes que lutam até hoje contra as cicatrizes deixadas pelas ditaduras, as chamadas Mães e Avós da Praça de Maio, consideradas “loucas” pelos militares (Gonçalves, 2012, p.131) por caminharem incansavelmente por dias, semanas e meses com seus lenços brancos na cabeça pedindo por justiça e implorando para que seus filhos fossem libertados ou que ao menos pudessem velar seus corpos devidamente, já que continuam desaparecidos e ninguém sabe de seus paradeiros.

No Brasil, segundo o Memorial da Resistência de São Paulo, um nome emblemático na luta contra a ditadura militar é o de Dilma Vana Rousseff. Desde jovem, ela se envolveu ativamente em movimentos estudantis e em organizações revolucionárias que combatiam a repressão instaurada em 1964. Ela foi membro da Vanguarda Armada Revolucionária

Palmares (VAR-Palmares), uma organização marxista que se opunha ao regime militar por meio de ações armadas e atividades subversivas.

Em 1970, Dilma foi presa e enfrentou um período de intensa repressão e tortura durante quase três anos de encarceramento. Sua experiência na prisão foi marcada por severas condições de abuso físico e psicológico, refletindo a brutalidade do regime militar. Após sua libertação, em 1972, Dilma se dedicou ao estudo e concluiu a graduação em Economia na Universidade Federal de Minas Gerais.

Dilma Rousseff ascendeu na política brasileira e, em 2010, tornou-se a primeira mulher eleita presidente do Brasil. Seu mandato foi marcado por desafios significativos e controvérsias políticas, sofrendo um impeachment em 2016, pouco menos de dois anos após sua reeleição.

São tantas as mulheres conhecidas e anônimas, que lutaram e que cuidaram de pessoas, são tantas aquelas que seguem buscando por justiça, como: Maria Rita Kehl, Rosa Maria Cardoso da Cunha (Brasil, 2024b.); Alejandra Miller, Ángela Salazar, Marta Ruiz, Lucía González, Patricia Tobón Yagarí (Colômbia, 2024); Beatriz Alva Hart, Sofia Macher Batanero (Peru, 2024). Os nomes dessas mulheres são encontrados nos sites da Comissão da Verdade do Brasil, Colômbia e Peru. Os demais países não possuem sites ativos, o que pode ser um indicativo de descontinuidade, ou de esquecimento forjado do que ocorreu no período das ditaduras.

Essas são mulheres, para além daquelas que terão seus testemunhos, cartas e entrevistas abordados no capítulo 3, que participam ainda hoje e que somam suas vozes às vozes de todas aquelas que lutaram antes, seja com armas ou seja pela educação. Juntas construíram e constroem uma memória coletiva da resistência brasileira, uma história marcada por suas presenças que não poderá ser apagada ou mitigada, deixando grandes exemplos de resiliência e perseverança.

1.2 O que é o exílio, sua origem e porque não deve se repetir

Assim como a expressão “ditadura”, o verbete “exílio” também foi dicionarizado – de acordo com Michaelis (2024), trata-se de: “1. Ato ou efeito de exilar; 2. Degredo voluntário ou forçado; 3. Lugar onde reside o exilado; 4. (fig) Afastamento total do convívio social”. Já o dicionário da língua inglesa, *The Oxford English Dictionary* (apud Sznajder e Roniger, 2009, p. 16), aponta que o exílio é “enforced removal from one’s native land according to an edict or sentence, penal expatriation or banishment; the state or condition of being banished; enforced

residence in some foreign land”⁹, bem como “expatriation, prolonged absence from one’s native land, endured by compulsion of circumstances or voluntarily undergone for any purpose”¹⁰. Considerando essas afirmações, seguimos adiante com a análise, aprofundando a discussão e explorando as implicações teóricas e práticas dos conceitos apresentados.

O exílio, como conceito e experiência, atravessa não apenas a história, mas também o imaginário coletivo, moldando a compreensão das sociedades sobre punição e perda. A religião, mesmo em sua forma menos cerceadora, exerce um papel importante para aflorar esse imaginário e fazê-lo criar raízes profundas na memória de um povo. Uma reportagem da Carta Capital de 2012 revela uma perspectiva demográfica importante: 31,5% da população mundial segue os preceitos cristãos e 0,2% os judaicos, pode parecer um número pequeno, mas no ano em que a pesquisa foi realizada havia 7 bilhões de pessoas no mundo, sendo 0,2% aproximadamente 14 milhões de judeus e 31,5% uma soma incrível de 2 bilhões e 205 milhões de cristãos. Evidenciando, assim, a influência duradoura dessas tradições na formação cultural, moral e na percepção histórica de deslocamentos e diásporas. Essas tradições, marcadas por narrativas de exílio – como a expulsão do Éden ou o êxodo judaico –, reforçam a centralidade desse tema na construção simbólica e na memória coletiva global.

Dentro desse contexto, o exílio é frequentemente retratado como uma forma severa de punição, uma separação forçada do lugar de pertencimento. Histórica e simbolicamente, o exílio tem sido usado para enfatizar a gravidade do desvio das normas ou do comportamento considerado inaceitável.

O relato bíblico oferece exemplos emblemáticos desse conceito. O primeiro exílio, muitas vezes interpretado como sendo de Adão e Eva é, na verdade, o segundo. A queda de Lúcifer marca a primeira exclusão. Forçado a se exilar na terra após ser banido do Céu por causa da rebelião contra o Criador, junto dele um terço dos habitantes celestiais também foram exilados, o que ilustra a ideia de que a desobediência a Deus leva a uma ruptura radical e irreversível.

A expulsão de Adão e Eva do Jardim do Éden é um episódio central para a narrativa bíblica, representando a transição da humanidade de um estado de inocência para um de conhecimento e responsabilidade. A desobediência ao comando divino, simbolizada pelo consumo do fruto da árvore do conhecimento do bem e do mal, resulta na exclusão do

⁹ “(...) remoção forçada da terra natal por decreto ou sentença, expatriação penal ou banimento; o estado ou condição de banimento; residência forçada em alguma terra estrangeira”. (Tradução nossa)

¹⁰ “(...) expatriação, ausência prolongada da terra natal, suportada por compulsão das circunstâncias ou submetida voluntariamente para qualquer propósito”. (Tradução nossa)

paraíso, um ato que não só punia os primeiros humanos, mas também estabelecia um paradigma de exílio como consequência do pecado.

Sznajder e Roniger (2009, p. 12) destacam que as narrativas sobre exílio, desterro e perda de pátria não se restringem às histórias já apresentadas, mas permeiam também outras tradições e mitologias antigas. Eles mencionam, por exemplo, a história de Ló e Jacó e seus filhos deixando Canaã em direção ao Egito. Além desses exemplos do Velho Testamento, os autores trazem referências a mitologias de outras culturas, como a mitologia grega, com o mito de Enéias, da mitologia romana, que narra a fuga de Tróia e a fundação de uma nova pátria em território estrangeiro, bem como Ulisses, da mitologia grega, na ilha de Ítaca. Finalmente, Sznajder e Roniger apontam para o Novo Testamento como o grande marco no contexto dessas narrativas de exílio, em especial à história de Jesus Cristo.

Since time immemorial, the exilic condition has become a practice and a core image reflected in the cultural tenets, stories, and myths of all societies. In Western imagery, for instance, it was encoded in the archetypical images of Adam and Eve's displacement from the Garden of Eden; Lot and his wife departing their city with the latter frozen as she did not detach herself from what she left behind; Jacob and his sons leaving the land of Canaan for Egypt, and, centuries later, the exodus of the Hebrew people from that land; Aeneas fleeing from defeat in Troy and reaching Italy; Ulysses being deterred for years from returning to Ithaca; ostracism as introduced by Cleisthenes in Athens; Jesus' family fleeing Bethlehem (Sznajder e Roniger, 2009, p. 12)¹¹.

Esses relatos antigos são mais do que histórias de punição; eles são metáforas para a condição humana, refletindo a profunda conexão entre moralidade, pertencimento e o medo do afastamento de um estado ideal. A noção de exílio transcende o contexto religioso e ressoa em diversas culturas e tradições, mostrando como a ideia de separação e perda pode ter múltiplas dimensões e significados ao longo da história.

Essas narrativas não apenas moldam a forma como entendemos o exílio, mas também ressoam nas realidades da sociedade contemporânea, onde o fenômeno do exílio se manifesta sob diversas formas e motivações. Seja devido a perseguições políticas, crises econômicas,

¹¹ “Desde tempos imemoriais, a condição de exílio tornou-se uma prática e uma imagem central refletida nos princípios culturais, nas histórias e nos mitos de todas as sociedades. Nas imagens ocidentais, por exemplo, estava codificado nas imagens arquetípicas do deslocamento de Adão e Eva do Jardim do Éden; de Ló e sua esposa que partiram de sua cidade com esta petrificada, porque não se desligou do que deixou para trás; de Jacó e seus filhos saindo da terra de Canaã para o Egito e, séculos depois, o êxodo do povo hebreu daquela terra; Enéias fugindo da derrota em Tróia e chegando à Itália; de Ulisses que foi dissuadido durante anos de retornar a Ítaca; do ostracismo introduzido por Clístenes em Atenas; da família de Jesus fugindo de Belém”. (Tradução nossa)

guerras e/ou desigualdades sociais, o exílio continua sendo uma experiência profundamente dolorosa e transformadora para muitos.

Para aqueles que vivem ou viveram o exílio, a perda do lar e das raízes culturais é uma experiência desgastante e desorientadora. O casal Viñar (1992, p. 65) reforça que o “tempo do exílio, na sua dimensão subjetiva, inicia e fere bem antes de sua efetivação”. Ou seja, em sua dimensão subjetiva, o exílio já se inicia muito antes, à medida que as ameaças, medos e incertezas se instalam na psique do indivíduo. A dor e o sofrimento emocional relacionados ao exílio podem surgir bem antes de sua concretização, à medida que a pessoa antecipa a perda do contato mais próximo com sua pátria, comunidade ou família. Esse sofrimento prévio pode ser tão profundo quanto o próprio ato do exílio, evidenciando que as consequências psicológicas começam a se manifestar muito antes do ato físico de ser exilado.

A separação forçada do lugar de pertencimento não é somente uma questão de deslocamento físico, é também uma ruptura emocional e social. Os exilados frequentemente enfrentam desafios significativos para reconstruir suas vidas em novos contextos, muitas vezes lidando com barreiras linguísticas, diferenças culturais e preconceitos.

Rollemberg (1999) nomeia a primeira parte de seu livro *Exílio: entre raízes e radares* – oriundo de sua tese de Doutorado em História – como “Os excluídos”, uma escolha que carrega um significado profundo. O exílio, em sua essência, pode ser compreendido como uma forma extrema de exclusão, não apenas de um espaço físico, mas também de uma identidade e de um senso de si mesmo. Ao ser forçado a deixar para trás tudo o que é familiar – seu país, sua cultura, suas relações – o exilado experimenta uma ruptura que vai além da simples separação geográfica.

Essa ruptura implica uma perda de referências essenciais que constituem a identidade pessoal e coletiva. O exílio, então, não é apenas a ausência do lar, mas a ausência de uma parte significativa de si mesmo. A sensação de pertencimento, que é fundamental para a construção da identidade, é desarraigada, deixando quem é exilado em um estado de liminaridade, onde ele se encontra entre o que era e o que pode ser, mas sem a certeza de onde exatamente ele se situa.

Edward Said, em sua reflexão sobre o exílio, capta com precisão o paradoxo que define essa experiência: ao mesmo tempo em que o exílio é dolorosamente real para aqueles que o vivem, ele se torna um tema fascinante e frequentemente glorificado na literatura, na arte e na história. Sua análise evidencia a complexidade do exílio como uma condição humana que transcende o afastamento físico e atinge dimensões emocionais, culturais e espirituais.

Exile is strangely compelling to think about but terrible to experience. It is the unhealable rift forced between a human being and a native place, between the self and its true home: its essential sadness can never be surmounted. And while it is true that literature and history contain heroic, romantic, glorious, even triumphant episodes in an exile's life, these are no more than efforts meant to overcome the crippling sorrow of estrangement. The achievements of exile are permanently undermined by the loss of something left behind forever.

But if true exile is a condition of terminal loss, why has it been transformed so easily into a potent, even enriching, motif of modern culture? We have become accustomed to thinking of the modern period itself as spiritually orphaned and alienated, the age of anxiety and estrangement¹² (Said, 2001, p. 180).

Said descreve o exílio como uma “fenda incurável” que separa o indivíduo de seu lugar de origem e, mais profundamente, de uma identidade ou pertencimento essencial. Essa ideia ressoa particularmente em contextos de diásporas forçadas, em que a perda de laços territoriais é acompanhada pela desconexão com familiares, tradições e a sensação de segurança. O “verdadeiro lar”, na visão de Said, não é apenas um lugar físico, mas uma representação simbólica de estabilidade e integração que o exílio dismantela irremediavelmente.

A tensão entre a tristeza essencial do exílio e seu uso como motivo cultural revela o esforço humano para encontrar sentido no sofrimento. Said reconhece que, embora a história e a literatura frequentemente romantizem as conquistas e os triunfos do exilado, essas narrativas são tentativas de superar ou mascarar a dor profunda da perda e do afastamento. Isso explica por que tantas obras artísticas e intelectuais emergem do exílio: é um terreno fértil para a criação precisamente porque é também um terreno de sofrimento e deslocamento.

Essa experiência de exclusão pode gerar um profundo sentimento de não-pertencimento, onde a exilada se vê como uma estrangeira, não apenas em relação ao novo espaço que ocupa, mas também em relação a si mesma. O exílio, portanto, é uma experiência que fere a alma, iniciando um processo de desconstrução da identidade que pode ser tão doloroso quanto a própria separação física de suas raízes.

¹² “O exílio é estranhamente fascinante para pensar, mas terrível de se experimentar. É a fenda incurável forçada entre um ser humano e seu lugar de origem, entre o eu e seu verdadeiro lar: sua tristeza essencial nunca pode ser superada. E embora seja verdade que a literatura e a história contenham episódios heróicos, românticos, gloriosos, até mesmo triunfantes na vida de um exilado, esses não passam de esforços destinados a superar a aflição paralisante do afastamento. As conquistas do exílio são permanentemente minadas pela perda de algo deixado para trás para sempre. / Mas se o verdadeiro exílio é uma condição de perda terminal, por que ele foi tão facilmente transformado em um motivo potente, até mesmo enriquecedor, da cultura moderna? Nos acostumamos a pensar no próprio período moderno como espiritualmente órfão e alienado, a era da ansiedade e do afastamento”. (Tradução nossa)

The decision to flee a place considered home can be shown to be closely related to a coercive or menacing institutional situation that left the exile without much choice, even in those cases in which she or he fled home as a result of a personal choice. For the exile, leaving home is related to coercion and fear of imminent danger. The element of personal choice is severely limited, although not totally eliminated, because exiles can decide when to leave and sometimes about where to go to¹³ (Sznajder e Roniger, 2009, p. 19-20).

O trecho de Sznajder e Roniger destaca a complexidade da decisão de se exilar, sublinhando que, embora possa haver uma aparência de escolha, essa escolha é fortemente condicionada por circunstâncias coercitivas ou ameaçadoras. A ideia central é que o exílio, mesmo quando parece ser uma decisão voluntária, é, na verdade, profundamente influenciado por fatores externos, como perseguições políticas, repressão, ou outras formas de violência institucional.

Para quem está sendo exilado, a decisão de deixar seu lar não é apenas uma questão de preferência pessoal, mas uma resposta a uma ameaça iminente, que muitas vezes deixa pouca margem para outras opções. Essa situação cria uma tensão entre a aparência de escolha e a realidade da necessidade, onde o elemento de decisão pessoal é limitado pelo contexto de medo e coerção.

Embora os exilados e exiladas possam ter algum controle sobre o momento da partida e o seu destino, essas decisões são tomadas dentro de um quadro restrito de opções, onde a segurança e a sobrevivência se tornam as principais motivações. Esse processo evidencia a perda de autonomia que caracteriza a experiência do exílio, revelando que a liberdade de escolha é, na verdade, uma escolha entre alternativas dolorosas e restritas. A aparente liberdade de decidir quando e para onde ir é, na verdade, um reflexo da falta de opções reais, onde a única escolha verdadeira é entre o perigo iminente e a busca por segurança em um novo local.

Martin A. Miller (apud Sznajder e Roniger, 2009, p. 20) faz distinção entre refugiados, expatriados, exilados e emigrados. Para ele, os refugiados “[...] are willing to resettle”¹⁴, enquanto os expatriados “[...] have moved abroad by choice”¹⁵, os exilados “[...] have been

¹³ “Pode-se demonstrar que a decisão de fugir de um lugar considerado lar está intimamente relacionada a uma situação institucional coercitiva ou ameaçadora que deixou o exilado sem muita escolha, mesmo nos casos em que ele fugiu de casa por escolha pessoal. Para o exilado, sair de casa está relacionado à coerção e ao medo do perigo iminente. O elemento de escolha pessoal é severamente limitado, embora não totalmente eliminado, porque os exilados podem decidir quando partir e, por vezes, sobre para onde ir”. (Tradução nossa)

¹⁴ “(...) estão dispostos a se restabelecer”. (Tradução nossa)

¹⁵ “(...) mudaram-se para o exterior por opção”. (Tradução nossa)

forced to move, most will not resettle but cannot return, meanwhile, to their homeland”¹⁶, e os emigrados “[...] are exiles who engage in politics”¹⁷.

Além disso, no primeiro capítulo do livro de Rollemberg (1999, p. 23), nomeado “Exilados, estrangeiros e apátridas”, a historiadora mostra que, embora haja nuances nas nomenclaturas, todos eles se encaixam na categoria de “excluídos”, mesmo aqueles que escolhem deixar o país natal por vontade própria. Ela ainda ressalta que o exílio é “[...] fruto da exclusão, da negação, da dominação, da anulação, da intolerância” (1999, p. 24). Em outras palavras, o exílio é apresentado como uma consequência de ações que visam marginalizar ou suprimir indivíduos ou um grupo de indivíduos.

The estimates of the number of Brazilian exiles vary greatly. In February 1978, the Commission of Peace and Justice of the Archbishopric of Sao Paulo estimated that the number of exiles who left in these waves had reached 10,000. The Brazilian government contested the Church’s statement, claiming that these were not exiles but rather mere expatriates, moving abroad ‘for convenience’¹⁸ (Sznajder e Roniger, 2009, p. 218).

Já o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (UNHCR¹⁹) “put the number at 5,000, of whom 1,800 had received diplomatic asylum in various countries signatory of the Convention”²⁰ (Sznajder e Roniger, 2009, p. 218).

A divergência entre as estimativas de exilados e a retórica oficial do governo reflete um aspecto crucial da manipulação política e da narrativa histórica durante os períodos de repressão. O número de exilados, estimado em dez mil pela Comissão de Paz e Justiça, revela a magnitude do impacto da repressão militar sobre a sociedade brasileira. Esse número não é apenas uma estatística, mas uma confirmação da existência de vidas desestruturadas e dos direitos violados em um regime que buscava silenciar dissidências.

A resposta do governo, ao desclassificar esses indivíduos como “expatriados por conveniência”, é um exemplo de como regimes autoritários utilizam a linguagem para reconfigurar a realidade. Ao adotar essa terminologia, o governo tenta desviar a atenção dos aspectos políticos e repressivos do exílio, sugerindo que essas pessoas estavam apenas

¹⁶ “(...) foram forçados a mudar-se, a maioria não irá se restabelecer, mas não poderá regressar, entretanto, à sua terra natal” (Tradução nossa)

¹⁷ “(...) são exilados que se envolvem na política” (Tradução nossa)

¹⁸ “As estimativas do número de exilados brasileiros variam muito. Em fevereiro de 1978, a Comissão de Paz e Justiça do Arcebispado de São Paulo estimou que o número de exilados que partiram nessas ondas havia chegado a 10 mil. O governo brasileiro contestou a declaração da Igreja, alegando que estes não eram exilados, mas sim meros expatriados, mudando-se para o exterior ‘por conveniência’.” (Tradução nossa)

¹⁹ United Nations High Commissioner for Refugees

²⁰ “(...) estimou o número em 5.000, dos quais 1.800 receberam asilo diplomático em vários países signatários da Convenção” (Tradução nossa)

buscando oportunidades melhores ou preferências pessoais, em vez de serem forçadas a sair devido a ameaças à sua liberdade e segurança.

Esse processo de reclassificação é uma forma de desumanizar e deslegitimar a experiência dos exilados. Reduzir o exílio a uma questão de “conveniência” desvia a atenção das causas profundas da repressão e minimiza a responsabilidade do regime. Também tem um impacto psicológico e social, pois desvaloriza o sofrimento dos exilados e suas famílias, além de contribuir para a construção de uma narrativa histórica que pode ser mais favorável ao regime ou ao *status quo* político.

Além disso, a discrepância nas estimativas e a disputa de narrativas mostram como o controle da informação e a manipulação de dados são ferramentas poderosas na construção de uma versão “oficial” da história. Esse fenômeno não é exclusivo do Brasil e pode ser observado em diversos contextos de repressão e censura ao longo da história, onde regimes autoritários buscam moldar a percepção pública e internacional para consolidar seu poder e legitimar suas ações.

Em última análise, a diferença entre as estimativas e as classificações oficiais é um reflexo das tensões entre a verdade histórica e a propaganda política, e ressalta a importância de questionar e investigar a fundo as narrativas predominantes para obter uma compreensão mais completa e justa dos eventos históricos.

Denise Rollemberg (1999, p. 48) divide o exílio brasileiro, durante o regime militar, em duas grandes ondas, sendo elas as de 1964 e de 1968. Essas datas – o ano do golpe e o ano do AI-5 – marcam momentos cruciais na repressão política e na consolidação do regime militar, refletindo a intensificação das medidas contra a oposição ao longo dos anos. Em fins da década de 1960 e início de 1970, o governo de Médici tentou “afastar e eliminar as gerações que contestavam” e fazia o uso do slogan “Brasil, ame-o ou deixe-o” (Rollemberg, 1999, p. 47).

Em 1964, o golpe militar que instaurou o regime autoritário resultou em uma repressão imediata, com muitos opositores políticos sendo forçados ao exílio como uma forma de silenciar a dissidência e consolidar o novo regime. Já em 1968, a repressão se intensificou ainda mais, especialmente após o Ato Institucional número 5 (AI-5), que ampliou os poderes do regime e legitimou uma violenta perseguição contra opositores.

A frase “Brasil, ame-o ou deixe-o” encapsula a postura do regime, que exigia lealdade incondicional e tratava qualquer forma de contestação como traição. Esse slogan não apenas promovia uma visão unívoca e nacionalista do patriotismo, mas também servia para deslegitimar e marginalizar aqueles que se opunham ao governo.

A estratégia do regime incluía a criação de um ambiente em que o exílio fosse a única opção para muitos que eram vistos como ameaças à ordem estabelecida. O governo buscava “afastar e eliminar as gerações que contestavam”, refletindo uma tentativa sistemática de erradicar a oposição política e ideológica. O uso do exílio forçado removia os críticos do país, o que tinha um efeito dissuasivo sobre outros possíveis dissidentes, ao demonstrar as severas consequências de se opor ao governo.

O impacto do exílio na identidade e na memória coletiva é profundo e multifacetado. Comunidades exiladas frequentemente se engajam em esforços conscientes para preservar suas tradições e histórias como um ato de resistência e sobrevivência cultural. Essas práticas de preservação ajudam a manter viva a herança cultural e servem para fortalecer a coesão e a solidariedade entre os membros da comunidade.

Além disso, as experiências de exílio moldam a compreensão da identidade e da história tanto para os indivíduos quanto para as comunidades. A narrativa do exílio, frequentemente marcada por perda e resiliência, torna-se parte do tecido da memória coletiva, influenciando como as histórias são contadas e lembradas. Mesmo as gerações subsequentes, que nunca vivenciaram o exílio diretamente, ainda são impactadas por essas narrativas, que moldam sua percepção de identidade e pertencimento.

O exílio, portanto, não é apenas uma experiência individual de deslocamento, ele é também um fenômeno que afeta e transforma comunidades inteiras. Ele desafia e redefine o conceito de identidade, mantendo viva a memória cultural e contribuindo para o diálogo contínuo sobre a condição humana. Através da preservação de suas histórias e tradições, as comunidades exiladas não apenas mantêm suas identidades vivas, mas também oferecem perspectivas valiosas sobre a natureza do pertencimento e da resistência cultural em um mundo em constante mudança.

Maren e Marcelo Viñar, dois psicanalistas uruguaios, vivenciaram profundamente as consequências da ditadura militar no Uruguai. O casal experimentou o exílio em termos pessoais, passando quinze anos longe de sua pátria, e também como profissionais, acompanhando o sofrimento de outros exilados. Essa dupla experiência, como vítimas e observadores, permitiu-lhes uma compreensão única das complexas dinâmicas do exílio e das consequências da tortura, temas centrais de seu livro *Exílio e tortura* (1992).

No quinto capítulo, intitulado também “Exílio e Tortura”, os Viñar (1992, p. 63) exploram o impacto devastador do exílio sobre as famílias, especialmente na relação entre gerações. A narrativa foca em uma família latino-americana que, forçada a fugir de seu país devido à repressão política, se estabelece na França. A mudança de país e, consequentemente,

de língua e cultura, cria um abismo entre as gerações. Um dos momentos mais marcantes descritos no capítulo é a visita do avô à família exilada após alguns anos. O distanciamento é simbolizado pela barreira linguística entre o avô e o neto de apenas quatro anos.

Esse encontro ilustra como o exílio não se limita apenas ao sentimento de perda do lar, mas se manifesta também em perdas emocionais e culturais profundas. A língua, que deveria ser um veículo de conexão entre as gerações, torna-se um símbolo da separação causada pelo exílio. A distância que o exílio impõe não é apenas da fronteira geográfica, ela impõe também fronteiras cultural, emocional e linguística, e essa separação pode ser tão profunda que, mesmo após o retorno ao país de origem, podem ser necessários anos, se não uma geração inteira, para que as conexões perdidas sejam parcialmente recuperadas.

Os Viñar, através desse relato, mostram que o exílio é uma experiência de múltiplas perdas e que seus efeitos se estendem muito além do tempo e do espaço. As marcas deixadas pelo exílio são profundas, e muitas vezes invisíveis, afetando a identidade, as relações familiares e a própria percepção de pertencimento.

Da mesma forma, José Maria Rabêlo e Thereza Rabêlo, em seu livro *Diáspora: os longos caminhos do exílio* (2001), oferecem uma narrativa detalhada e pungente sobre a experiência de sua família no exílio, que reflete as turbulências políticas da América Latina nas décadas de 1960 e 1970. A trajetória descrita começa em 1964, quando o pai é forçado a deixar sua família no Brasil após o golpe militar. Inicialmente, ele busca refúgio na Bolívia, um país que, à primeira vista, parecia oferecer segurança. No entanto, a instabilidade política não o poupa, e a Bolívia também passa por um golpe de estado, o que o obriga a fugir novamente, desta vez para o Chile. Uma vez lá, José Maria pede para que sua esposa viaje para Santiago. Thereza embarca em um ônibus em Belo Horizonte, sozinha com seus sete filhos, todos menores de idade, tendo como destino o Rio de Janeiro e de lá pegar o avião para o país que os acolheria por um tempo.

A chegada ao Chile, contudo, não trouxe o alívio esperado. Em setembro de 1973, o país enfrenta seu próprio golpe de estado, que levou à queda do governo de Salvador Allende e à instauração de uma ditadura militar sob o comando do general Augusto Pinochet. O novo ambiente de repressão e violência política forçou os Rabêlo a buscarem segurança na França, onde permaneceram até 1979.

O relato de José Maria e Thereza Rabêlo não é apenas uma história de migração forçada, mas um testemunho do impacto das ditaduras militares na América Latina. O livro expõe como o exílio se torna uma condição permanente, uma constante fuga de regimes autoritários que parecem surgir onde quer que a família busque abrigo. Cada novo país

representava uma esperança de segurança, que repetidamente era frustrada pelos eventos políticos.

O exílio não é apenas um movimento físico de um lugar para outro, mas um processo de desenraizamento contínuo, como pontua Rabêlo. A cada mudança de país, a família enfrentava não apenas a perda do lar e da pátria, mas também o desafio de reconstruir suas vidas em um novo contexto cultural e linguístico, o que é especialmente difícil para as sete crianças que cresceram em meio a essas transições constantes.

José Maria Rabêlo inicia o livro com uma reflexão poderosa e melancólica sobre a natureza do exílio: “Se há hora para partir, não há prazo para voltar. Sua regra é a incerteza. Pode durar apenas alguns dias, semanas, ou uma vida inteira” (2001, p. 17). Essa frase encapsula a essência do exílio como uma experiência marcada pela imprevisibilidade e pela ausência de controle sobre o próprio destino.

Segundo Rabêlo, o exílio não é apenas uma mudança geográfica, mas uma condição existencial dominada pela incerteza. Ao partir, os exilados deixam para trás não apenas seu país, deixam também a segurança de estar em um lugar conhecido, cercado por pessoas conhecidas e que, mesmo com a incerteza do futuro, sabe que pode contar com a solidariedade de alguns a sua volta, o oposto do que sente ao partir.

O ato de exilar-se é envolto em esperança, não de encontrar um bom lugar no exterior, mas sim na esperança do regresso, como quando ele relata que, antes de partir, deixou uma nota dizendo: “Partimos para um breve regresso” (2001, p. 25). A declaração revela um otimismo inicial, uma expectativa de que a separação seria temporária e que o retorno ao lar estaria logo à frente.

Entretanto, o que se segue é a dura realidade que transforma esse “breve regresso” em uma incerteza que pode se estender indefinidamente. O exílio, como os Rabêlo descrevem, frequentemente se transforma em uma jornada sem fim, em que a ideia do retorno vai se distanciando à medida que os dias se transformam em semanas, as semanas em meses, e os meses em anos. A incerteza mencionada no início do livro é uma descrição do tempo, da identidade e do pertencimento, que se tornam cada vez mais diluídos quanto mais prolongado o exílio se torna.

A nota deixada por Rabêlo, repleta de esperança e de uma quase ingenuidade sobre o que estava por vir, contrasta fortemente com a realidade vivida ao longo dos anos que se seguiram. Esse contraste entre a expectativa de um breve retorno e a realidade de um exílio prolongado é emblemático da experiência de muitos exilados políticos da época, que, como os

Rabêlo, foram forçados a abandonar suas vidas e reconstruí-las em terras estrangeiras, muitas vezes sem a certeza de que algum dia poderiam retornar.

É devido justamente a essa incerteza que muitos companheiros sofriam da chamada “síndrome da volta” (Rabêlo e Rabêlo, 2001, p. 88). Essa síndrome se manifesta como uma obsessão pelo retorno ao país de origem, uma fixação que mantém os exilados emocionalmente presos ao Brasil, mesmo estando fisicamente distantes. Segundo Rabêlo, muitos companheiros de exílio permaneciam “obsessivamente ligados ao Brasil, na expectativa de receber uma notícia favorável” (2001, p. 88), uma esperança que, muitas vezes, se revelava ilusória e dolorosa.

Essa obsessão pelo retorno também se traduzia em uma prática simbólica: estar “(...) sempre com as malas prontas para a viagem de regresso” (2001, 88). As “malas prontas” representam mais do que a disposição para partir a qualquer momento; elas simbolizam a recusa em aceitar a nova realidade e a incapacidade de se desvincular emocionalmente do passado. Essa expectativa constante de retorno alimentava uma esperança que, para muitos, se tornava insustentável com o passar do tempo.

A “síndrome da volta” ilustra a angústia e o sofrimento psíquico dos exilados, que se viam presos entre duas realidades: a terra natal, que já não era mais acessível, e o país estrangeiro, que nunca se tornaria um verdadeiro lar. A impossibilidade de retornar ao Brasil, aliada à incapacidade de criar raízes em outro lugar, gerava um estado de limbo emocional que, como Rabêlo observa, levou muitos ao desespero.

Esse estado de limbo e a constante espera por um retorno que talvez nunca acontecesse contribuíram para o aumento dos “diversos casos de suicídio” entre os exilados (Rabêlo e Rabêlo, 2001, p. 81). O suicídio, nesse contexto, pode ser visto como uma trágica tentativa de escapar de uma vida sem perspectivas, onde a esperança de retorno se converte em uma fonte de dor insuportável, mais uma fronteira, a da sanidade *versus* a loucura. A expectativa contínua de receber uma notícia favorável sobre o Brasil, seguida pela frustração repetida, pode levar ao esgotamento emocional e psicológico e, certamente, em vários casos, realmente levou.

A “síndrome da volta” também revela a profundidade da conexão dos exilados com sua terra natal e a dificuldade de aceitar a perda dessa conexão. Para muitos, a ideia de se desvincular do Brasil era impensável, mesmo quando as condições políticas e sociais tornavam o retorno improvável. Essa ligação obsessiva com o passado e a possibilidade, mesmo que distante, de retorno, impediam muitos exilados de se adaptarem às novas circunstâncias, mantendo-os presos em um ciclo de sofrimento e desespero.

Já Thereza relata que chegou a amar tanto o Chile quase como quanto o Brasil, mas também foi nesse país que sofreu um dos maiores terrores – prenderam, no temido Estádio Nacional, Pedro, seu filho mais velho, na ocasião com 17 anos de idade, durante três meses, porque não conseguiram prender o pai José Maria. Durante esse período ele sofreu maus-tratos, agressões e terror psicológico a fim de forçá-lo a entregar seu próprio pai. Tanto que chegaram a simular um fuzilamento para o “dobrar psicologicamente” (Rabêlo e Rabêlo, 2001, p. 241). O amor de Thereza pelo Chile reflete a capacidade dos exilados de criar novos laços afetivos com o lugar que os acolhe, mesmo em meio à dor e ao desarraigamento.

O episódio da detenção de Pedro ilustra o impacto devastador que a repressão política pode ter sobre as famílias, especialmente sobre os filhos, que muitas vezes são alvos indiretos das perseguições sofridas por seus pais. A tortura do jovem visava atingir José Maria Rabêlo, como também destruir a paz e a esperança da família como um todo. Thereza, que havia encontrado no Chile um lugar para recomeçar, viu esse sentimento de segurança desmoronar diante da brutalidade do regime.

A experiência de ter um filho preso e torturado por razões políticas também expõe a vulnerabilidade dos exilados, que, apesar de estarem longe de sua terra natal, continuam a ser perseguidos pelo espectro da violência e da opressão. A simulação do fuzilamento, em particular, é um exemplo cruel de como os regimes autoritários utilizam o terror psicológico como ferramenta para quebrar a resistência e o espírito de seus opositores. No caso do filho de Thereza, o objetivo era forçá-lo a trair seu pai, transformando um vínculo de amor e lealdade em um instrumento de dor e manipulação.

Essa vivência dolorosa reflete a ambivalência do exílio, no qual o refúgio em um novo país pode ser tanto uma fonte de segurança quanto um palco para novos traumas. O amor que Thereza sentia pelo Chile (sobretudo no período do governo Allende, em que a mulher viu materializados no país vizinhos os sonhos alimentados no Brasil), um país que a acolheu, se vê abalado pela brutalidade que sua família enfrentou. Essa dualidade entre o amor por uma nova pátria e a dor infligida por essa mesma terra é emblemática das experiências de muitos exilados que, ao tentar reconstruir suas vidas, se deparam com novas formas de sofrimento e perseguição.

Apesar do peso esmagador do exílio e das inúmeras adversidades que ele impunha, a resistência dos brasileiros exilados permaneceu notavelmente ativa. Longe de se renderem à desesperança e à apatia, muitos exilados continuaram a lutar contra os regimes ditatoriais que os haviam forçado a deixar o país, utilizando a palavra escrita como uma poderosa arma de resistência. A produção e disseminação de informações através da imprensa exilada foram

fundamentais para manter viva a luta contra a repressão e para denunciar as atrocidades cometidas pelos regimes autoritários no Brasil e em outros países da América Latina.

No estudo de Denise Rollemberg (1999, p. 354-356), a autora lista a prolífica atividade jornalística dos exilados brasileiros, nomeando uma série de periódicos que foram publicados em diversas partes do mundo, onde havia concentrações significativas de brasileiros exilados. Esses periódicos, muitas vezes produzidos em condições adversas e com recursos limitados, tornaram-se veículos essenciais para a circulação de ideias, notícias e análises políticas que eram censuradas ou distorcidas pela imprensa oficial nos países sob ditadura.

A resistência no exílio encontrou nos periódicos um meio de comunicação vital para manter a coesão entre os exilados, bem como para conectar-se com as lutas que continuavam no Brasil. Publicações como *Brasil Socialista*, *Correio Braziliense* e *Brasil Livre*, entre outras, surgiram em lugares como França, México e Portugal, respectivamente, dentre outras localidades que acolheram os exilados brasileiros. Esses periódicos funcionavam não apenas como instrumentos de denúncia, mas também como espaços de reflexão e elaboração teórica sobre a situação política do Brasil e da América Latina como um todo.

A imprensa exilada foi um campo de resistência cultural e política que oferecia aos exilados um sentido de propósito e continuidade em meio ao desarraigamento. A produção desses periódicos exigia organização, criatividade e um comprometimento profundo com a causa da liberdade e da justiça. A escrita e a disseminação de informações tornaram-se formas de combater o isolamento e a desesperança, transformando o exílio em um espaço de produção intelectual e militância ativa.

Esses esforços jornalísticos também desempenharam um papel crucial na formação de redes internacionais de solidariedade. A circulação dos periódicos permitiu que as vozes dos exilados alcançassem leitores em outras partes do mundo, sensibilizando a opinião pública internacional sobre as condições no Brasil e ajudando a mobilizar apoio para a causa da redemocratização. Além disso, as publicações exiladas serviam como um meio de preservar e transmitir a memória das lutas políticas, garantindo que as histórias de resistência não fossem apagadas pela repressão.

Rollemberg destaca um trecho do *Front Brasileiro de Informações* (FBI):

As notícias transmitidas pelo FBI são recolhidas entre todas as organizações de resistência brasileiras. Uma equipe de militantes de ideologias diversas é encarregada de selecioná-las e de verificá-las. Todas as notícias divulgadas são ABSOLUTAMENTE verídicas e objetivas. Os combatentes da resistência brasileira não se interessam em divulgar mentiras. NOSSA ARMA É A VERDADE (grifos no original) (Rollemberg, 2001, p. 202).

A historiadora destaca a importância de veículos como o FBI, um periódico que circulava em várias cidades, como Santiago, Argel, Paris e em algumas da Itália. Esse trecho em particular sublinha o compromisso com a verdade que guiava os militantes exilados na divulgação de informações. No contexto de ditaduras militares, em que a censura e a propaganda distorciam a realidade, a disseminação de notícias verídicas se tornava uma estratégia de resistência crucial.

O FBI reunia informações de diversas organizações de resistência brasileiras, o que permitia uma visão ampla e plural das lutas contra o regime. A diversidade ideológica dentro da equipe editorial era, inclusive, um fator importante para garantir a abrangência e a credibilidade das informações divulgadas. A seleção cuidadosa das notícias e o rigor na verificação dos fatos revelam um compromisso ético que ia além da mera militância política; tratava-se de construir uma narrativa sólida e baseada em fatos, em contraposição às manipulações dos governos autoritários.

O destaque na frase “NOSSA ARMA É A VERDADE” reflete a crença de que, diante de regimes sustentados por mentiras e repressão, a verdade se torna uma arma poderosa. Ao enfatizar a veracidade das informações, o FBI buscava conquistar a confiança de leitores tanto dentro quanto fora do Brasil, construindo uma base de apoio internacional que fosse fundamentada na legitimidade de seus relatos. Essa ênfase na verdade também representava uma estratégia de diferenciação: ao contrário da propaganda oficial, que frequentemente distorcia os fatos para manter o controle, o FBI se propunha a ser uma fonte confiável e objetiva, ainda que militante.

A circulação desse tipo de publicação em diferentes países demonstra como a resistência exilada se organizou em redes transnacionais, utilizando a imprensa como um meio de manter a luta ativa, mesmo longe das fronteiras do Brasil. Esses periódicos informavam sobre os eventos no país de origem e mobilizavam solidariedade internacional, denunciavam as violações de direitos humanos e expunham a brutalidade dos regimes ditatoriais. A difusão dessas informações ajudou a construir uma narrativa alternativa à oficial, fortalecendo a imagem dos exilados como combatentes por justiça e democracia.

Não apenas informes, notícias e campanhas de denúncia eram produzidos. As memórias de Herbert Daniel, *Passagem para o próximo sonho: um possível romance autocrítico* (1982), como destaca Candido (2021), é um exemplo de como o exílio foi um espaço de resistência política, bem como um campo de intensa produção cultural e introspectiva. A escrita se tornou uma forma de resistência não apenas contra a opressão

externa, mas também contra o colapso interno diante da solidão e da perda. Daniel, ao transpor sua experiência para a literatura, oferece uma perspectiva rica e complexa sobre o exílio, onde a luta pela liberdade e pelo respeito à sexualidade se entrelaça com a luta pela manutenção da própria identidade e sanidade psicológica. Esse é um exemplo de uma produção literária que não foi publicada no exílio, mas sim em um período posterior, quando do regresso à pátria.

O ato de regressar ao país de origem não gera o alívio tão aguardado e esperado pelo exilado. Marcelo Viñar, no capítulo nono de seu livro, escreve sobre os traumas do exílio e também fala sobre o mito do retorno, que “é a ilusão de reencontrar a paisagem estática que deixamos e que não existe mais” (1992, p. 115). Ou seja, o retorno não cumpre a expectativa de alívio e reconexão que os exilados aguardam. Esse sentimento emerge da complexa interação entre tempo, espaço e identidade.

A experiência do exílio envolve um rompimento abrupto com a vida anterior, forçando o exilado a se adaptar a novos contextos culturais e sociais. Durante esse período, a nostalgia pelo lugar de origem frequentemente é idealizada, construindo a expectativa de que o retorno traga de volta a sensação de pertencimento e identidade que foi perdida. No entanto, ao regressar, o exilado se depara com um cenário profundamente alterado – tanto o ambiente quanto o próprio sujeito mudaram ao longo do tempo. O país de origem passou por transformações políticas, sociais e culturais, enquanto o exilado foi moldado por novas vivências e percepções. Essa desconexão gera frustração, já que a “paisagem estática” que se desejava reencontrar não mais corresponde à realidade.

Viñar enfatiza que o mito do retorno reside na crença de que o passado pode ser resgatado como algo intacto, subestimando o impacto das mudanças inevitáveis do tempo e das vivências acumuladas. O retorno, longe de ser uma restauração do que foi perdido, muitas vezes provoca uma segunda forma de exílio: a sensação de estranhamento em relação ao lugar que um dia foi familiar. Dessa forma, o retorno não é apenas um processo geográfico, mas é também emocional e psicológico, desafiando a identidade do exilado e reforçando a compreensão de que o lar, tal como existia na memória, já não é mais o mesmo.

Marcelo também sugere que esse confronto entre a expectativa e a realidade revela uma das faces mais dolorosas do exílio: a impossibilidade de recapturar o que foi deixado para trás, culminando em uma sensação de deslocamento permanente. Em vez de restaurar o que foi perdido, o retorno muitas vezes acentua a irreversibilidade da transformação pessoal e social que ocorreu tanto no indivíduo quanto em seu lugar de origem.

Thereza Rabêlo (2001, p. 252) expressa que há muita expectativa no retorno por ser um “reencontro com as nossas origens, com o nosso povo. Mas, mesmo assim, quinze anos pesam fortemente”. Assim,

Durante todo o exílio, tivemos uma vontade imensa de voltar. Mas com o passar dos anos, fomos nos afastando de nossas coisas, das pessoas, de nosso mundo, numa dolorosa sensação de corte com o passado. Por isso o temor que nos afligia quanto à volta, até mesmo quanto à possibilidade de não nos adaptarmos mais aqui. Havíamos mudado muito, o Brasil também (Rabêlo e Rabêlo, 2001, p. 219).

Thereza Rabêlo ressalta a força das expectativas associadas ao retorno, visto como um “reencontro com as nossas origens”, conforme citado acima. No entanto, mesmo com o desejo intenso de retorno que permeia o exílio, o longo tempo fora do país pesa sobre a experiência. Os quinze anos que passaram em exílio transformaram não apenas o Brasil, mas os exilados também, criando uma sensação de distanciamento e estranhamento.

Essa “dolorosa sensação de corte com o passado” torna o retorno um processo emocionalmente desafiador, pois, ao longo dos anos, as conexões com pessoas, lugares e o cotidiano se enfraqueceram. O medo de não conseguir se adaptar novamente ao ambiente que um dia foi familiar revela a profundidade das mudanças sofridas tanto pelo exilado quanto pelo país.

José Maria Rabêlo (2001, p.209) também relata esse sentimento:

Tínhamos inúmeras dúvidas sobre o Brasil que iríamos reencontrar. Temíamos os problemas que, por certo, enfrentaríamos para nos integrar de novo em nossa própria terra. E, sobretudo, víamos com preocupação a perda dos direitos sociais e da invejável qualidade de vida existentes na França. Também não imaginávamos como reagiriam os meninos em seu convívio com o País, que só de longe conheciam (Rabêlo e Rabêlo, 2001, p. 209).

José Maria compartilha a reflexão da esposa ao expressar as dúvidas e preocupações sobre o Brasil que eles reencontrariam. O temor de não conseguir se reintegrar à própria terra reflete a consciência das transformações sociais e culturais ocorridas durante o tempo de exílio. Além disso, havia uma preocupação prática e emocional quanto à perda dos direitos sociais e da qualidade de vida que experimentaram na França, país onde viveram durante a maior parte do exílio. A incerteza sobre como os filhos, que cresceram distantes do Brasil, se adaptariam ao novo contexto também revela a dimensão geracional do retorno, envolvendo não apenas os exilados, mas toda a família.

Esses relatos destacam que o retorno do exílio não é simplesmente uma volta ao ponto de partida, mas um encontro com um lugar que mudou e com um eu transformado pela experiência do afastamento. A expectativa de reencontro com as origens é confrontada com a realidade de que tanto o país quanto os indivíduos não são mais os mesmos. Esse choque entre o desejo idealizado do retorno e a realidade concreta do reencontro pode gerar uma sensação de desajuste, em que o exilado se vê estrangeiro em seu próprio lar. Dessa forma, o retorno se configura como uma nova etapa de transição, onde é necessário reconstruir laços, ressignificar identidades e enfrentar as diferenças que surgiram ao longo do tempo, tanto no ambiente externo quanto no íntimo do exilado.

Rollemberg resgata alguns trechos de depoimentos que também retratam esse sentimento com relação ao retorno. Vejamos alguns adiante.

Ricardo Vilas (apud Rollemberg, 1999, p. 289), por exemplo, sintetiza a transformação tanto pessoal quanto do país durante o período de afastamento, afirmando: “O Brasil, para mim, foi um choque. Saí com vinte anos, voltei com trinta. Mudou tudo. O país mudou. E eu me tornei adulto fora”. Esse testemunho evidencia a ruptura na continuidade da vida do exilado, que experimenta a transição para a maturidade em um contexto cultural e social distinto, o que influencia profundamente sua identidade e percepção de mundo.

Como complemento, a fala de Regina Bruno (apud Rollemberg, 1999, p. 289) acrescenta à reflexão o impacto da idealização que ocorre durante o exílio: “Lá [no exílio], você idealiza um outro Brasil. Você resgata da família e dos amigos o que há de bom... Você exclui o cotidiano”. Para muitos, a memória do país de origem é filtrada pela saudade e pela necessidade de manter viva uma conexão emocional com a pátria, no entanto, ao retornar, o exilado se depara com a realidade dura e imperfeita, em contraste com o Brasil idealizado que construiu durante os anos de afastamento.

Já Glória Ferreira (apud Rollemberg, 1999, p. 290) expressa o sofrimento do processo de adaptação após o retorno, descrevendo-o como: “Foi terrível a adaptação, um sofrimento, foi inacreditável”; “sensação de não saber onde está, quem é você”. Essa desorientação se deve ao fato de que, durante o exílio, tanto o indivíduo quanto o país passaram por transformações profundas e, ao voltar para um ambiente que deveria ser familiar, ele se torna estranho.

Com tudo o que foi disposto, é possível afirmar que o exílio é uma forma de desterro que vai além da simples separação geográfica. Ele impõe uma ruptura existencial que afeta profundamente a identidade e a continuidade da vida do exilado. Quando alguém é forçado a deixar seu país, há uma perda que transcende o território físico: é um rompimento com o

ambiente cultural, social e afetivo que molda quem somos. Dessa forma, exilar alguém equivale a eliminar parte essencial dessa pessoa, um fragmento da identidade que dificilmente poderá ser plenamente recuperado.

Essa ideia é refletida na dificuldade em se reconectar com seu país de origem após anos afastado. O choque do retorno, a sensação de estranhamento e a constatação de que tanto o país quanto o exilado mudaram profundamente indicam que algo foi perdido de maneira irreversível. A identidade, que é em grande parte construída em interação com o ambiente e as pessoas que nos cercam, sofre uma quebra ao ser desarraigada abruptamente. Quem foi exilado será forçado a reconstruir a vida em um contexto estrangeiro, renegociando seu senso de pertencimento, o que muitas vezes leva à constatação de uma identidade fragmentada.

Além disso, o exílio impõe um luto contínuo pelo passado interrompido. Laços afetivos, memórias e o cotidiano são deixados de lado, e, mesmo que o exilado possa eventualmente retornar, o tempo passado longe, aliado às mudanças tanto internas quanto externas, impede a recuperação plena do que foi perdido. A idealização do país de origem durante o período de afastamento e o confronto com a realidade no retorno mostram que a paisagem que se deixou não mais existe, pelo menos não da forma como era lembrada.

Esse processo pode ser comparado à perda de uma parte essencial de si mesmo. A cultura, os hábitos, a língua, as relações e as referências que moldaram a identidade inicial do exilado são, em parte, suprimidas ou transformadas ao longo do tempo. Mesmo que a exilada crie novas raízes em outro lugar, a falta de continuidade com a própria história provoca um sentimento de incompletude. É como se uma parte da vida fosse interrompida e, mesmo com a tentativa de retomá-la, ela nunca mais se encaixa da mesma forma.

Portanto, o ato de exilar alguém é, de fato, uma espécie de apagamento parcial de sua identidade. Ao privar o indivíduo do contato com seu ambiente original, força-se uma cisão que jamais poderá ser plenamente reparada. O exílio deixa marcas profundas, uma espécie de ausência contínua que acompanha o indivíduo pelo resto da vida. Mesmo que ele retorne ao seu país de origem, essa parte perdida de sua história, de suas relações e de sua identidade permanece irreparável, deixando cicatrizes que carregam o peso da experiência vivida.



CAPÍTULO 2:
DAS REMINISCÊNCIAS INDIVIDUAIS À LITERATURA
TESTEMUNHAL: A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA COLETIVA

Oh, memória, inimiga mortal de meu descanso!

(Miguel de Cervantes, 2012, p. 198)

Há uma dialética constante entre memória e esquecimento, que se manifesta com particular intensidade nas vivências de quem passou por regimes autoritários e exílios forçados. A memória não é apenas um repositório de fatos passados, tornando a mente um campo de batalha no qual passado, presente e futuro são continuamente disputados. É nessa arena que os fantasmas do passado ganham forma, assombrando aqueles que, mesmo desejando esquecer, encontram-se confrontados com lembranças que teimam em ressurgir.

Leda Martins aponta o tempo da memória como um tempo espiralar (Martins, p.83-89), integralizando e teorizando a partir da percepção de ancestralidade, mas nos apropriando desse conceito, é possível aplicá-lo de também na memória, pois o passado é algo sempre presente que, caso não controlado, pode ditar o futuro daqueles que sofreram um evento traumático.

A vontade de esquecer episódios traumáticos é compreensível. Afinal, a memória de um passado repleto de dor e perda pode ser insuportável. Porém, essa tentativa de apagamento raramente é bem-sucedida. Os eventos traumáticos, especialmente aqueles vividos em contextos de opressão política, resistem ao esquecimento precisamente porque são constitutivos da identidade do indivíduo e da coletividade. São essas experiências, por mais dolorosas que sejam, que moldam as subjetividades e determinam a forma como esses indivíduos e grupos se posicionam no mundo.

Ao olhar para as histórias daqueles que sobreviveram às ditaduras e ao exílio, percebe-se que os traumas do passado se entrelaçam com a luta pelo reconhecimento e pela justiça. Esquecer, nesses casos, não é apenas difícil, mas também perigoso, pois pode significar a negação de uma parte essencial da própria identidade. Além disso, o esquecimento pode implicar na invisibilidade das violências sofridas, abrindo espaço para a repetição dos mesmos erros no futuro. Portanto, as lembranças que insistem em permanecer, apesar de dolorosas, são fundamentais para a construção de uma memória coletiva que resista ao apagamento histórico e que contribua para a formação de uma sociedade mais justa.

Os que viveram as ditaduras e o exílio trazem consigo marcas indelévels dessas experiências, que, longe de serem apenas feridas a serem curadas, também são fontes de resistência e de força. Ao reconhecer a importância dessas memórias, é possível transformar o sofrimento em uma ferramenta para a reconstrução do tecido social, em que o passado não é simplesmente um fardo, mas um alicerce sobre o qual se pode erguer um futuro mais consciente e solidário.

Nesse sentido, a insistência da memória, por mais perturbadora que seja, cumpre um papel crucial na afirmação da identidade e na luta contra o esquecimento coletivo. Assim, o que desejamos erradicar de nossa memória é, paradoxalmente, o que nos define, nos impulsiona e nos conecta a uma comunidade mais ampla, formada por aqueles que compartilham uma história de luta e resistência.

Com isso em mente, as obras produzidas dentro do gênero da literatura testemunhal, em diferentes países e contextos, cumprem uma função que vai além da mera narração de histórias pessoais. Elas se tornam veículos fundamentais para a construção de uma memória coletiva, ao registrar vivências traumáticas que de outra forma poderiam se perder ou serem silenciadas. A literatura testemunhal, ao dar voz aos sobreviventes de ditaduras, exílios, perseguições e outras formas de violência, desempenha um papel crucial na articulação de uma identidade coletiva que se funda na partilha de experiências de dor, resistência e sobrevivência.

Ao partilhar essas vivências, os autores testemunhais permitem que o leitor se conecte com as feridas de um passado que, embora individual, possui ressonâncias globais. Dessa maneira, a memória individual se expande para um plano coletivo, contribuindo para a construção de uma identidade comum, que resiste ao esquecimento e afirma a importância de lembrar. Esse processo de “memorialização coletiva”, nutrido pela literatura testemunhal, cria um elo entre diferentes gerações e geografias, unindo aqueles que viveram diretamente as atrocidades com aqueles que buscam compreendê-las e evitá-las no futuro.

2.1 A construção da memória: do individual ao coletivo

O que será a memória? Apenas um processo mental que nos permite lembrar fatos? Um meio de construção de saber? Ou a deusa da sabedoria? No livro *Human Memory and Material Memory*²¹ (2019), Christian Lexcellent diz que na Grécia Antiga,

(...) memory was of such great importance that Mnemosyne, goddess of memory, was the mother of nine muses, goddesses who presided over knowledge: Clio was beneficial to history; Euterpe to music; Melpomeni to tragedy; Erato to poetry; Ourania to sciences; and so on. There was a cult of

²¹ “Memória Humana e Memória Material”. (Tradução nossa).

Mnemosyne, and people who wanted to improve their memory went on thermal cures deemed to be beneficial²² (Lexcelent, 2019, p. 3).

Se a mãe das musas é a memória, a mensagem é clara: o conhecimento, seja histórico, artístico ou científico, só se constrói sobre a base da lembrança. Clio, a musa da História, revela que, sem memória, o passado se perde, e, com ele, as lições e as identidades. Euterpe, musa da música, sugere que a arte melódica, muitas vezes intuitiva e fluida, depende de padrões memorizados, estruturas harmônicas internalizadas ao longo do tempo. Melpômene e Erato, musas da tragédia e da poesia, lembram que as artes dramática e lírica também se baseiam na evocação de experiências e emoções que estão inscritas na memória humana. Ourânia, musa das ciências, destaca que todo conhecimento científico é cumulativo, depende do que foi registrado, organizado e memorizado pelas gerações anteriores.

O culto de Mnemosyne, mencionado por Lexcelent (2019, p. 3), incluindo os “tratamentos termais” para melhorar a memória, evidencia o reconhecimento cultural da memória como uma habilidade a ser cuidada, treinada e reverenciada. No mundo contemporâneo, enquanto a neurociência estuda os mecanismos biológicos da memória e a psicologia investiga seus processos cognitivos, na Grécia Antiga havia uma dimensão sagrada e ritualística em relação ao que poderíamos hoje chamar de desenvolvimento cognitivo.

Além disso, a ideia da memória como deusa é uma metáfora poderosa para entender que a memória serve como ponte entre o presente e o passado. Ela não é passiva, mas ativa, remodelando o presente a partir do que foi vivido e/ou aprendido. Na perspectiva histórica, ela nos permite construir identidades, compreender traumas (como no caso dos exílios e ditaduras), e desenvolver uma narrativa coletiva. Na arte e na ciência, ela é a base sobre a qual novos saberes se constroem.

Fisiologicamente, a composição da memória ainda divide estudiosos, em cinquenta anos de estudos sobre o tema – de um lado, Atkinson e Shiffrin (1977, p. 8) categorizam a memória “(...) into three structural components: the sensory register, the short-term store, and the long-term store”²³; enquanto do outro, Lexcelent (2019, p. 15-17) subdivide da seguinte forma: Lexical memory; Sensory memory; Short-term memory; Working memory; Long-term

²² “(...) a memória tinha uma importância tão grande que Mnemosyne, deusa da memória, era mãe de nove musas, deusas que presidiam o conhecimento: Clio foi benéfica para a história; Euterpe à música; Melpomeni à tragédia; Erato à poesia; Ourânia às ciências; e assim por diante. Havia um culto à Mnemosyne, e as pessoas que queriam melhorar a memória iam a tratamentos termais considerados benéficos”. (Tradução nossa).

²³ “(...) em três componentes estruturais: o registro sensorial, o armazenamento de curto prazo e o armazenamento de longo prazo”. (Tradução nossa)

memory; Explicit memory; Semantic memory; Episodic memory; Retrospective memory; Prospective memory; Implicit memory; Memory of smells²⁴.

A principal diferença entre os dois estudos reside no nível de detalhamento e na abordagem para categorizar as diferentes formas de memória. Atkinson e Shiffrin oferecem um modelo mais linear e sequencial, focando nos estágios pelos quais as informações passam para serem armazenadas a longo prazo. Esse modelo é útil para uma compreensão geral dos processos de armazenamento e recuperação de memória, mas pode ser considerado limitado em termos de como aborda a variedade de memórias específicas envolvidas em diferentes funções cognitivas.

O funcionamento da memória humana depende de diversas áreas do cérebro, cada uma delas desempenhando um papel crucial e complementar para assegurar a codificação, consolidação, armazenamento e recuperação de informações. Dentre essas regiões, destacam-se o lobo frontal, o lobo temporal, o hipocampo, o cerebelo e a amígdala, todas elas envolvidas em diferentes aspectos da memória.

Em suma, fisiologicamente, o processo de memória começa com a captação de informações pelos sentidos, como visão, audição e tato. Essas informações são convertidas em sinais elétricos e químicos que percorrem as redes neurais. O cérebro então distribui esses sinais pelas áreas responsáveis por processar e armazenar informações, como o hipocampo, o córtex e outras estruturas envolvidas na memória. Mas sabemos que psicologicamente, os processos da memória são mais complexos, inclusive no tocante àquilo que esquecemos. Mas o que, exatamente, leva ao esquecimento?

Antes de mais nada, é preciso entender o que é o esquecimento – Iván Izquierdo em seu livro *A arte de esquecer: cérebro e memória* (2010) também faz um sobrevoo sobre como a memória funciona e como evocá-la para apresentar as quatro formas de esquecimento. Ele ressalta que as memórias “são adquiridas sob a influência de um determinado ‘tônus’ cerebral [...] e de um ‘tônus hormonal paralelo’” (Izquierdo, 2010, p. 41) e a evocação dessa memória se dá quando “o ‘tônus’ neurohumoral e hormonal vigente no momento de sua aquisição se repete” (Izquierdo, 2010, p. 41).

Basicamente há quatro formas de esquecimento. Duas delas consistem em tornar as memórias menos acessíveis, mas em geral sem perdê-las por

²⁴ “Memória lexical; Memória sensorial; Memória de curto prazo; Memória de trabalho; Memória de longo prazo; Memória explícita; Memória semântica; Memória episódica; Memória retrospectiva; Memória prospectiva; Memória implícita; Memória olfativa”. (Tradução nossa)

completo: a extinção e a repressão. As outras duas consistem em perdas reais de informação. Uma delas por bloqueio de sua aquisição, e a outra por deterioração e perda de informação, o esquecimento propriamente dito. O esquecimento real não é uma arte: é uma pena. Talvez necessária [...], mas uma pena enfim; um acontecimento em geral não voluntário. A arte de esquecer se concentra na extinção – e em seus parentes próximos, a habituação e a discriminação – e na repressão (Izquierdo, 2010, p. 21).

O neurocientista identifica quatro formas principais de esquecimento. As duas primeiras - “extinção e repressão” (Izquierdo, 2010, p. 21) - envolvem a redução do acesso às memórias, sem que a informação seja completamente perdida. No caso da extinção, a memória é gradualmente desativada pela falta de uso, enquanto na repressão, o cérebro suprime ativamente uma lembrança, geralmente por motivos emocionais. Esses mecanismos demonstram que nem sempre o esquecimento é uma perda definitiva de informações; muitas vezes, é uma questão de acessibilidade.

As outras duas formas de esquecimento, conforme Izquierdo, envolvem perdas reais de informação. Uma ocorre quando há um “bloqueio de sua aquisição” (Izquierdo, 2010, p. 21), impedindo sua consolidação eficaz no cérebro. A outra forma é o esquecimento verdadeiro, que acontece por “deterioração e perda de informações” (Izquierdo, 2010, p. 21), onde traços de memória são efetivamente apagados ao longo do tempo devido à decadência natural das conexões neurais ou por fatores como traumas neurológicos.

A ideia de que o esquecimento não é sempre voluntário, mas, muitas vezes, um “infortúnio” (Izquierdo, 2010, p. 21), destaca a inevitabilidade do processo, especialmente em casos de perdas irreversíveis. Izquierdo observa que, enquanto a extinção e a repressão podem ser vistas como parte de uma “arte de esquecer” – um mecanismo adaptativo para gerir o excesso de informações e emoções – o verdadeiro esquecimento, quando ocorre, é muitas vezes lamentável, embora talvez necessário para a economia cognitiva.

Assim, o esquecimento se revela um fenômeno complexo e inevitável. Algumas memórias simplesmente se tornam inacessíveis ou menos importantes, enquanto outras se perdem definitivamente. O equilíbrio entre a capacidade de lembrar e a necessidade de esquecer reflete a plasticidade do cérebro e sua capacidade de adaptar-se às necessidades emocionais e cognitivas de cada momento.

O cientista argentino (Izquierdo, 2010, p. 72) aponta que o Brasil é frequentemente descrito como um país sem memória histórica, uma afirmação que, embora generalizada, não se aplica apenas ao contexto brasileiro. Muitos povos compartilham dessa característica, em

que o passado se torna uma narrativa contínua e, por vezes, idealizada ou heroica. No entanto, no Brasil, essa falta de memória histórica assume contornos específicos, particularmente no que se refere à ausência de culto a “heróis militares”, uma prática comum em outras nações.

O esquecimento histórico no Brasil é um fenômeno que transcende o simples desconhecimento do passado. Em muitos países, o passado é frequentemente idealizado, com heróis militares sendo centrais na formação da identidade nacional. No entanto, no Brasil, a ausência de “heróis militares” reverenciados reflete um aspecto peculiar do processo de construção da memória coletiva. Enquanto países como os Estados Unidos exaltam figuras como Eisenhower e MacArthur, e a América Latina celebra líderes militares como Bolívar e San Martín, o Brasil parece não incorporar figuras militares em sua narrativa histórica popular (Izquierdo, 2010, p. 72).

Essa negligência com a memória militar pode ser explicada, em parte, pelo caráter histórico dos conflitos internos brasileiros. As revoltas militares, como o movimento tenentista ou os eventos da ditadura militar (1964-1985), são frequentemente lembrados de forma polarizada e fracionada, sendo evitados como símbolos de unidade nacional. A memória dos conflitos internos, ao contrário de guerras externas que tendem a unir as nações em torno de uma causa comum, é frequentemente suprimida ou deixada de lado, para evitar a reabertura de feridas políticas e sociais. Assim, no Brasil, segundo Izquierdo, o esquecimento de figuras militares pode ser visto como uma escolha consciente de não glorificar conflitos internos.

É importante notar que o fenômeno de repressão ou esquecimento histórico não é exclusivo do Brasil (Izquierdo, 2010, p. 74), nações como a Alemanha e a Rússia também lidam com o desafio de suprimir partes desconfortáveis de sua história, como os anos sob o regime nazista ou estalinista. A negação coletiva desses capítulos, muitas vezes substituída por narrativas heroicas, cria uma lacuna no entendimento das novas gerações sobre os erros do passado. No Brasil, essa dinâmica é observada em relação à ditadura militar, cujos abusos e atrocidades são frequentemente varridos para debaixo do tapete, tanto no discurso público quanto no ensino da história.

Essa negação tem implicações diretas para a construção da identidade nacional. O esquecimento de eventos significativos, como as ditaduras ou a corrupção política, impede a formação de uma memória coletiva crítica e madura, o que pode contribuir para a repetição de erros históricos. Ao votar em políticos com passados comprovadamente corruptos ou ao ignorar os crimes cometidos durante o regime militar, a sociedade brasileira demonstra como

o esquecimento pode ser um mecanismo de adaptação social, mas com consequências negativas a longo prazo.

A manipulação dessa identidade coletiva por governos totalitários é uma prática profundamente imoral, que busca controlar a narrativa histórica de uma nação e, conseqüentemente, moldar sua identidade. Essa “arte” do esquecimento foi aperfeiçoada por diversos líderes ao longo da história, resultando em consequências devastadoras para os povos afetados. Exemplos emblemáticos, como os regimes de Stalin na União Soviética e Hitler na Alemanha (Izquierdo, 2010, p. 76), demonstram como o controle da memória pode ser utilizado como uma ferramenta de opressão e desinformação.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, a dinâmica de esquecimento se reverteu (Izquierdo, 2010, p. 77). Os vencedores, em especial os aliados, precisaram apagar a memória dos crimes cometidos por alguns de seus novos aliados, como os cientistas nazistas que foram recrutados para contribuir em projetos militares e tecnológicos. Werner von Braun, por exemplo, tornou-se um símbolo da exploração espacial americana, enquanto seu passado nazista foi convenientemente esquecido. Essa amnésia seletiva permitiu que os EUA e outros países se beneficiassem do conhecimento científico, mesmo que isso implicasse a promoção de figuras com um histórico de barbaridades.

A propaganda, sob a liderança de figuras como Joseph Goebbels, tornou-se uma arma poderosa para perpetuar a arte do esquecimento. Uma frase de Goebbels retomada pelo médico argentino diz que “uma mentira, se suficientemente repetida, faz com que os povos esqueçam a verdade” (Izquierdo, 2010, p. 78). Essa tática foi aplicada de maneira eficaz em várias situações políticas, na Alemanha e em regimes comunistas e democracias ocidentais. A distorção da verdade através da repetição de falsidades criou um ambiente propício para a aceitação de narrativas prejudiciais e antiéticas.

A “arte” de fazer com que um povo esqueça sua memória é uma das mais insidiosas formas de controle social. Ao tentar apagar eventos importantes da história e reescrever narrativas, regimes autoritários não apenas despojam os cidadãos de seu passado, mas também os privam de uma identidade cultural e ética.

O esquecimento forçado é uma violência contra a memória coletiva e impede que sociedades aprendam com seus erros. À medida que o mundo contemporâneo enfrenta novos desafios, é imperativo que a história seja lembrada de forma precisa e honesta, evitando os perigos da desinformação e da manipulação da memória coletiva. Somente assim poderemos construir sociedades mais justas e conscientes de seu legado histórico.

O termo “memória coletiva” surge primeiramente nos escritos do professor e sociólogo francês Maurice Halbwachs, que desenvolveu essa noção em quatro capítulos manuscritos intitulados “La mémoire collective”²⁵, datados de 1950. Em sua análise, o teórico discute a relação intrínseca entre a memória individual e a coletiva, apontando que até as lembranças pessoais são moldadas por contextos sociais e são compartilhadas por outras pessoas, o que as torna também coletivas. Esse conceito sugere que a memória individual não é isolada ou puramente subjetiva, mas sim um produto das interações com o meio social e dos vínculos com outros membros de uma comunidade.

Para Halbwachs, o que recordamos individualmente é sempre influenciado pelas estruturas sociais e pelas relações intersubjetivas que estabelecemos com o grupo ao qual pertencemos. Assim, mesmo nossas lembranças mais íntimas estão inseridas em uma matriz social, sendo constantemente modeladas e influenciadas pelas narrativas coletivas. O intelectual argumenta que, ao recordar algo, fazemos isso através de um processo de validação e de reconstrução dentro de grupos sociais, que fornecem os quadros de referência necessários para que essas lembranças façam sentido (Halbwachs, 1990, p. 26).

Dessa forma, a dualidade entre memória individual e coletiva – tendo em vista que a memória individual pode ser diferente da coletiva devido às diversas perspectivas de vivência – é central em seu pensamento, e ele demonstra como esses conceitos não são independentes um do outro. A memória coletiva exerce uma função crucial, não só ao fornecer os elementos necessários para que a lembrança individual ocorra, mas também ao influenciar a forma como essas lembranças são interpretadas e perpetuadas ao longo do tempo. Isso evidencia o papel das instituições sociais, como a família, o Estado e as comunidades, na construção e manutenção da memória.

Apesar de complementares, as memórias individual e coletiva podem apresentar também divergências (Halbwachs, 1990, p. 47-52). A divergência pode ocorrer quando a experiência pessoal de um indivíduo não coincide com a narrativa dominante de um grupo ou sociedade. Em situações de conflito, trauma ou eventos históricos marcantes, como guerras ou ditaduras, a experiência individual pode contrastar fortemente com a versão oficial ou coletiva do que aconteceu. Por exemplo, em regimes autoritários, a memória coletiva promovida pelo Estado pode omitir ou distorcer certos eventos, enquanto as vítimas individuais, ou seus descendentes, mantêm uma memória alternativa e, muitas vezes, dolorosa.

²⁵ “A memória coletiva”. (Tradução nossa)

Por outro lado, em muitos casos, as memórias individual e coletiva podem ser complementares, reforçando e enriquecendo mutuamente a compreensão do passado. As lembranças individuais fornecem nuances e detalhes que a memória coletiva, por sua natureza mais ampla, muitas vezes não captura. Ao mesmo tempo, a memória coletiva oferece um contexto dentro do qual a memória individual ganha sentido e pode ser comunicada a outros.

Por exemplo, em processos de reconstrução de memória após conflitos ou desastres, as lembranças individuais contribuem para o enriquecimento da memória coletiva. Testemunhos de sobreviventes de eventos traumáticos, como o Holocausto ou as ditaduras militares na América Latina, frequentemente complementam e aprofundam as narrativas coletivas, preenchendo lacunas e trazendo à tona aspectos muitas vezes silenciados ou marginalizados. Essas memórias individuais funcionam como peças de um quebra-cabeça que, juntas, constroem uma narrativa mais abrangente e complexa.

Para “exercitar o esquecimento” - como descrito previamente com base em Izquierdo - de uma memória individual, muitas vezes é necessário cortar os laços com o círculo social no qual ela está inserida (Halbwachs, 1990, p. 27-33). Esse processo pode ser visto como uma forma de desconexão tanto emocional quanto social, e envolve o rompimento com os quadros de referência que sustentam e reforçam aquela lembrança. A memória individual, como já visto, não é construída de forma isolada; ela está sempre vinculada a um contexto coletivo, ao ambiente social e às interações com os outros. Assim, esquecer uma memória pessoal implica, em muitos casos, afastar-se ou redefinir os laços com aqueles que compartilham ou evocam essa memória.

O círculo social ao qual pertencemos desempenha um papel fundamental na preservação das memórias. As interações cotidianas, as conversas, os rituais e até mesmo os espaços físicos podem servir como gatilhos que mantêm vivas determinadas lembranças. Esse processo de reforço ocorre tanto de maneira consciente quanto inconsciente. Um grupo familiar ou uma comunidade, por exemplo, pode continuamente evocar memórias de um evento significativo, como um trauma coletivo, uma perda ou uma celebração. Nesse sentido, o grupo social atua como um depósito de lembranças, criando um ambiente que torna o esquecimento difícil.

Se uma memória individual está associada a dor ou sofrimento, o contato constante com um círculo social que a reforça pode impedir que o indivíduo se desligue dessa lembrança. Eventos traumáticos, em particular, tendem a ser intensamente compartilhados por grupos que passaram pela mesma experiência, e o círculo social se torna um espaço onde essa

memória é revivida e revalidada constantemente. Por exemplo, no caso de sobreviventes de guerras ou desastres, a memória coletiva da comunidade sobre o acontecimento pode dificultar que o indivíduo se distancie de suas próprias lembranças pessoais.

Quando o objetivo é esquecer uma memória individual, romper com o círculo social que a reforça pode ser uma estratégia eficaz. Esse rompimento envolve não apenas o distanciamento físico, mas também um afastamento simbólico das estruturas que sustentam essa memória. Ao cortar os laços com aqueles que continuamente evocam o acontecimento, o indivíduo pode gradualmente diminuir a influência da memória coletiva sobre sua própria lembrança. A ausência de reforço social permite que o processo de esquecimento ocorra de forma mais natural, já que a memória não é constantemente reativada.

Esse afastamento pode assumir diferentes formas. Uma pessoa pode, por exemplo, mudar-se para um novo ambiente onde não há vínculos diretos com o passado, buscando um espaço em que sua memória pessoal não seja frequentemente evocada. Esse distanciamento do círculo social e da geografia associada à memória pode ser crucial para que o indivíduo reconstrua sua identidade sem a constante presença da lembrança que deseja esquecer.

Esquecer, nesse sentido, não é apenas um processo de eliminação de lembranças, mas uma forma de reconstrução da identidade. Ao cortar os laços com o círculo social que reforça a memória coletiva, o indivíduo ganha a oportunidade de reinterpretar sua história pessoal. A ausência de reforço social cria espaço para novas narrativas e experiências, permitindo que memórias mais recentes ou menos dolorosas ganhem proeminência. A reconfiguração dos laços sociais, ao inserir-se em novos grupos ou ambientes, oferece a chance de criar novos quadros de referência que não estejam vinculados à memória que se deseja esquecer.

Sob uma perspectiva diferente, o ato de ser forçado a deixar o círculo social e acabar esquecendo detalhes importantes da própria vida pode ser visto como uma forma de perda de identidade e de fragmentação do eu. Quando alguém é retirado, por razões externas ou internas, do ambiente social em que sua memória foi formada e nutrida - como visto no capítulo anterior - esse distanciamento não apenas enfraquece a ligação com as memórias indesejadas, mas também pode apagar aspectos fundamentais de quem a pessoa é e de onde ela veio. Isso pode resultar em um esquecimento involuntário de detalhes que compõem a história pessoal, levando a um sentimento de desconexão com o próprio passado.

Os círculos sociais, compostos por familiares, amigos e colegas, desempenham um papel crucial na preservação e validação das nossas memórias, conforme a teoria de Halbwachs. Esses grupos funcionam como guardiões de fragmentos de nossas vidas, muitas

vezes lembrando detalhes que nós mesmos poderíamos ter esquecido. Reuniões de família, conversas informais ou a simples convivência cotidiana permitem que as memórias sejam revisadas, recontadas e mantidas vivas. São nesses contextos que nossas lembranças são constantemente reafirmadas e integradas na narrativa coletiva do grupo.

Quando uma pessoa é forçada a se distanciar desse círculo, a ausência das lembranças compartilhadas e do ambiente familiar pode levar a um enfraquecimento progressivo da memória individual. Detalhes importantes da vida pessoal, como momentos significativos ou mesmo pequenos eventos que formam a base da identidade de alguém, podem começar a desaparecer com o tempo - tendo em vista a teoria de Izquierdo.

Sem o apoio coletivo que reforça nossas memórias, a mente humana tende a deixar escapar detalhes que antes pareciam permanentes. Isso pode ser especialmente verdadeiro para memórias de infância ou eventos importantes que foram repetidamente trazidos à tona em conversas familiares, mas que agora, sem a presença daqueles que as compartilharam, começam a se dissipar. A memória individual é frágil e vulnerável ao esquecimento, especialmente quando não há estímulos externos que a alimentem.

Para alguém que foi forçado a romper com seu círculo social, o esquecimento pode se estender a aspectos essenciais da própria vida, incluindo elementos de sua identidade, suas raízes culturais e até seus relacionamentos. Sem a constante presença daqueles que ajudavam a recordar, é possível que a pessoa comece a perder a conexão com essas partes de sua história. Isso pode gerar um vazio e uma sensação de alienação, como se uma parte da própria existência tivesse sido apagada ou estivesse faltando.

A memória é uma parte essencial da construção da identidade. Ao esquecer detalhes importantes da vida, a pessoa corre o risco de perder uma parte de si mesma. Esse tipo de esquecimento pode ser devastador, porque afeta a maneira como a pessoa se percebe e como se relaciona com seu próprio passado. Sem a presença de memórias que antes definiam quem ela era, o indivíduo pode experimentar uma crise de identidade, questionando sua trajetória de vida e suas escolhas.

Essa perda de memória pode se manifestar em pequenos aspectos, como esquecer datas importantes, nomes de pessoas próximas ou até mesmo sentimentos associados a determinados eventos. Com o passar do tempo, a perda de detalhes pode se acumular, levando a uma sensação de deslocamento e uma desconexão profunda com o passado. Para aqueles que foram forçados a deixar seu círculo social, essa situação pode ser particularmente

dolorosa, já que eles não têm como acessar as fontes externas de memória que poderiam ajudá-los a lembrar e reconstruir sua narrativa pessoal.

Para algumas pessoas, o distanciamento de seu círculo social e o consequente esquecimento podem ser um processo gradual e inevitável. No entanto, há aqueles que tentam ativamente reconstituir suas memórias perdidas. Isso pode ser feito através de tentativas de reconectar-se com pessoas do passado, visitar lugares que antes eram significativos ou revisitar diários, cartas e fotografias antigas. Esses esforços são uma tentativa de lembrar e, ao mesmo tempo, de reconstruir a identidade que se desintegrou devido ao afastamento.

Contudo, mesmo com essas tentativas, a perda de memória pode ser permanente em certos casos, e a pessoa pode nunca recuperar completamente os detalhes que foram apagados. Isso pode resultar em uma nova forma de vida, onde o indivíduo precisa lidar com as lacunas em sua própria história e aprender a viver com uma identidade fragmentada, marcada pela ausência de lembranças importantes.

Cortar os laços com um círculo social por vontade própria é uma forma eficaz de promover o esquecimento de uma memória individual, mas ser forçado a deixar o círculo social e acabar esquecendo detalhes importantes da própria vida pode ser um processo de perda profunda, com implicações para a identidade. É certo que, para ambos os casos, o desafio de lidar com uma identidade fragmentada pode ser um aspecto doloroso, mas também pode abrir caminho para novas formas de se relacionar com o próprio passado e de reconstruir a história pessoal.

Com tudo o que foi apresentado até o presente momento, é possível inferir que textos, relatos, entrevistas, livros e, até mesmo, pesquisas acadêmicas desempenham um papel crucial na construção de uma memória coletiva, sendo ferramentas que documentam, preservam e transmitem experiências e narrativas compartilhadas por grupos sociais. Esses recursos são essenciais para a criação e manutenção de uma memória coletiva porque organizam e dão forma a lembranças individuais e fragmentadas, transformando-as em uma narrativa coesa que pode ser compreendida e transmitida ao longo do tempo.

Relatos e entrevistas, especialmente de testemunhas e participantes de eventos históricos, são uma fonte vital para a construção da memória coletiva de um povo, pois oferecem perspectivas pessoais e diretas sobre acontecimentos passados. Esses testemunhos capturam a experiência vivida de indivíduos que, de outra forma, poderiam ser esquecidos ou marginalizados pelas narrativas oficiais. A oralidade, portanto, ocupa um papel central na

preservação de memórias que não estão registradas em documentos formais, sendo um meio valioso de integrar vozes diversas na narrativa coletiva.

Em processos de reconstrução da memória, como em comissões da verdade ou iniciativas de justiça transicional, o uso de entrevistas e relatos pessoais permite que o grupo social, ou até uma nação inteira, entenda os traumas e as conquistas de seu passado de uma maneira mais íntima e humana. Esses relatos oferecem detalhes subjetivos que frequentemente são perdidos em registros formais, e, quando coletivamente organizados, ajudam a criar um panorama mais completo do que realmente aconteceu. Dessa forma, as vozes individuais transformam-se em peças fundamentais da memória coletiva.

Os livros e pesquisas acadêmicas, por sua vez, desempenham um papel crucial ao oferecerem uma análise crítica e estruturada das memórias coletivas. Eles não apenas documentam os eventos e experiências, mas também interpretam e contextualizam essas memórias dentro de um quadro teórico e histórico. Através da pesquisa acadêmica, é possível estudar como as memórias são formadas, preservadas e, às vezes, distorcidas por processos sociais, políticos e culturais. Pesquisas nesse campo ajudam a entender como certos eventos são lembrados, enquanto outros são esquecidos, e como essas escolhas influenciam a identidade coletiva de uma sociedade.

Livros que tratam de eventos históricos ou de temas como ditaduras, genocídios e migrações, por exemplo, são veículos importantes para a construção de uma memória coletiva, pois sistematizam e difundem o conhecimento de maneira acessível a um público mais amplo. Ao serem usados em contextos educacionais, esses textos ajudam a formar gerações inteiras, que, por sua vez, absorvem e perpetuam essas memórias coletivas. Por meio da leitura e do estudo, as novas gerações podem não ter vivido diretamente certos eventos, mas tornam-se herdeiras dessas memórias, entendendo o impacto histórico, emocional e político de tais acontecimentos.

Por conta de sua natureza, os livros de testemunho contribuem diretamente para a pluralização da memória coletiva, garantindo que ela não se restrinja a uma única versão dos eventos, mas sim incorpore múltiplas perspectivas. Por meio do gênero testemunhal, as experiências individuais se transformam em parte integrante da história de um grupo maior, alimentando uma memória coletiva mais diversa, inclusiva e rica em significados. Dessa forma, a literatura testemunhal se posiciona como um elemento central no processo de documentação e transmissão de memórias, especialmente em contextos de trauma e injustiça histórica.

2.2 Literatura testemunhal: definição, origem e impacto na sociedade

“Testemunha”, segundo o dicionário Michaelis (2024), é, em sentido jurídico, primeiramente: “Pessoa indicada ou convocada para depor em juízo, em uma investigação ou processo; teste: Ele vai depor como testemunha de defesa”; em segundo lugar: “Pessoa que atesta a veracidade de um ato ou presta esclarecimentos a respeito de determinados acontecimentos, confirmando-os ou negando-os”; já em sentido figurado: “Coisa que confirma a verdade de um fato: Sua cura é testemunha da eficiência do tratamento a que se submeteu”. Por fim, há as definições de “Pessoa que assiste a determinados atos para os tornar autênticos e valiosos”, bem como “Pessoa que presencia um fato qualquer; espectador, presenciador”.

A figura de alguém que é uma testemunha é, portanto, multifacetada. Em contextos jurídicos, seu papel é crucial para a busca da verdade, servindo como ponte entre o que ocorreu e o que pode ser provado em tribunal. Além disso, a testemunha não apenas relata eventos, mas também oferece uma perspectiva que pode influenciar decisões judiciais e moldar narrativas históricas.

No âmbito figurado, a ideia de testemunhar transcende o mero relato de eventos. Envolve a capacidade de validar experiências e situações, como no caso de tratamentos médicos, em que a cura se torna um “testemunho”, isto é, uma confirmação da eficácia de intervenções. Essa dimensão subjetiva destaca a importância das histórias pessoais e das vivências na construção de verdades coletivas.

As testemunhas, ao presenciar e compartilhar suas experiências, contribuem para a preservação da história e da cultura, permitindo que eventos significativos não sejam esquecidos, e sim incorporados ao tecido da memória social. Assim, a testemunha se torna uma voz essencial na narrativa de experiências humanas, especialmente em contextos de trauma e violência, nos quais suas palavras podem trazer à luz verdades frequentemente silenciadas.

Salgueiro (2012, p. 284-285) define que a testemunha é não somente quem vê algo, mas alguém que também vivencia e experimenta a realidade de um evento. Ele argumenta que a testemunha pode ser entendida como uma figura que desempenha um papel ativo na construção da memória coletiva e na narração de experiências. Além disso, destaca que a testemunha é aquela que, ao relatar suas vivências, contribui para a compreensão de traumas e violências, ajudando a dar voz a experiências muitas vezes silenciadas. Salgueiro também

menção que a testemunha carrega uma responsabilidade ética em compartilhar sua história, sendo um canal entre o passado e o presente, o individual e o coletivo, tornando-se uma parte essencial da narrativa histórica e da luta por justiça e reconhecimento.

Testemunha é a pessoa. Testemunho é o relato, o depoimento, o documento, o registro (escrito, oral, pictórico, fílmico, em quadrinhos etc.). A testemunha, por excelência, é aquela que viveu a experiência, é um *supérstite* (*superstes*) – sobrevivente. Há, naturalmente, outros graus de testemunha: há o *testis*, que se põe como *terstis* (terceiro) – que presenciou, que viu, que “testemunhou” (Salgueiro, 2012, p. 284-285).

A distinção entre testemunha e testemunho é fundamental para compreendermos a dinâmica da narrativa de experiências traumáticas. A testemunha é a pessoa que vivenciou um evento significativo, uma experiência que pode ser marcada pela dor, pela perda ou pela luta pela sobrevivência. Nesse sentido, a testemunha, ou *supérstite*, carrega em si não apenas as marcas do que passou, mas também uma responsabilidade ética em compartilhar sua história. Esse relato se torna um testemunho, que pode assumir diferentes formas, escrito, oral, pictórico, fílmico ou até mesmo em quadrinhos, ampliando as possibilidades de expressão e recepção das experiências.

O testemunho, por sua vez, é o produto dessa vivência. É o relato que traduz a experiência do sujeito, servindo como um documento que preserva a memória do que ocorreu. Ele desempenha um papel crucial na construção da história coletiva, especialmente em contextos de violência e opressão, em que a voz da testemunha pode ser a única forma de dar visibilidade a narrativas que, de outra forma, permaneceriam silenciadas. O testemunho não é apenas uma representação do passado, mas um meio de articular e dar sentido ao trauma, possibilitando a transformação da dor em memória coletiva.

Além disso, Salgueiro (2012) menciona a figura do *testis*, aquele que presenciou o evento, mas que não necessariamente o viveu em sua plenitude. Esse “terceiro” pode oferecer uma perspectiva diferente sobre a experiência, enriquecendo a narrativa, mas sua posição é distinta da da testemunha direta. Essa distinção é importante, pois implica em diferentes graus de proximidade e responsabilidade na construção da memória.

A presença do *testis* ressalta a complexidade das relações de testemunho, onde cada voz pode contribuir de maneira única para a formação de um mosaico de experiências. A diversidade de formas que o testemunho pode assumir reforça a ideia de que as narrativas não são homogêneas, e, sim, multifacetadas, refletindo a pluralidade das experiências humanas.

Assim, ao abordar os conceitos de testemunha e testemunho, devemos considerar não apenas o ato de relatar, mas também o contexto, a intenção e o impacto dessas narrativas na memória coletiva e na luta por justiça e reconhecimento.

Salgueiro (2012, p. 291) alega que, em um primeiro momento, “‘literatura’ seria o oposto de ‘testemunho’ – e vice-versa” e que esse é o ponto que gera diversos estudos sobre o tema. O autor levanta uma questão fundamental ao discutir a relação entre literatura e testemunho, afirmando que, à primeira vista, os dois conceitos podem ser vistos como opostos.

A literatura, historicamente associada à ficção, à criatividade e à liberdade de construção narrativa, parece distante do testemunho, que carrega o peso da verdade e da autenticidade, ao retratar eventos vividos por indivíduos, especialmente em contextos de sofrimento e trauma. Esse aparente contraste entre literatura e testemunho é o ponto de partida para muitos estudos que buscam explorar como essas duas formas de narrativa interagem e, muitas vezes, se entrelaçam.

No entanto, essa distinção entre literatura e testemunho é mais complexa do que uma simples oposição. Ao longo das décadas, estudiosos têm argumentado que o testemunho pode se aproximar da literatura em vários aspectos. A construção de um testemunho, embora se baseie em uma experiência real, muitas vezes recorre a ferramentas narrativas que também pertencem ao campo literário, como a seleção de eventos, a estruturação da história e o uso de metáforas e simbolismos para expressar emoções e significados profundos. Dessa forma, o testemunho não é apenas um relato cru dos fatos, mas uma narrativa construída que, em alguns casos, pode até utilizar elementos da ficção para expressar realidades difíceis de verbalizar.

No início da década de 1960, mais precisamente em 1961, Wayne Booth publica a primeira edição do seu livro *The rhetoric of fiction*²⁶, que apresenta pela primeira vez a teoria do narrador não confiável. A primeira regra geral apresentada no livro é a de que “(...) true novels must be realistic”²⁷ (1983, p. 23). Esse “realismo” simulado pelo narrador é o que reforça a ideia de que a literatura não pode ser a realidade, mas apenas uma representação parcial e distorcida pelo narrador.

A teoria do narrador não confiável surge, então, para explicar como certos narradores, intencionalmente ou não, induzem o leitor a uma interpretação enganosa da realidade

²⁶ “A retórica da ficção”. (Tradução nossa)

²⁷ “(...) romances de verdade devem ser realistas”. (Tradução nossa)

ficcional que estão apresentando. Esse conceito de narrador é crucial para a análise da literatura como representação da realidade, uma vez que evidencia que toda narrativa literária é, por natureza, limitada. O narrador literário, como criador de uma “realidade simulada”, não oferece uma reprodução direta dos fatos, mas uma versão subjetiva, filtrada e, muitas vezes, parcial, influenciada por sua própria perspectiva, experiências e até mesmo pela intenção de enganar o leitor.

A subjetividade do narrador, para Booth, é o que distingue a ficção literária do testemunho. Enquanto a literatura, mesmo que realista, é uma representação manipulada, o testemunho tem como premissa a comunicação autêntica de uma experiência vivida. O ato de testemunhar, especialmente em contextos de trauma e exílio, busca a veracidade e a integridade dos fatos, uma vez que o objetivo é relatar algo que aconteceu, sem as distorções propositais típicas da narrativa ficcional. O testemunho pretende manter-se fiel à realidade dos eventos, enquanto a ficção pode se dar ao luxo de transformá-los para explorar nuances emocionais, éticas e estéticas.

Dessa forma, o contraste entre a função do narrador na ficção e o do testemunho é evidente. Se na ficção, o narrador pode escolher distorcer a verdade para seus próprios fins estéticos ou temáticos, no testemunho há uma exigência ética de fidelidade àquilo que foi vivenciado. Este último se preocupa com a memória e a transmissão de uma verdade histórica ou pessoal, ao passo que a ficção aceita sua natureza inventiva e subjetiva, muitas vezes usando a distorção da realidade como um recurso narrativo intencional.

O conceito de narrador não confiável, introduzido por Booth, também tem implicações importantes para o estudo do testemunho. Se na literatura o narrador pode ser visto como manipulador da realidade, no testemunho surge a questão da confiabilidade da memória. A memória, especialmente em contextos traumáticos, é fragmentada, falha e, muitas vezes, influenciada por fatores emocionais e psicológicos. Isso levanta a pergunta: até que ponto o testemunho pode ser considerado uma verdade absoluta? Mesmo com a intenção de relatar fielmente a experiência, o testemunho é, em última instância, uma construção subjetiva, o que o aproxima, em certo sentido, da literatura?

Com isso, podemos buscar amparo nas teorias de Philippe Lejeune, que, em 1975, publica a primeira edição do seu livro *Le pacte autobiographique*²⁸, e oferece um contraponto interessante à teoria do narrador não confiável de Wayne Booth, especialmente quando pensamos sobre a relação entre realidade e representação na narrativa. Enquanto Booth

²⁸ *O pacto autobiográfico*, conforme o título da edição brasileira, veiculada em 2008 pela Editora UFMG.

discute a ficção e a criação de uma “realidade simulada” pelo narrador, Lejeune está preocupado com o compromisso de autenticidade entre o autor e o leitor do gênero autobiográfico, compromisso que ele chama de “pacto”.

O teórico francês define o “pacto autobiográfico” como o acordo implícito no qual o autor afirma ao leitor que o texto é uma narrativa fiel da sua vida real. Esse pacto é sustentado pela identificação clara entre autor, narrador e personagem principal – as três figuras são, idealmente, a mesma pessoa. Nesse contexto, o leitor entra na leitura com a expectativa de que o que está sendo contado não é ficção, mas uma expressão autêntica de eventos vividos, com o compromisso de verdade proposto pelo autor e “aceito” por ele.

A autobiografia é descrita por Lejeune como “narrativa retrospectiva em prosa que uma pessoa real faz de sua própria existência, quando focaliza sua história individual, em particular a história de sua personalidade” (2008, p. 14). Essa definição enfatiza vários aspectos essenciais para o entendimento desse subgênero literário, que se distingue de outras formas de escrita por seu compromisso com a identidade, a memória e a verdade.

Primeiramente, Lejeune coloca a autobiografia como uma narrativa retrospectiva, o que implica uma visão voltada para o passado, em que o autor revisita e reconstrói sua própria vida. Tal processo envolve a seleção de eventos, experiências e lembranças que o autor considera relevantes para a compreensão de si mesmo e de sua história. O caráter retrospectivo sublinha que a autobiografia não é um relato imediato, mas sim uma reflexão que depende da distância temporal entre o momento vivido e o momento da escrita. Essa distância permite uma reorganização da vida, dando ao autor a chance de identificar padrões, temas e transformações em sua trajetória.

Esse olhar retrospectivo também sugere que a autobiografia está sempre em diálogo com a memória, o que envolve um processo de filtragem. O autor escolhe quais eventos destacar, o que esquecer, o que reinterpretar à luz de novas perspectivas. Portanto, a autobiografia é, em grande parte, uma reconstrução subjetiva da vida, na qual o autor tem o poder de narrar sua própria história de acordo com suas percepções e valores do presente.

Outro ponto crucial na definição de Lejeune é a noção de que a autobiografia é escrita por uma “pessoa real”. Essa distinção é essencial, pois estabelece que, na autobiografia, o narrador, o personagem principal e o autor são a mesma pessoa (que ele chama de “tríplice identidade”), reforçando a ideia de autenticidade. Lejeune descreve esse compromisso como o próprio “pacto autobiográfico” no qual o autor implicitamente “promete” ao leitor que o que está sendo relatado é uma história real, vivida por ele, e não uma ficção. Esse pacto cria uma

relação de confiança, na qual o leitor espera encontrar uma verdade pessoal, ainda que mediada pela memória e pela subjetividade.

Contudo, a presença de uma “pessoa real” no centro da narrativa não significa que a autobiografia esteja livre de contradições ou falhas. A memória humana é falível, e a autorrepresentação é sempre influenciada por fatores emocionais, culturais e sociais. Ainda assim, o autor assume o compromisso de ser fiel à sua própria experiência e àquilo que ele acredita ser a verdade sobre sua vida. Portanto, a autobiografia se distancia da ficção justamente por esse acordo entre autor e leitor, embora o próprio teórico reconheça as limitações inerentes ao ato de narrar a si mesmo.

A autobiografia, segundo Lejeune, também focaliza a “história de sua personalidade”. Isso significa que a narrativa autobiográfica vai além de uma simples cronologia de eventos ou uma lista de acontecimentos importantes. O cerne da autobiografia é a exploração do eu, o desenvolvimento de uma identidade ao longo do tempo. A autobiografia busca compreender como as experiências, escolhas e circunstâncias moldaram a personalidade do autor e como ele se reconhece a partir desse processo.

A busca por entender a própria personalidade implica uma introspecção profunda. A autobiografia, nesse sentido, é não apenas um relato externo de fatos, mas uma análise interna de como esses fatos influenciaram o autor em nível emocional e psicológico. Ela é uma forma de autorreflexão na qual o autor tenta dar sentido à sua trajetória, compreender suas motivações e explorar os fatores que moldaram quem ele é no momento da escrita.

Embora a autobiografia tenha esse compromisso com a realidade, ela também participa do campo literário, pois o autor utiliza os recursos da narrativa para contar sua história. A escolha de como organizar os eventos, quais elementos enfatizar e como construir uma voz narrativa fazem da autobiografia um exercício literário. Ainda que o pacto autobiográfico afirme a veracidade dos fatos, o estilo, a estrutura e a maneira de contar tornam-se formas de mediação que aproximam a autobiografia da ficção, enquanto mantém seu compromisso com a realidade.

A proposta de Lejeune dialoga diretamente com a questão da confiabilidade e da mediação narrativa discutida por Booth. No pacto autobiográfico, o leitor confia que o autor está comprometido com a veracidade, ou seja, o narrador deve ser confiável. No entanto, Lejeune não ignora a possibilidade de falhas nesse pacto. Ele reconhece que a subjetividade inerente à memória e à auto narrativa pode levar a distorções não intencionais – embora essas

distorções não sejam comparáveis às manipulações propositas e estéticas de um narrador não confiável na ficção.

Assim, enquanto a ficção, segundo Booth, pode brincar com a distorção da realidade para construir uma narrativa interessante, o pacto autobiográfico busca eliminar essa possibilidade. Na autobiografia, a expectativa é de fidelidade à experiência, ainda que esta passe pelo filtro subjetivo do autor. Isso não significa que o autor tenha controle total sobre a “verdade” dos eventos, mas sim que ele se compromete com a intenção de representá-la da forma mais precisa possível, em contraste com a liberdade que o narrador ficcional possui para manipular a realidade.

E é na lacuna entre essas duas que o gênero testemunhal começa a se moldar, pois, em 1992, os pesquisadores Shoshana Felman e Dori Laub, em seu livro *Testimony: crises of witnessing in literature, psychoanalysis, and history*²⁹ apontam que “(...) the essence of the testimony is historical, and that its function is to record events and to report the facts of a historical occurrence”³⁰. Eles argumentam que o papel do testemunho é duplo: não apenas registra eventos, mas também reporta os fatos de uma ocorrência histórica.

No entanto, ao situar o testemunho nesse espaço entre literatura e história, Felman e Laub indicam que o gênero testemunhal transcende as fronteiras rígidas que tradicionalmente separavam a narrativa literária do relato documental. Enquanto a literatura é caracterizada pela liberdade criativa, o testemunho é um esforço para capturar a verdade de uma experiência, particularmente em contextos de trauma e violência. Isso coloca o testemunho em uma posição singular, na qual ele deve transmitir a profundidade emocional e psicológica de um evento histórico sem distorcer sua autenticidade factual.

Por um lado, o testemunho precisa narrar eventos reais e, por outro, necessita lidar com as limitações da memória humana, especialmente em situações traumáticas. A memória de eventos extremos, como genocídios, ditaduras e guerras, é muitas vezes fragmentada e marcada por lacunas, distorções e silêncios. Esses “buracos” na narrativa não invalidam o testemunho, mas realçam a complexidade do processo de recordar e narrar o trauma.

Ao mesmo tempo, o testemunho oferece algo que a literatura tradicional não pode oferecer: uma autoridade ética e histórica que deriva da vivência direta do evento. Nesse sentido, o gênero testemunhal se diferencia de outras formas narrativas por seu compromisso

²⁹ “Testemunho: crises da testemunha na literatura, psicanálise e história”. (Tradução nossa)

³⁰ “(...) a essência do testemunho é histórica, e que sua função é registrar acontecimentos e relatar os fatos de uma ocorrência histórica”. (Tradução nossa)

com a verdade experiencial e histórica. O testemunho não é apenas uma expressão pessoal; ele carrega consigo o peso da responsabilidade de registrar eventos que, em muitos casos, foram sistematicamente silenciados ou negados. Assim, o testemunho não é apenas um relato; é um ato de resistência contra o esquecimento, uma reivindicação do direito de narrar a própria história.

No início do século XXI, Seligmann-Silva teoriza e amplia tudo o que Felman e Laub iniciaram. O livro que organizou, intitulado *História, memória, literatura: O testemunho na era das catástrofes* (2003), bem como o artigo veiculado na revista *Pandaemonium Germanicum*, intitulado “‘Zeugnis’ e ‘Testimonio’: um caso de intraduzibilidade entre conceitos” (2002, p. 67-83), propõem uma reflexão sobre a impossibilidade de se discutir testemunho, ou o gênero testemunhal, sem considerar a vasta produção literária relacionada à Shoah (Holocausto). Para Seligmann-Silva, a Shoah constitui um ponto de inflexão no entendimento do testemunho, transformando-o em um campo ético, estético e histórico fundamental para se compreender a experiência do trauma e da violência no século XX.

O Holocausto não foi apenas um evento histórico devastador; foi também o catalisador de um novo entendimento sobre a função e a natureza do testemunho. Conforme o texto “Narrar o trauma”, Seligmann-Silva (2008, p. 65-82) descreve a impossibilidade de narrar completamente o horror experimentado pelos sobreviventes de um evento traumático.

Seligmann-Silva (2008, p. 69-70), tendo como base os eventos da Shoah, mostra como um evento dessa magnitude gera um estranhamento devido a inverossimilhança a quem lê os testemunhos. São dois universos distintos, um com os fatos vividos e o outro em que as pessoas não conseguem cogitar algo tão assombroso acontecendo.

Isso tudo levou a uma crise da representação, na qual a literatura, a memória e a história se entrelaçam de maneira única. Seligmann-Silva explora essa crise, apontando que o testemunho da Shoah inaugura uma nova era, na qual o ato de testemunhar não é apenas um relato de sobrevivência, mas uma tentativa de dar voz ao indizível. O testemunho, nesse contexto, se torna uma ferramenta para confrontar as lacunas da memória e os limites da linguagem.

Em seu artigo sobre a intraduzibilidade dos conceitos de “Zeugnis” (“testemunho”, em alemão) e “Testimonio” (em espanhol), sugere que, embora ambos os termos tratem da ideia de relatar experiências traumáticas, as conotações culturais e históricas associadas a cada um deles variam profundamente (Seligmann-Silva, 2002, p. 68).

O conceito alemão de “Zeugnis” carrega um peso histórico profundo e específico, especialmente no contexto do Holocausto, um dos eventos mais traumáticos e devastadores do século XX. Nesse caso, o termo não se refere apenas a um registro dos fatos, mas a uma luta constante contra o esquecimento e a negação (Seligmann-Silva, 2002, p. 60-74). Já o conceito de “Testimonio”, na América Latina, tem suas raízes na literatura de resistência, emergindo no contexto de lutas políticas e ditaduras militares, em que a narrativa testemunhal serve como uma ferramenta de denúncia e reivindicação de justiça (Seligmann-Silva, 2002, p. 74-79). O teórico explora as diferenças entre os termos que fazem com que as nuances atreladas a cada um deles os torne intraduzíveis.

	Zeugnis	Testimonio
O evento	A Shoah é o evento central	Contra-história, outro ponto de vista
A pessoa que testemunha	<i>Superstes</i>	<i>Testis e terstis</i>
O testemunho	Literalização e fragmentação	Realismo nas obras
A cena do testemunho	1º o tribunal 2º perlaboração do passado traumático	O tribunal fundido com literatura
A literatura do testemunho	Holocaust-Literature ³¹ e teorias da memória, da representação, do esquecimento.	Vinculado à crônica, confissão, hagiografia, autobiografia, reportagem, diário e ensaio.

Figura 3: Quadro comparativo “Zeugnis” x “Testimonio”, produzido com base em Seligmann-Silva (2002, p. 70-79)

O conceito de *Zeugnis*, especialmente no contexto da Shoah, está intimamente ligado ao testemunho de eventos de catástrofe histórica e à preservação da memória desses acontecimentos. A Shoah é vista como o evento central que molda o entendimento moderno de testemunho e da necessidade de registrar a violência extrema e o trauma causado pelo genocídio.

Aqui, o sobrevivente assume o papel de *superstes* – aquele que sobreviveu e, portanto, pode narrar a experiência do indizível. Nesse processo, a narrativa do testemunho é frequentemente marcada pela literalização e fragmentação: o trauma extremo não permite uma história fluida e coesa. Pelo contrário, as narrativas muitas vezes surgem de forma fragmentada, refletindo as rupturas psíquicas e emocionais dos sobreviventes.

³¹ “Literatura do Holocausto”. (Tradução nossa)

Em primeiro lugar, o tribunal jurídico é onde os testemunhos dos sobreviventes são ouvidos e onde os responsáveis são julgados. Julgamentos históricos como os de Nuremberg dependem de testemunhos diretos para reconstruir a verdade dos acontecimentos e proporcionar uma forma de justiça. Em segundo lugar, algo individual e interno: a perlaboração do passado traumático, em que o sobrevivente elabora, na medida do possível, sua experiência como uma forma de dar sentido ao trauma.

A literatura sobre o Holocausto não só preserva a memória do genocídio, como também contribui para teorias da memória, da representação e do esquecimento. Ela interroga como o passado pode ser representado sem ser distorcido e como o ato de lembrar pode ser preservado sem ser banalizado. O Holocausto desafiou o conceito de representação, pois muitos argumentam que tal atrocidade é, em última instância, inominável, e qualquer tentativa de capturar sua totalidade está fadada ao fracasso. No mais, são produções teórico-acadêmico-conceituais sobre assuntos relacionados à memória, trauma, representação, esquecimento.

Por outro lado, o conceito de *Testimonio*, no contexto latino-americano, assume uma função mais voltada para a contra história e a resistência política. Diferente do *Zeugnis*, que tem a Shoah como seu centro, ele é muitas vezes ligado a lutas contra regimes opressores e ditaduras militares.

Uma narrativa que desafia as versões oficiais da história e apresenta outros pontos de vista, muitas vezes marginalizados e/ou silenciados pelo poder hegemônico. Aqui, entram em jogo as figuras de *testis* (testemunha direta) e *terstis* (aquele que narra ou observa a experiência do outro), conceitos que expandem a função do testemunho para incluir tanto o sobrevivente quanto os observadores e narradores que relatam os eventos.

O realismo nas obras de testemunho é um elemento central, pois o objetivo não é embelezar ou interpretar os eventos, mas sim relatar a verdade com o máximo de fidelidade possível. Essa fidelidade se contrapõe à noção de literatura ficcional, já que o testemunho carrega o peso da realidade vivida. A fusão do tribunal com a literatura se dá nesse contexto, em que a própria obra literária pode funcionar como um julgamento do passado, uma forma de buscar justiça e restaurar a memória coletiva.

A literatura de testemunho, especialmente na América Latina, está frequentemente vinculada a gêneros como a crônica, confissão, hagiografia, autobiografia, reportagem, diário e ensaio. Essas formas literárias permitem que o testemunho assuma um caráter íntimo e, ao mesmo tempo, político, misturando o pessoal e o coletivo, o subjetivo e o histórico. A

confissão, por exemplo, pode revelar a verdade interior de um sujeito que resistiu à repressão, enquanto o diário ou a reportagem expõem a crueza dos acontecimentos e a imediatez das lutas políticas.

É essa diferença nas tradições culturais do testemunho que evidencia o que Seligmann-Silva chama de “intraduzibilidade” entre os conceitos. Não se trata apenas de uma diferença linguística, mas de uma disparidade nos modos de compreender o ato de testemunhar.

Se relacionarmos a teoria de Lejeune com a função do testemunho – especialmente no contexto de memórias traumáticas e exílio –, vemos que há uma intersecção importante. No testemunho, assim como na autobiografia, o objetivo é transmitir uma experiência real, vivida pelo narrador, sem as distorções voluntárias que caracterizam a ficção. A promessa de autenticidade é fundamental, pois o valor do testemunho está diretamente ligado à sua veracidade e ao seu potencial de construir memória coletiva, como discutido em seu trabalho.

Com tudo o que foi disposto, podemos tentar definir que o testemunho e a autobiografia são gêneros literários e narrativos que compartilham características, especialmente o uso da primeira pessoa e o relato de experiências pessoais. No entanto, suas intenções, contextos e funções diferem profundamente.

O testemunho é essencialmente o relato de uma experiência vivida em que o narrador assume o papel de representante de uma experiência coletiva, geralmente marcada por sofrimento, trauma ou violência. O foco do testemunho não está apenas no indivíduo, mas na dimensão coletiva e histórica de sua narrativa. O testemunho tem um forte caráter ético e político, pois busca não apenas relatar o passado, mas dar voz aos que não podem falar, seja porque foram silenciados pela morte ou pela opressão.

No contexto de guerras, genocídios, ditaduras e violações de direitos humanos, o testemunho é fundamental para documentar os eventos e expor verdades que muitas vezes são negadas ou ocultadas pelos perpetradores. O testemunho funciona como uma espécie de contra história, contrastando com as narrativas oficiais e fornecendo um ponto de vista marginalizado. Além disso, no testemunho, a figura do narrador assume o papel de *superstes* (o sobrevivente), e há uma relação direta entre a vivência traumática e a necessidade de externalizá-la.

A voz no testemunho é frequentemente fragmentada e marcada pela dor, refletindo as rupturas na memória e no discurso, algo que é frequentemente observado na literatura do Holocausto ou nos relatos de vítimas de regimes autoritários, o testemunho extrapola a

dimensão individual e ganha uma conotação coletiva, falando por comunidades que sofreram repressão e violência.

Por outro lado, a autobiografia é um gênero literário em que o narrador conta a sua própria vida, focando em experiências pessoais e na construção da identidade ao longo do tempo. A autobiografia não está necessariamente vinculada a eventos traumáticos ou a uma responsabilidade coletiva, como no caso do testemunho. A narrativa autobiográfica é, em geral, mais introspectiva e tende a explorar o desenvolvimento pessoal, as relações familiares, conquistas, fracassos e momentos cruciais que moldaram o indivíduo.

Enquanto o testemunho está fortemente conectado à memória coletiva e à função de preservar uma história maior do que a do próprio narrador, a autobiografia concentra-se no eu individual. A autobiografia é uma forma de narrar a vida como um processo de autodescoberta, e sua finalidade muitas vezes está relacionada a uma construção pessoal de sentido e reflexão. O escritor busca organizar sua própria história em torno de temas ou momentos-chave que expliquem quem ele é e como chegou a determinado ponto da vida.

Além disso, a autobiografia pode flertar com a literatura ficcional, pois o narrador tem maior liberdade para escolher o que destacar ou omitir sobre sua vida. Na autobiografia, há uma consciência clara de que o autor é também o protagonista, e ele controla a narrativa para construir uma imagem coerente de si mesmo.

Comparações	
Testemunho	Autobiografia
Tem um papel político e ético mais forte, voltado para a denúncia, a justiça e a preservação da memória coletiva.	Foca no desenvolvimento pessoal e na autorreflexão.
Frequentemente fala em nome de uma coletividade ou de um grupo que foi silenciado ou oprimido.	Está voltada para a experiência individual, mesmo que inserida em contextos históricos
Devido ao trauma que busca narrar, pode ser fragmentado e marcado por silêncios, interrupções e dificuldades em expressar plenamente o vivido	Tende a ser mais fluida, com um arco narrativo que segue uma linha do tempo, destacando momentos significativos da vida do narrador.
A memória é um ato de sobrevivência e resistência, e sua função é muitas vezes restaurar a verdade sobre eventos que tentaram ser apagados ou distorcidos.	A memória é mais subjetiva, e a narrativa pode ser moldada de acordo com as percepções e o desejo do narrador de apresentar sua própria vida sob uma determinada ótica.

Figura 4: Quadro comparativo entre testemunho e autobiografia

Outro termo que aparece tanto nos escritos de Feldman e Laub quanto em Seligmann-Silva é a historiografia, ou seja, o ato de estudar o processo de escrita de materiais históricos. Pizarro (2006, p. 40) também apresenta um novo termo, que é o “discurso histórico literário”, no qual o historiador é um “poeta dos detalhes” (2006, p. 48).

Nesse contexto, o conceito de “discurso histórico literário”, torna-se uma ferramenta importante para entender como a história e a literatura frequentemente se entrelaçam. Pizarro argumenta que a fronteira entre o relato histórico e a narrativa literária é fluida, já que o historiador, ao escrever sobre o passado, também exerce um papel de criador de histórias.

Ela descreve o historiador como um “poeta dos detalhes”, destacando a importância da escolha narrativa e da forma de expressão na construção do passado. O historiador, assim como o escritor de ficção, não apenas relata fatos, mas constrói uma narrativa que faz sentido para o presente, o que implica um ato de seleção, interpretação e estilização. Isso significa que a historiografia, como a literatura, envolve o uso de dispositivos narrativos para conferir coerência e significado aos eventos históricos.

O conceito de “discurso histórico literário” também sugere que a história, assim como a literatura, está sujeita às mesmas problemáticas de interpretação e representação. Não se trata de uma simples transcrição objetiva de eventos passados, mas de um processo que envolve a subjetividade do historiador, suas escolhas estilísticas e interpretativas. Para Pizarro, o historiador, ao descrever os acontecimentos, precisa também atentar para os detalhes e nuances que compõem o cenário histórico, operando de forma semelhante a um escritor literário que constrói o enredo com base em elementos narrativos específicos.

Essa visão amplia a compreensão da historiografia ao aproximá-la da literatura, mostrando que a relação entre história e literatura não é apenas de oposição, mas de complementaridade. O historiador, como um “poeta dos detalhes”, utiliza as ferramentas da escrita criativa para dar sentido ao caos dos eventos passados, selecionando, organizando e estilizando os fatos de maneira a torná-los compreensíveis para o presente.

Além disso, a ideia de um “discurso histórico literário” também sugere que o testemunho, enquanto narrativa da experiência vivida, se insere nesse campo, ocupando um lugar central na construção de narrativas históricas. O testemunho, como forma de narrativa, torna-se uma fonte vital para a historiografia, especialmente em contextos de trauma e violência, em que as experiências individuais muitas vezes não encontram espaço nas grandes narrativas históricas.

É nesse sentido que o conceito de historiografia se expande para incluir não apenas os relatos oficiais ou acadêmicos da história, mas também os relatos testemunhais, que oferecem um outro ponto de vista, geralmente ausentes ou marginalizados nos registros históricos tradicionais.

Seligmann-Silva (2003, p. 31) afirma que “A narrativa testemunhal é um *gap* entre evento e discurso” (grifo do autor), sugere que há uma lacuna ou descontinuidade entre a experiência vivida (evento) e a tentativa de representá-la (discurso). Essa ideia está relacionada com os desafios da tradução de eventos traumáticos em palavras, especialmente em contextos de sofrimento extremo, tais como sequelas de tortura, exílio forçado e outras terríveis consequências psicológicas oriundas da violência política. A narrativa testemunhal é uma forma de tentar preencher essa lacuna, mas inevitavelmente envolve uma distância entre a realidade dos acontecimentos e o modo como eles são comunicados. Escrever sobre o assunto, décadas depois, é reabrir a ferida, que precisará de nova cicatriz para tentar fechar, após evocar lembranças traumáticas supostamente varridas para o fundo do inconsciente e que retornam no momento do relato testemunhal.

O “evento” do qual a literatura testemunhal trata é quase sempre uma experiência traumática, um acontecimento de intensidade emocional e psicológica que afeta profundamente a pessoa que o vivencia. Quando pensamos no contexto de exílio e de repressão política, esses eventos incluem perseguições, prisões, torturas, desaparecimentos, perda de entes queridos e deslocamentos forçados, acontecimentos de dimensões tão fortes e consequências tão pesadas que o sujeito não consegue articular plenamente o que viveu, seja por razões emocionais, seja por limitações da linguagem.

O “discurso” é a forma pela qual o indivíduo tenta de certa forma reproduzir o evento através do testemunho, isto é, utilizar a linguagem como um meio de dar sentido à experiência. Entretanto, como propõe a ideia de “gap”, há uma diferença substancial entre o que foi vivido e o que pode ser dito. A linguagem, por mais rica e expressiva que seja, encontra dificuldades em capturar a totalidade do trauma. Essa lacuna também pode estar relacionada à dificuldade de memória em reconstruir os fatos, à fragmentação do próprio testemunho ou ao silêncio que certos eventos traumáticos impõem.

A narrativa testemunhal, nesse contexto, é uma tentativa de reconstruir o sentido do que foi vivido. Porém, é marcada pelo reconhecimento de que essa reconstrução é parcial, incompleta e mediada por fatores como o tempo, falhas de memória, subjetividade e limitações culturais e linguísticas.

Embora haja esse vácuo no tempo entre o evento e o discurso, o testemunho pessoal contribui para a construção de uma memória histórica e política de um determinado período, os relatos de mulheres e homens que viveram o exílio durante as ditaduras latino-americanas oferecem diferentes perspectivas sobre como essas experiências são narradas, revelando as múltiplas formas de se lidar com esse “gap”.

A narrativa testemunhal é, portanto, um espaço de tensão entre o vivido e o narrado! A lacuna representa tanto as limitações da linguagem quanto as complexidades da memória. No entanto, essa lacuna não invalida o testemunho; pelo contrário, destaca sua importância como um esforço contínuo de dar forma a experiências que muitas vezes parecem irrepresentáveis. O ato de testemunhar, ainda que lacunar, é essencial para a construção de uma memória coletiva e para a preservação da história.

Desse modo, os estudos gerais sobre o gênero testemunhal se tornam de suma importância para o meio acadêmico e literário, pois permitem a exploração das interseções entre a realidade histórica e a narrativa literária. No meio acadêmico, o gênero testemunhal é fundamental para o entendimento dos mecanismos de memória e trauma, oferecendo novas perspectivas sobre a reconstrução do passado, especialmente em contextos de violência política, genocídios e ditaduras. Esses estudos também ampliam o debate sobre a autenticidade e a representação, desafiando as fronteiras entre o relato factual e a subjetividade do narrador, questões centrais tanto para historiadores quanto para críticos literários.

Além disso, o gênero testemunhal oferece um campo fértil para examinar o papel da linguagem na expressão de experiências extremas, questionando como o trauma pode ser traduzido em palavras, e como os testemunhos podem funcionar como instrumentos de resistência e reparação histórica. No campo literário, esse gênero contribui para a expansão dos formatos e das técnicas narrativas, ao mesmo tempo em que coloca em evidência a tensão entre o documental e o ficcional. A literatura testemunhal desafia as convenções literárias tradicionais, forçando escritores e críticos a repensarem as noções de verdade, autoridade do narrador e representação do real.

Por essa razão, os estudos sobre o gênero testemunhal também estimulam uma análise crítica sobre o papel da ética na narrativa literária e na historiografia. Eles nos levam a refletir sobre o dever de preservar a memória dos eventos traumáticos e sobre a responsabilidade de representar essas experiências de maneira sensível e honesta. Ao explorar como as histórias de sofrimento e resistência são contadas, os pesquisadores contribuem para a construção de

uma consciência coletiva, promovendo o reconhecimento de eventos históricos negligenciados e de vozes marginalizadas.

Ainda no campo literário, o gênero testemunhal adquire um valor único ao mesclar a vivência pessoal com elementos narrativos dramáticos, oferecendo ao leitor uma experiência direta do trauma e da resistência. Ele expande os limites da literatura de não-ficção, incorporando o realismo fragmentado e as dificuldades de se narrar o indizível, enquanto mantém o compromisso com a veracidade dos acontecimentos. Além disso, o gênero testemunhal inspira novas formas de escrita, como crônicas, memórias, poemas e diários, influenciando profundamente a produção literária contemporânea e a maneira como os autores abordam temas como memória, identidade e injustiça social.

O testemunho, com sua carga de subjetividade e autenticidade, desafia as fronteiras da própria noção de gênero literário, rompendo com a divisão rígida entre literatura de ficção e documentação histórica. Ele abre espaço para a reflexão sobre o papel da literatura na preservação e transmissão da memória coletiva, proporcionando ao leitor uma aproximação mais sensível e visceral com as experiências narradas. Assim, o testemunho vai além do relato pessoal ao se tornar uma voz de resistência que dá forma a experiências coletivas, muitas vezes silenciadas por narrativas oficiais.

Dessa maneira, o gênero testemunhal também atua como um meio de intervenção política e social, proporcionando visibilidade a histórias que foram marginalizadas ou reprimidas. Ele permite uma reflexão crítica sobre questões de poder, violência estrutural e desigualdade, promovendo uma reavaliação das noções de justiça e memória histórica. Ao abordar diretamente as consequências de traumas políticos e sociais, o gênero testemunhal conecta o passado ao presente, estimulando o debate sobre os impactos dessas experiências na contemporaneidade.

Por essa razão, o gênero testemunhal não só amplia os horizontes da literatura de não-ficção, bem como estimula a renovação estética e temática do campo literário, ao desafiar os limites do que pode (sobretudo do ponto de vista ético) ou deve ser narrado. Sua capacidade de capturar a complexidade do real, com suas contradições e silêncios, faz dele uma ferramenta poderosa tanto para a exploração artística quanto para a reflexão ética. Em última análise, o gênero testemunhal continua a moldar a forma como entendemos a função da literatura, não apenas como uma forma de expressão artística, mas como um podendo ser também utilizada como um dos muitos instrumentos de resistência e transformação social que as artes podem fornecer.

Com tudo o que foi descrito, é possível perceber que a literatura testemunhal é algo que impacta a sociedade no âmbito político-histórico-social ao narrar experiências traumáticas, como exílios, torturas, violência de Estado e repressão política, e que não apenas documenta eventos, mas também desempenha um papel ativo na formação da memória coletiva e na construção de uma consciência crítica sobre as injustiças vividas por grupos marginalizados ou oprimidos. Essa relação entre narrativa pessoal e história coletiva transforma o testemunho em uma ferramenta poderosa de resistência e transformação social.

No âmbito político, a literatura testemunhal frequentemente expõe as atrocidades cometidas por regimes autoritários e governantes opressores. No contexto das ditaduras militares na América Latina, por exemplo, o testemunho de exilados e exiladas, prisioneiros e prisioneiras políticos revela a brutalidade dos regimes e contesta as narrativas oficiais que muitas vezes tentam esconder ou minimizar os crimes cometidos.

Já na perspectiva histórica, a literatura testemunhal também desempenha um papel crucial na preservação da memória histórica. Ao contrário de documentos oficiais ou registros institucionais, os testemunhos oferecem uma visão subjetiva e íntima dos eventos, complementando as narrativas tradicionais da história. Nesse sentido, os testemunhos individuais – muitas vezes fragmentados e lacunares – fornecem materiais essenciais para a construção de uma narrativa histórica mais completa e plural.

No âmbito social, o gênero testemunhal contribui para a formação de uma identidade coletiva entre os que compartilham experiências semelhantes de opressão ou trauma. O testemunho funciona como um ponto de convergência para diferentes vozes marginalizadas, sejam elas mulheres, minorias étnicas ou grupos politicamente perseguidos.

Além disso, a literatura testemunhal sensibiliza a sociedade para questões de justiça, direitos humanos e memória histórica. Ela promove o diálogo sobre temas que muitas vezes são silenciados ou subestimados, como o exílio e a tortura física e psicológica. O impacto social do testemunho é, portanto, duplo: ao mesmo tempo em que promove uma conscientização sobre as injustiças do passado, também serve como um alerta para a necessidade de vigilância e resistência contra a repetição de tais eventos no futuro.



CAPÍTULO 3:
UMA VOZ NO EXÍLIO: ESCRITA, MEMÓRIA E RESISTÊNCIA DE
MULHERES

*Pareço uma dessas árvores que se transplanta,
que têm má saúde no país novo, mas que
morrem se voltam à terra natal.*

(Miguel Torga, Diário 1, 1934)

A fala das mulheres sempre foi permeada de silêncios, frequentemente impostos por estruturas patriarcais e contextos sociopolíticos opressivos. Nesse sentido, a escrita de autoria feminina emergiu como um poderoso meio de resistência e expressão, especialmente no contexto das ditaduras militares que marcaram a América Latina como um todo.

Para as mulheres que viveram o exílio, a escrita tornou-se uma forma de romper com o silenciamento, denunciar a violência sofrida, ressignificar suas experiências e reafirmar sua identidade enquanto sujeitos políticos e históricos. Neste capítulo, serão expostos testemunhos de mulheres exiladas que articulam suas vivências e desempenham um papel crucial na preservação da memória coletiva e na reconstrução da identidade cultural latino-americana.

Com especial atenção às obras *You can't drown the fire: Latin American women in exile* (Partnoy, 1988) e *Memórias das mulheres do exílio: Depoimentos* (Costa et al., 1980), será exposto como essas mulheres transformaram a dor da separação e a violência da repressão em discursos de resistência, resiliência e solidariedade. Ambas as obras destacam a centralidade da perspectiva feminina no testemunho histórico, ao mesmo tempo em que evidenciam o papel ativo das mulheres na luta contra as ditaduras e no fortalecimento de redes de apoio durante o exílio.

You can't drown the fire, uma coletânea composta por textos de variados gêneros – testemunhos, ensaios, contos, poesias e cartas –, reúne vozes de mulheres de diferentes países da América Latina que, dispersas em várias partes do mundo, relatam suas vivências no exílio como uma extensão da resistência política. A obra reflete a pluralidade de experiências femininas, incluindo questões de gênero, maternidade, separação familiar e adaptação cultural, sempre permeadas pela força do engajamento político e da busca por justiça.

Já *Memórias das mulheres do exílio* apresenta uma coletânea de depoimentos na forma de entrevistas, nas quais exiladas compartilham suas trajetórias e a construção de laços de solidariedade durante o período de perseguição e desterro. Os testemunhos destacam a importância das redes criadas entre as mulheres exiladas, tanto como forma de sobrevivência quanto como um espaço para rearticular a luta contra as ditaduras.

Essas falas revelam uma dimensão única e profundamente humana do trauma do exílio, lançando luz sobre temas como a ruptura abrupta com o país de origem, o impacto na dinâmica familiar e a complexidade do processo de reconstrução pessoal e comunitária em um contexto estrangeiro. Ao mesmo tempo, as obras evidenciam a força coletiva das mulheres em transformar o sofrimento em uma ação política e a escrita em uma ferramenta de denúncia e preservação da história.

Assim, ambas as obras transcendem o relato individual para se consolidarem como parte de uma memória coletiva que resiste ao apagamento histórico. Ao falarem sobre suas experiências, essas mulheres não apenas compartilham suas histórias, mas também inserem suas vozes em uma tradição de luta e memória que reforça a importância da literatura testemunhal como um ato de sobrevivência, subversão e resiliência. Além disso, a escrita de autoria feminina nesse contexto assume um caráter transformador, ampliando nossa compreensão sobre os impactos das ditaduras e o papel fundamental das mulheres na construção de uma história de resistência e solidariedade.

3.1 A escrita de autoria feminina como ato de resistência

A escrita realizada por mulheres, especialmente no contexto do exílio latino-americano, deve ser compreendida como um ato de resistência multifacetado. Diante das repressões políticas, sociais e culturais impostas pelas ditaduras militares, as mulheres exiladas encontraram nas palavras escrita e oral um espaço de reivindicação e de luta no qual suas vozes, muitas vezes marginalizadas, podiam ser ouvidas e ressoar em diferentes esferas. Ao transformar suas experiências de dor, perda e deslocamento em narrativas, elas resistiram ao apagamento e à silenciadora imposição do esquecimento promovida pelos regimes autoritários.

Um ato de resistência que não se limita apenas ao enfrentamento das opressões externas. A produção de literatura no exílio também desafia as normas sociais patriarcais que, historicamente, relegaram as mulheres ao espaço privado, negando-lhes a agência e a participação ativa na política e na história, segundo a historiadora Ana Maria Colling:

A história das mulheres é uma história recente, porque, desde que a História existe como disciplina científica, ou seja, desde o século XIX, o seu lugar dependeu das representações dos homens, que foram, por muito tempo, os únicos historiadores. Estes, escreveram a história dos homens, apresentada como universal, e a história das mulheres desenvolveu-se à sua margem. Ao descreverem as mulheres, serem seus porta-vozes, os historiadores ocultaram-nas como sujeitos, tornaram-nas invisíveis (Colling, 2014, p. 24).

Durante muito tempo, a história foi escrita por homens e para homens, conferindo aos eventos, valores e experiências masculinas o status de universalidade. Nesse processo, as mulheres foram relegadas a papéis secundários ou invisibilizadas, sendo frequentemente descritas a partir de estereótipos ou de visões que reforçavam a sua subordinação. A crítica de

Colling também mostra como o ato de “dar voz” às mulheres por meio dos historiadores homens resultou, muitas vezes, em um silenciamento simbólico, pois essas vozes foram filtradas por perspectivas que não representavam as experiências femininas em sua complexidade.

Isso pode ser claramente visto no livro *Diáspora: Os longos caminhos do exílio* (Rabêlo, 2001), pois o livro revela como a invisibilização feminina opera mesmo em narrativas que teoricamente deveriam ser compartilhadas. Em um livro com 262 páginas, José aproveita 192 para contar sua versão dos acontecimentos, algumas estão em branco e dezesseis outras com imagens, enquanto Thereza utiliza singelas 35 páginas e, delas, pelo menos seis são para a narrativa do que ocorreu ao seu filho Pedro ao ser preso no Chile.

A disparidade na divisão do espaço narrativo entre José Maria e Thereza demonstra como, mesmo em relatos de experiências conjuntas, a voz masculina tende a se sobrepor, relegando a feminina a um papel coadjuvante. Enquanto José ocupa a maior parte do livro para contar sua trajetória, Thereza, mesmo sendo protagonista da mesma história, tem sua narrativa limitada e, em parte, direcionada para experiências que giram em torno de seu papel maternal, como o episódio relacionado ao filho.

Esse apagamento não é um evento isolado, mas parte de um padrão histórico e cultural que privilegia as perspectivas masculinas, apagando ou minimizando as contribuições das mulheres. No caso de narrativas de exílio, essa desigualdade é ainda mais preocupante, já que o exílio é uma experiência profundamente marcada por questões de gênero. As mulheres exiladas enfrentaram não apenas a violência política e social que forçou o deslocamento, mas também os desafios adicionais impostos pelo patriarcado, como a sobrecarga do cuidado familiar e a luta por espaço em um contexto dominado por figuras masculinas.

Além disso, a construção da memória coletiva em torno do exílio muitas vezes reflete essa hierarquia de vozes. As experiências femininas, com suas particularidades e nuances, acabam sendo marginalizadas em registros históricos e literários. Esse fenômeno reforça estereótipos de gênero e limita a compreensão mais ampla e inclusiva das vivências no exílio, que envolvem tanto as dores quanto as resistências específicas de mulheres como Thereza Rabêlo.

Por outro lado, é importante reconhecer que a própria inclusão de Thereza como narradora, mesmo que de forma reduzida, já representa um esforço de resistência contra o apagamento total. Isso nos leva à reflexão sobre a importância de revisitar essas narrativas, resgatando vozes femininas e reconhecendo suas contribuições. O trabalho de ressignificar essas histórias é essencial para construir uma memória mais justa e plural, que abarque a

complexidade das experiências vividas por mulheres em contextos de luta e resistência política.

O apagamento das mulheres ao longo da história vai além da mera ausência de reconhecimento; ele está diretamente relacionado à negação de sua autonomia como sujeitos de seus próprios destinos. Xavier (2021, p. 23-27) enfatiza que essa invisibilidade significa a inexistência simbólica da mulher enquanto protagonista de sua própria trajetória. O processo reflete-se na maneira como as mulheres foram historicamente excluídas dos espaços de poder, decisão e criação, sendo frequentemente reduzidas a papéis secundários ou definidos em função de outros.

Ao serem invisibilizadas, as mulheres têm sua agência diminuída, ou até mesmo anulada, em diversos âmbitos da vida. No contexto conjugal, por exemplo, a expectativa histórica de submissão e dependência reforçou a ideia de que suas identidades estavam vinculadas exclusivamente ao papel de esposas e mães. No campo social e profissional, a desvalorização de sua capacidade levou a uma exclusão sistêmica de oportunidades, enquanto na esfera educacional, as mulheres foram por muito tempo privadas do acesso ao conhecimento e à expressão intelectual plena.

Esse apagamento não é apenas uma consequência de desigualdades estruturais, é um mecanismo ativo de manutenção do poder patriarcal. Ao negar às mulheres o status de sujeitos plenos, a sociedade perpetua uma hierarquia de gênero que restringe sua participação e dificulta o reconhecimento de suas contribuições. A hipersexualização mencionada por Xavier é outro aspecto desse processo, que reduz os corpos femininos a objetos de desejo ou controle, desviando o foco de suas capacidades intelectuais, criativas e políticas.

Portanto, compreender essa invisibilidade como uma forma de “inexistência da mulher como sujeito do próprio destino” (Xavier, 2021, p. 27) nos leva a refletir sobre a necessidade de resgatar e valorizar suas histórias e vozes. O combate a esse apagamento requer a promoção de uma sociedade em que as mulheres sejam plenamente reconhecidas como agentes ativas, capazes de moldar não apenas suas vidas, mas também os rumos da história e da cultura coletiva.

O apagamento das mulheres, enraizado em um sistema patriarcal, é uma dinâmica histórica e social que sustenta desigualdades de gênero ao longo dos séculos. Alves e Pitanguy (2022, p. 21-31) observam que o patriarcado se configura como uma estrutura de poder que privilegia os homens, colocando-os em posições de autoridade e relegando as mulheres a papéis secundários ou subalternos. Esse mecanismo opera de forma explícita, bem como de

maneira sutil e profundamente arraigada, perpetuando-se em normas culturais, instituições sociais e narrativas históricas que minimizam ou ignoram a participação feminina.

Um dos aspectos mais visíveis desse sistema é a desvalorização do conhecimento e das vivências femininas. Durante séculos, a experiência das mulheres foi restrita ao âmbito doméstico e cuidador, uma limitação imposta pelo próprio patriarcado para controlar os papéis e funções de ambos na sociedade. Esse confinamento reduziu o reconhecimento de suas contribuições intelectuais, criativas e tecnológicas, mesmo em áreas nas quais seu trabalho foi fundamental para o avanço da humanidade. Enquanto isso, o saber masculino, apresentado como “universal”, “científico” e “objetivo”, foi elevado a um status superior, excluindo outras perspectivas e reforçando a falsa ideia de que a produção intelectual é majoritariamente masculina.

Essa hierarquização do saber reflete um processo intencional de marginalização. As mulheres são frequentemente deslegitimadas ou silenciadas em espaços de decisão e de criação, o que não apenas as invisibiliza, mas também limita a diversidade de opiniões e pontos de vista. Essa exclusão sistemática priva a sociedade de uma pluralidade de vozes e saberes, empobrecendo as soluções e as visões de mundo que poderiam surgir a partir de uma participação mais equitativa.

A perpetuação dessas desigualdades está intimamente ligada às estruturas de poder que sustentam o patriarcado. Instituições sociais, como a educação e o mercado de trabalho, continuam a reproduzir barreiras que dificultam o acesso das mulheres a espaços de liderança e reconhecimento. Além disso, a construção simbólica do “papel feminino” como passivo ou secundário, frequentemente reduzido a tarefas domésticas, reforça estereótipos que dificultam sua ascensão e autonomia em diversos campos, em pleno século XXI. Considerado o contexto histórico do período aqui retratado, os anos 1970, terrivelmente conservadores e repressores, então, nem se fala, essa “liberdade” feminina era praticamente impensável.

Combater e desconstruir o apagamento das mulheres exige um esforço coletivo para dismantlar as estruturas patriarcais que sustentam essas desigualdades. Isso inclui reconhecer e valorizar o conhecimento e as vivências femininas, tanto no passado quanto no presente, bem como criar condições para que as mulheres possam participar ativamente de todas as esferas sociais. Somente com uma abordagem inclusiva e igualitária será possível construir uma sociedade mais justa, que respeite os direitos de todos os seus membros, independentemente de gênero.

O apagamento das mulheres no campo cultural e artístico é um reflexo direto das desigualdades de gênero que permeiam a sociedade. A exclusão de Júlia Lopes de Almeida da

Academia Brasileira de Letras, mesmo tendo contribuído significativamente para sua fundação (Martins, 2019, p. 417), exemplifica como o talento e a produção intelectual de autoria feminina foram (e ainda são, em parte) sistematicamente marginalizados. Essa sub-representação limita não somente o reconhecimento das mulheres artistas e escritoras, mas a pluralidade de visões que enriquece a arte e a cultura. Quando as mulheres são excluídas, o campo cultural perde a oportunidade de incorporar narrativas que questionam padrões estabelecidos e oferecem novas perspectivas, perpetuando estereótipos de gênero que reforçam a desigualdade.

No campo político e econômico, o cenário não é diferente. As mulheres enfrentam barreiras estruturais e culturais que dificultam seu acesso a posições de poder e decisão. Quando conseguem romper essas barreiras, muitas vezes são alvo de resistência e ataques, como exemplificado pelo caso da presidenta Dilma Rousseff que, em 2016, enfrentou um processo de *impeachment* amplamente marcado por um discurso misógino. Esse tipo de perseguição demonstra como o patriarcado opera para deslegitimar e enfraquecer a presença feminina nos espaços de liderança.

A ausência de representatividade feminina em cargos políticos e econômicos tem consequências significativas. Sem mulheres em posições de poder, as políticas públicas frequentemente ignoram suas demandas específicas, perpetuando desigualdades e alimentando um círculo vicioso de exclusão. Além disso, essa falta de diversidade nos espaços de decisão impede a construção de soluções mais inclusivas e equitativas para os desafios sociais.

O apagamento feminino, em todas as suas manifestações, gera impactos negativos tanto para as mulheres individualmente quanto para a sociedade. A falta de reconhecimento e representatividade reduz a autoestima feminina e enfraquece a confiança em suas capacidades, reforçando o poder dos grupos dominantes. Além disso, a exclusão de perspectivas femininas na formulação de políticas resulta em sociedades menos inclusivas, mais intolerantes e propensas a perpetuar desigualdades estruturais.

Tal apagamento começou a ser contestado a partir do advento do estudo da história das mulheres e, posteriormente, da história de gênero, que surgiram como correntes críticas na historiografia literária do século XX. Essas abordagens buscam recuperar as vozes e experiências das mulheres, bem como problematizar as estruturas e métodos tradicionais da historiografia, revelando como as relações de gênero influenciaram a construção do saber histórico.

Então, se as mulheres já adquiriram o ferramental necessário para se tornarem escritoras (“permissão” social, educação formal, vivências diversificadas etc.), por que subsiste o rótulo que as segregam nas prateleiras? (Baggio, 2006, p. 60).

A questão levantada por Baggio (2006, p. 60) aponta para um problema que vai além do acesso das mulheres às ferramentas necessárias para se tornarem escritoras: a persistência de rótulos e estereótipos que confinam a produção literária feminina a categorias específicas. Mesmo tendo conquistado espaço na educação formal, na circulação social e na legitimação de suas vivências como fontes de inspiração e criação, as mulheres escritoras continuam enfrentando um sistema de categorização que tende a segregá-las, seja em prateleiras específicas nas livrarias seja em abordagens críticas que enfatizam o gênero em detrimento da qualidade literária.

A segregação reflete uma visão patriarcal que ainda permeia o campo literário, onde as obras femininas são frequentemente tratadas como pertencentes a um subgênero ou nicho, como “literatura feminina”, em oposição à “literatura universal” muitas vezes associada aos homens. Não é à toa que muitas escritoras recorrem a pseudônimos para que seus livros tenham um maior alcance. Afinal, esse rótulo não só reforça a ideia de que a produção literária das mulheres é limitada a experiências pessoais ou domésticas, mas também a desvaloriza em relação à produção masculina, que é vista como mais ampla ou relevante.

Além disso, essa divisão artificial perpetua a ideia de que a escrita feminina é homogênea, ignorando a diversidade de estilos, temas e abordagens presentes nas obras de escritoras ao longo da história. Ao segregar as mulheres em prateleiras específicas, o mercado literário e a crítica reforçam um ciclo de invisibilidade, em que as obras femininas têm menos chances de alcançar um público mais amplo e de serem reconhecidas como parte do cânone literário.

Para romper com essa segregação, é necessário promover uma leitura crítica que valorize a produção literária de mulheres em sua totalidade, reconhecendo suas contribuições para a literatura como um todo. É preciso desconstruir os rótulos que limitam a percepção dessas obras e garantir que escritoras tenham o mesmo reconhecimento e visibilidade que seus colegas homens, tanto no mercado editorial quanto nos espaços acadêmicos e culturais. Só assim será possível superar as barreiras impostas por séculos de desigualdade e construir um campo literário verdadeiramente inclusivo e plural.

Dal Molin (2000) aponta que a trajetória da mulher na literatura, com foco na realidade brasileira, reflete um processo histórico de exclusão e posterior conquista de espaço

criativo. Até o século XVIII, as mulheres eram frequentemente representadas apenas como musas ou fontes de inspiração, desempenhando um papel passivo no campo literário. A partir do século XIX e, com mais força, no século XX, as mulheres começaram a emergir como autoras, trazendo para a literatura uma riqueza expressiva que antes era suprimida. Essa transformação não apenas permite e amplia o espaço para as vozes femininas, também redefine o campo literário como um todo, revelando a importância de se analisar tais produções sob uma perspectiva abrangente e interconectada.

Ainda segundo a professora Beatriz Helena Dal Molin (2000), compreender a literatura de mulheres exige uma abordagem transdisciplinar, capaz de abarcar as múltiplas influências e heranças que moldam essas obras. A literatura, nesse contexto, é vista como um tecido complexo e dinâmico, formado pelo entrelaçamento da imaginação, criatividade e memória coletiva. As obras literárias refletem crises, conquistas e tradições, configurando um diálogo constante entre o indivíduo e o coletivo, entre o autor e o meio social no qual ele está inserido. No caso da produção feminina, esse diálogo se torna ainda mais relevante, pois carrega em si a luta contra séculos de invisibilidade e silenciamento.

Além disso, o movimento de territorialização e desterritorialização na literatura, mencionado por Dal Molin (2000), reforça a ideia de que a arte literária não é estática. Pelo contrário, ela é marcada por um ritmo dinâmico de interações que confirmam, negam ou transformam o contexto cultural em que se inserem. A literatura de autoria feminina, ao surgir e se consolidar, participa desse fluxo, ora confrontando tradições patriarcais, ora transformando-as e expandindo os horizontes culturais.

Portanto, a ascensão das mulheres como autoras na literatura representa mais do que uma conquista histórica de inclusão. Ela evidencia a capacidade da literatura de se reinventar e de integrar novas perspectivas que enriquecem a produção artística e a compreensão da experiência humana. Valorizar a literatura escrita por mulheres não é apenas uma questão de justiça histórica e, sim, de reconhecimento da pluralidade e da complexidade que tornam a arte literária um espaço de transformação e diálogo contínuo.

Na literatura, a voz dessas mulheres é um ato de resistência, um testemunho contra o patriarcado. Ana Maria Colling (2014, p. 24) relembra que Olympe de Gouges, revolucionária francesa, após lutar ao lado de seus companheiros, foi condenada à guilhotina (por dois motivos: “querer ser um homem de estado e trair a natureza de seu sexo”). É autora do “primeiro manifesto público em favor dos direitos da mulher”.

A historiadora Denise Rollemberg (1999) aborda o “Círculo de Mulheres Brasileiras” e sua luta por uma *desinvisibilização* feminina por meio de um manifesto intitulado “Por uma

tendência feminina revolucionária” – armazenado em uma biblioteca em Paris – que continha em sua capa “uma ilustração de uma mulher distante dos padrões de beleza” e que reivindicava:

- mesma educação para meninos e meninas;
 - igualdade de acesso à formação profissional;
 - não aos trabalhos só para mulheres;
 - por um trabalho igual, salário igual;
 - garantia de trabalho levando em conta a maternidade;
 - creches e refeitórios nos locais de estudo e trabalho e nos bairros;
 - aborto e contracepção livre e gratuito;
 - retirada da imagem da mulher para fins publicitários
- (apud Rollemberg, 1999, p. 211).

A escrita de manifestos por mulheres, como exemplificado pelas ações de Olympe de Gouges e pelo Círculo de Mulheres Brasileiras, representa um ato poderoso de resistência e subversão ao patriarcado. Essa forma de expressão escrita é uma reivindicação dos direitos e um desafio às estruturas de poder que historicamente relegaram as mulheres à invisibilidade e subalternidade.

Olympe de Gouges, ao publicar a “Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã” (Colling, 2014, p. 24), colocou-se contra a exclusão das mulheres do projeto iluminista de “igualdade e liberdade”, questionando o porquê de esses valores serem exclusivos aos homens. Sua execução, sob a acusação de “trair a natureza de seu sexo”, exemplifica cruelmente a violência patriarcal utilizada para silenciar as mulheres que ousaram reivindicar seu espaço em esferas tradicionalmente masculinas, tais como a política. Esse ato de resistência, embora tragicamente punido, abriu caminho para o reconhecimento das mulheres como agentes de transformação social e política.

No caso do Círculo de Mulheres Brasileiras, o manifesto demonstra a força coletiva das mulheres em questionar e desafiar as normas impostas pelo patriarcado. A escolha da ilustração de uma mulher “fora dos padrões de beleza” na capa é, em si, um ato político, que questiona as imposições estéticas que reduzem as mulheres a objetos de consumo. Além disso, as reivindicações apresentadas no manifesto abordam questões fundamentais para a igualdade de gênero, como a educação igualitária, o direito ao trabalho em condições dignas, a valorização da maternidade sem penalizar a carreira profissional, bem como o acesso ao aborto e à contracepção como direitos básicos.

Esses manifestos exemplificam como a escrita pode ser uma ferramenta de resistência, oferecendo às mulheres uma voz coletiva para exigir mudanças e desafiar estruturas

opressoras. Eles também evidenciam a importância de preservar e estudar esses documentos, pois representam marcos históricos das lutas femininas por justiça e igualdade. Por meio desses atos de renitência, as mulheres reafirmam sua agência e constroem narrativas que desafiam a exclusão e a subjugação.

Os exemplos acima são lembretes de que a luta pela igualdade de gênero é multifacetada e contínua. A escrita de manifestos não é um mero registro histórico, mas um convite à reflexão sobre as condições atuais das mulheres e à necessidade de continuar reivindicando direitos e promovendo transformações sociais.

Ao registrar suas experiências e reivindicações, essas mulheres reconstroem suas identidades e afirmam seu papel não apenas como vítimas, mas também como protagonistas de suas próprias histórias, ressignificando a memória coletiva de seu povo e denunciando as violências sofridas.

Por meio da escrita de depoimentos ou da entrevista oral, elas criam uma memória de resistência que ultrapassa fronteiras, ao mesmo tempo em que, no caso das mulheres abordadas nessa dissertação, documentam as consequências devastadoras do exílio em suas vidas pessoais, familiares e políticas. A escrita de autoria feminina, assim, torna-se um espaço de reconstrução e, sobretudo, de denúncia, em que a resistência se faz não apenas pela luta física ou pela ação política direta, como também pela manutenção da memória e pela recusa em deixar que a opressão apague histórias e vozes.

3.2 You can't drown the fire: identidade e resistência

Exiladas de países como, dentre outros, Guatemala, Argentina, El Salvador, Bolívia, Colômbia, Chile e Uruguai, países latino-americanos de língua espanhola que passaram por ditaduras, como visto no capítulo 1, forneceram testemunhos e entrevistas, escreveram cartas, contos e poemas para o livro *You can't drown the fire: Latin American women in exile* (1988).

Como o próprio título do livro sugere, ele foi compilado como um símbolo de resistência, afinal, “Você não pode afogar o fogo”, e a coletânea, organizada por Alicia Partnoy, escritora e ativista argentina, reúne vozes de mulheres exiladas nas décadas de 1960 e 1970, e é uma chama que continua a arder mesmo após quase quatro décadas depois de lançado.

O livro é muito mais do que uma reunião de textos; é um manifesto de resiliência e um testemunho coletivo da força de mulheres latino-americanas diante da repressão e do exílio. O título é emblemático, evocando a chama da resistência que, apesar dos esforços brutais das

ditaduras, não pôde ser extinta. A obra reúne depoimentos que transcendem fronteiras geográficas e temporais, conectando as experiências individuais de dor, perda e separação a uma luta coletiva por justiça, memória e transformação social.

As mulheres representadas no livro oferecem narrativas que variam desde a saudade de sua terra e famílias até denúncias explícitas das atrocidades cometidas pelos regimes militares. Essa diversidade de formatos – cartas, poemas, ensaios e depoimentos – reflete a multiplicidade de vivências e formas de resistência feminina. As cartas, por exemplo, destacam a intimidade e o afeto em tempos de ruptura, enquanto os poemas frequentemente servem como espaços de sublimação da dor e de reafirmação da identidade. Ensaios e depoimentos aprofundam a análise política e social, revelando o impacto das ditaduras sobre a vida das mulheres e suas famílias.

O contexto das décadas de 1960 e 1970 é fundamental para compreender a relevância dessa coletânea. Nesse período, os regimes autoritários na Guatemala, Argentina, El Salvador, Bolívia, Colômbia, Chile e Uruguai não só perseguiram opositores políticos, mas tentaram silenciar as mulheres que ousaram desafiar os papéis de gênero impostos pela sociedade. Muitas dessas mulheres foram presas, torturadas, separadas de seus filhos e obrigadas a buscar refúgio em outros países. Apesar disso, o exílio não silenciou suas vozes, mas as transformou em instrumentos de denúncia e resistência.

Além de documentar as experiências de sofrimento, o livro celebra a força criativa e a solidariedade que emergiram do exílio. Ele é uma prova de que, mesmo em condições de extrema adversidade, as mulheres continuaram a encontrar maneiras de afirmar sua humanidade e lutar contra a opressão. A obra preserva a memória desses eventos e inspira novas gerações a refletir sobre os desafios persistentes de gênero, direitos humanos e justiça social na América Latina.

Jacinta Escudos, de El Salvador, escreveu à Alicia Partnoy, ao saber que esta estava contatando pessoas para recolher o material que comporia o livro: “Please, accept, a sister’s suggestion: do not let this book become a whining sorrowful lamentation. We shouldn’t let exile defeat us...”³² (apud Partnoy, 1988, p. 14).

Esse pedido de que o livro não se transformasse em “a whining sorrowful lamentation”³³, mas em algo que resistisse ao peso do exílio, é profundamente emblemático. Ele revela a força subjacente ao projeto do livro e à própria experiência do exílio para as

³² “Por favor, aceite a sugestão de uma irmã: não deixe que este livro se torne um lamento choroso e triste. Não devemos deixar que o exílio nos derrote”. (Tradução nossa)

³³ “um lamento choroso e triste”. (Tradução nossa)

mulheres. As palavras de Escudos refletem uma consciência coletiva e uma determinação de transcender a dor, transformando a narrativa do exílio em um ato de resistência e agência, em vez de mera e pura vitimização.

A preocupação de Jacinta é especialmente relevante porque, historicamente, a representação de mulheres em situações de sofrimento tem sido marcada por estereótipos que reforçam sua passividade e fragilidade. Ao alertar Partnoy, ela reforça a importância de moldar a narrativa do exílio como uma oportunidade de fortalecimento e afirmação de identidade. Não se trata de negar o sofrimento, mas de utilizá-lo como combustível para a denúncia, a luta por justiça e a reafirmação da dignidade humana.

Essa perspectiva dialoga diretamente com o propósito do livro, que não é apenas registrar as experiências das mulheres exiladas, mas também construir um espaço de resistência política e cultural. Ao transformar o exílio em uma oportunidade de expressão criativa e de denúncia, as autoras que contribuem para o livro demonstram que, embora tenham sido desterritorializadas fisicamente, suas vozes e ideias permanecem vigorosas e inextinguíveis.

A frase “We shouldn’t let exile defeat us”³⁴ encapsula essa resistência. Ela sublinha a capacidade das mulheres de resistir e de se reinventar, mesmo diante de uma ruptura tão profunda quanto o exílio. Ao mesmo tempo, reconhece o desafio de equilibrar a dor da perda com a necessidade de continuar lutando.

O livro foi organizado em cinco seções principais: testemunhos; contos; ensaios; poesia; e cartas. Essa divisão por gêneros reflete a multiplicidade de formas de expressão utilizadas pelas mulheres exiladas para narrar suas experiências e resistir à opressão. Cada formato oferece uma perspectiva única sobre o exílio e suas consequências, capturando tanto os aspectos pessoais quanto os políticos dessa vivência.

Como mencionado anteriormente, nesta dissertação nos concentraremos especificamente nos testemunhos e nas cartas, pois ambos se enquadram na categoria da literatura testemunhal, caracterizada pela narrativa de experiências reais que visam documentar e dar voz a episódios de violência, repressão e luta por sobrevivência. Os testemunhos trazem relatos diretos e detalhados das vivências de mulheres em condições de exílio, revelando a dureza do desterro, a separação de suas raízes e a constante luta para manter a dignidade. As cartas, por sua vez, carregam uma dimensão íntima e relacional, permitindo vislumbrar os laços que essas mulheres mantinham com suas famílias, amigos e comunidades, mesmo diante da distância forçada.

³⁴ “Não devemos deixar que o exílio nos derrote”. (Tradução nossa)

Focar nesses dois gêneros literários permite explorar de forma mais profunda como a memória e a identidade se articulam na construção de uma narrativa coletiva de resistência. Eles oferecem um meio poderoso de reconstruir histórias que frequentemente foram silenciadas, reafirmando o papel das mulheres como protagonistas de suas próprias trajetórias e da história política da América Latina. Por meio dos testemunhos e cartas, as vozes dessas mulheres transcendem o tempo e o espaço, consolidando sua presença na luta pela memória, justiça e igualdade. Em seguida, abordaremos alguns testemunhos e cartas separadamente.

Rigoberta Menchú - Guatemala

Rigoberta Menchú was born in Guatemala in 1962. A Quiché Indian, Rigoberta taught herself Spanish at the age of twenty. Among the founders of the Committee for the Peasants' Unity, she has traveled throughout the world as an ambassador of her suffering people. Her testimonial book, *I, Rigoberta*, which she dictated to Elizabeth Burgos, was awarded the Casa de las Américas prize of Cuba³⁵ (Partnoy, 1988, p. 18).

O trecho acima é a síntese biográfica da mulher indígena que abre a coletânea. Na transcrição do depoimento intitulado “Things Have Happened to Me as in a Movie”³⁶, a primeira voz a acender a chama que o livro evoca é a de Rigoberta Menchú, “a native of the Quiché people of Guatemala”³⁷, que conta, dentre outras cenas terríveis, como seu pai “(...) was tortured by the landowners' bodyguards”³⁸.

We got the community together and found my father lying in the road, far away, about two kilometers from home. My father was badly beaten and barely alive. [...] He had been in the hospital for six months when we heard he was going to be taken out and killed. The landowners had been discussing it loudly, and the information came to us by way of their servants, who were also natives, and with whom we were very close³⁹ (Menchú, 1988, p. 21).

³⁵ “Rigoberta Menchú nasceu na Guatemala em 1962. Indígena Quiché, Rigoberta aprendeu espanhol sozinha aos vinte anos. Entre os fundadores do Comitê para a Unidade dos Camponeses, ela viajou por todo o mundo como embaixadora do seu povo sofrido. Seu livro testemunhal, *Eu, Rigoberta*, que ela ditou a Elizabeth Burgos, recebeu o prêmio Casa de las Americas de Cuba”. (Tradução nossa)

³⁶ “As coisas me aconteceram como em um filme”. (Tradução nossa)

³⁷ “uma indígena do povo Quiché da Guatemala”. (Tradução nossa)

³⁸ “(...) foi torturado pelos capatazes dos donos da terra”. (Tradução nossa)

³⁹ “Reunimos a comunidade e encontramos meu pai caído na estrada, bem longe, acerca de dois quilômetros de casa. Meu pai foi espancado e quase morto. [...] Ele estava no hospital há seis meses quando soubemos que ele seria retirado de lá e morto. Os donos da terra vinham discutindo o assunto em voz alta e a informação chegou até nós por meio de seus trabalhadores, que também eram indígenas e de quem éramos muito próximos”. (Tradução nossa)

O testemunho sobre a tortura de seu pai, perpetrada pelos capatazes de latifundiários, é um exemplo contundente de como o poder era utilizado para suprimir vozes dissidentes e subjugar comunidades inteiras. A descrição do corpo de seu pai, encontrado gravemente ferido e abandonado na estrada, revela a violência física e expõe a desumanização imposta àqueles que ousavam desafiar a hierarquia social estabelecida na Guatemala. A inclusão desse episódio no início da coletânea não é fortuita; ela serve como um poderoso lembrete de que a violência vivida pelas mulheres exiladas e seus familiares era parte de um sistema mais amplo de exploração e controle.

O trecho também destaca a importância da solidariedade comunitária como forma de resistência. O apoio mútuo entre os membros da comunidade, incluindo os “servants” dos latifundiários que arriscaram suas vidas para alertar sobre os planos de assassinato, demonstra como redes de cooperação eram fundamentais para enfrentar a repressão. Essa solidariedade revela a humanidade persistente em meio à violência, reiterando que a resistência não se limita ao enfrentamento direto, mas inclui também a proteção e o cuidado uns com os outros.

Ao trazer à tona essas lembranças, Menchú reforça a dimensão coletiva da violência e da resistência. Seu testemunho personifica a experiência de muitas mulheres indígenas que enfrentaram o duplo apagamento: como mulheres em sociedades patriarcais e como indígenas em contextos de colonização e exploração contínua.

Após muita luta de seu pai como resistência não só aos latifundiários, mas aos militares que estavam oprimindo seu povo, ao final do relato nos deparamos com outro trecho extremamente impactante: após não conseguirem prender seu pai, eles levam seu irmão que fica desaparecido, por fim ela e sua mãe veem o seu irmão de dezesseis anos ser queimado em local público:

At the time the army published a bulletin saying there was going to be a guerrilla council. They said they had some guerrillas in their custody and that they were going to punish them in public. My mother said, “I hope to God my son shows up. I hope to God my son is there. I know I want to know what has happened to him.” So we went to see what was happening. We walked for one day and almost the whole night to get to the other town. There were hundreds of soldiers who had almost the whole town surrounded, and who had gathered the people together to witness what they were going to do. There were natives of other areas as well as natives of that town. After a while an army truck arrived with twenty people who had been tortured in different ways. Among them we recognized my brother, who, along with the other prisoners, had been tortured for fifteen days. When my mother saw my little brother she almost gave herself away she was going to die right there for being family of a guerrilla. We were crying, but almost all the rest of the people were crying also at the sight of the tortured people. They had pulled out my little brother’s fingernails, they had cut off parts of his ears and other parts of his body, his lips, and he was covered with scars

and swollen all over. Among the prisoners was a woman and they had cut off her breasts and other parts of her body. An army captain gave us a very long speech, almost three hours, in which he constantly threatened the people, saying that if we got involved with communism the same things were going to happen to us. Then he explained to us one by one the various types of torture they had applied to the prisoners, and said: “Part of the punishment is still to come.” He ordered the prisoners tied to some posts. The people didn’t know what to do and my brother was overcome with despair in those few moments. And none of us knew how we could bear the situation. The office ordered the prisoners covered with gasoline and they set fire to them, one by one⁴⁰ (Menchú, 1988, p. 22-23).

O relato chocante sobre a execução pública do irmão e a tortura sistemática de prisioneiros na Guatemala é um depoimento forte sobre as terríveis estratégias empregadas por regimes autoritários para manter o controle social e suprimir qualquer forma de resistência. Este episódio representa uma violação individual de direitos humanos e uma tentativa calculada de desumanizar opositores políticos, dismantlar solidariedades comunitárias e perpetuar a dominação por meio do medo.

A brutalidade descrita – que inclui torturas físicas, como a mutilação de corpos, e psicológicas, como a exposição pública das vítimas – exemplifica como o terror de Estado se torna uma poderosa ferramenta de controle. O objetivo não é apenas punir os supostos “guerrilheiros”, mas enviar uma mensagem clara à população: qualquer ato de dissidência será punido de forma implacável. O longo discurso do capitão do exército reforça essa intenção, utilizando o sofrimento dos prisioneiros como um espetáculo pedagógico de intimidação. Essa prática desumaniza tanto as vítimas quanto os espectadores, colocando ambos sob o domínio do medo e da impotência.

⁴⁰ “Na época, o exército publicou um boletim informando que haveria um conselho de guerrilha. Disseram que tinham alguns guerrilheiros sob sua custódia e que iriam puni-los em público. Minha mãe disse: ‘Espero em Deus que meu filho apareça. Espero em Deus que meu filho esteja lá. Eu sei que quero saber o que aconteceu com ele’. Então fomos ver o que estava acontecendo. Caminhamos um dia e quase a noite inteira para chegar à outra cidade. Eram centenas de soldados que cercaram quase toda a cidade e que reuniram o povo para testemunhar o que iriam fazer. Havia nativos de outras áreas, bem como nativos daquela cidade. Depois de algum tempo, chegou um caminhão do exército com vinte pessoas que haviam sido torturadas de diversas maneiras. Entre eles reconhecemos meu irmão, que, junto com os demais presos, havia sido torturado durante quinze dias. Quando minha mãe viu meu irmãozinho, ela quase se entregou, ela ia morrer ali mesmo por ser da família de um guerrilheiro. Estávamos chorando, mas quase todo o resto das pessoas chorava também ao ver as pessoas torturadas. Eles arrancaram as unhas do meu irmãozinho, cortaram partes das suas orelhas e outras partes do seu corpo, os lábios, e ele estava coberto de cicatrizes e todo inchado. Entre os prisioneiros estava uma mulher e eles lhe cortaram os seios e outras partes do corpo. Um capitão do exército fez um discurso muito longo, de quase três horas, em que ameaçava constantemente o povo, dizendo que se nos envolvêssemos com o comunismo iriam acontecer as mesmas coisas conosco. Depois explicou, um por um, os vários tipos de tortura que aplicaram aos prisioneiros e disse: ‘Parte do castigo ainda está por vir’. Ele ordenou que os prisioneiros fossem amarrados em alguns postes. As pessoas não sabiam o que fazer e meu irmão ficou desesperado naqueles poucos momentos. E nenhum de nós sabia como poderíamos suportar a situação. O oficial ordenou que os presos fossem cobertos com gasolina e atearam fogo neles, um por um”. (Tradução nossa)

Esse tipo de violência sistemática é inerentemente desumanizador, porém revela a força e resiliência das comunidades atingidas. A mãe que caminha dias para buscar respostas, mesmo temendo o que encontrará, é um símbolo da determinação em resistir ao apagamento da memória e da identidade. Mesmo diante de uma dor esmagadora, a presença da comunidade que chora com as vítimas reforça a capacidade coletiva de sentir, resistir e lembrar. Embora o regime tente impor o silêncio e a submissão, a memória desses eventos, compartilhada em livros, transforma a dor em denúncia e resistência.

O uso do corpo das vítimas como campo de violência também ilustra como regimes opressores utilizam corpos marginalizados, especialmente indígenas e femininos, como alvos preferenciais de seu terror. A mutilação da mulher mencionada no relato, com a remoção de partes de seu corpo, é uma forma de violência de gênero que expressa um desejo de apagar não apenas a vida, mas também a dignidade e a identidade da vítima. Isso reflete um padrão maior de violência colonial e patriarcal que historicamente marca os corpos de mulheres e indígenas como território de dominação masculina.

A fala de Rigoberta Menchú transcende a dimensão do testemunho pessoal e se transforma em um símbolo de resistência coletiva. Ao narrar com detalhes a brutalidade sofrida por seu irmão e outras vítimas, Menchú expõe não somente a crueldade dos torturadores, ela expõe também a estrutura desumana de repressão que buscava silenciar e subjugar comunidades inteiras. Sua narrativa é um ato desesperado de memória e um alerta para as gerações futuras: a dor e o sofrimento que ela e sua família enfrentaram não podem ser banalizados nem relegados ao esquecimento.

Além disso, sua voz representa a resistência de povos indígenas que, por séculos, enfrentaram genocídios, exploração e marginalização. A dor de Menchú é coletiva, enraizada em uma luta histórica por direitos, dignidade e reconhecimento. Ela carrega em sua fala a força de uma memória que não se limita a denunciar, também exige justiça e transformação. A lembrança das atrocidades que descreve deve ser utilizada como um chamado à ação, para que práticas como tortura, perseguição política e genocídio sejam abolidas de qualquer sociedade que pretenda se considerar justa e democrática.

O testemunho de Rigoberta Menchú também nos lembra do papel essencial da memória no processo de resistência. Ao descrever o sofrimento de seu irmão, ela eterniza sua história e ao mesmo tempo desafia o apagamento que regimes autoritários tentam impor. Reconhecer, ouvir e compartilhar testemunhos é um ato de resistência contra a tentativa de silenciar as vozes das vítimas e uma forma de garantir que essas atrocidades nunca mais se repitam.

Portanto, a fala de Menchú é um registro de dor e uma convocação para a humanidade refletir, aprender e se comprometer com a erradicação de práticas desumanas. É um grito que ecoa através do tempo, exigindo que a memória seja preservada como um escudo contra a repetição das violências do passado e como um farol que guia os esforços por justiça e paz.

Mercedes Sosa - Argentina

Mercedes Sosa was born in 1935, in the Tucumán Province. A singer of Latin American music, she draws from the traditional as well as from New Song. Many years ago, Mercedes Sosa became an inspiration for those who suffer and struggle for justice. She went into exile in 1978, already recognized worldwide as one of the best voices of Latin America. She now lives in her country, but tirelessly tours the world with her music. She has a son, Fabián⁴¹ (Partnoy, 1988, p. 24).

Não são somente as torturas físicas que caracterizam o período. As torturas psicológicas também estão presentes, como no segundo depoimento apresentado por Partnoy, “Forced Exile”, fornecido pela cantora argentina Mercedes Sosa. O relato está dividido em duas partes, a primeira, em que ela conta sobre como foi impedida de realizar um show beneficente para ajudar uma escola de comunidade que estava passando por dificuldades e não tinha ajuda do governo para reforma. E a segunda, sobre como suas apresentações foram sabotadas pelos militares.

O depoimento de Mercedes Sosa revela uma faceta crucial da repressão autoritária: a violência psicológica e simbólica que busca desarticular a identidade, a expressão cultural e a conexão comunitária. Diferentemente da tortura física, que visa atingir diretamente o corpo, a tortura psicológica mina a autoestima, a liberdade de expressão e os laços de solidariedade que fortalecem indivíduos e comunidades.

A narrativa de Sosa exemplifica como regimes autoritários não se limitam a reprimir a dissidência política, como também tentam silenciar vozes culturais que servem de resistência simbólica. Ao impedir um show beneficente e sabotar suas apresentações, os militares não apenas atacaram a cantora como indivíduo, mas também o papel que ela representava para seu povo: um elo entre a arte, a identidade nacional e a luta por justiça. Esses atos revelam o medo dos regimes autoritários de que a arte possa inspirar, unir e empoderar.

⁴¹ Segue a tradução da pequena biografia da cantora, que abre seu testemunho: “Mercedes Sosa nasceu em 1935, na província de Tucumán. Cantora de música latino-americana, ela se inspira tanto na música tradicional quanto na ‘Nova Canção’. Há muitos anos, Mercedes Sosa tornou-se uma inspiração para aqueles que sofrem e lutam por justiça. Exilou-se em 1978, já reconhecida mundialmente como uma das melhores vozes da América Latina. Ela agora mora em seu país, mas viaja incansavelmente pelo mundo com sua música. Ela tem um filho, Fabián”. (Tradução nossa)

Ela relata que “I felt myself reborn before the audience. Establishing a relationship with my pueblo is essential for me; I listen for their reaction to my songs, filling myself with it to continue living”⁴² (Sosa, 1988, p. 25), evidenciando o poder transformador da arte como fenômeno de resistência. Para ela, a interação com o público era uma fonte de renascimento e continuidade, uma reafirmação de sua identidade e propósito em meio à opressão. Essa conexão com o público transcende o entretenimento, tornando-se um ato político, uma forma de resistência coletiva contra o silenciamento imposto pela ditadura.

Além disso, a sabotagem aos shows de Sosa simboliza o esforço dos regimes autoritários em desconstruir as redes de apoio mútuo que emergem nos contextos de repressão. Eventos culturais como estes funcionam como espaços de encontro, compartilhamento e construção de uma memória coletiva, fatores que regimes opressivos buscam evitar para manter o controle social e a repressão política. Ao atacar a música e a cultura, os militares pretendiam sufocar a esperança, a solidariedade e a capacidade de organização popular.

Por outro lado, a resistência de Sosa ao continuar cantando, mesmo sob ameaça, reforça o papel da arte como catalisador de transformação social. Sua trajetória evidencia que, em tempos de repressão, a expressão artística resiste ao apagamento e se torna um espaço de denúncia e resiliência. A música, nesse contexto, é mais do que estética; é memória, identidade e luta.

Esse movimento de resistência leva a um momento crucial ocorrido durante uma apresentação da cantora:

So, that night, halfway into my presentation, I noticed “strange” incidents. My agent motioned to me to come closer; at the end of the song, I moved toward her. She offered me a glass of water. Right away, she said, “The police came...” So what, I thought; the more the merrier. But the look on her face told me that they didn’t buy a ticket, nor did they come to hear me. So I moved closer to the police and asked straight out: “Can you tell me what’s happening?”⁴³ (Sosa, 1988, p. 26).

⁴² “Eu me sinto renascer diante do público. Estabelecer um relacionamento com meu *pueblo* é essencial para mim; Ouço a reação deles às minhas músicas, encho-me disso para continuar vivendo”. (Tradução nossa)

⁴³ “Então, naquela noite, no meio da minha apresentação, notei incidentes ‘estranhos’. Meu agente fez sinal para que eu me aproximasse; no final da música, fui em direção a ela. Ela me ofereceu um copo de água. Imediatamente ela disse: ‘A polícia veio...’ E daí, pensei; quanto mais, melhor. Mas a expressão no rosto dela me dizia que eles não compraram ingresso, nem vieram me ouvir. Então me aproximei da polícia e perguntei sem rodeios: ‘Você pode me dizer o que está acontecendo?’”. (Tradução nossa)

O policial a informa que ela está cantando músicas subversivas, “songs of protest, Marxist...”⁴⁴; ela, por sua vez, tenta argumentar que as músicas foram liberadas e estavam sendo cantadas desde 1973, cinco anos antes daquele dia, e que poderia tê-la proibido em vez de deixá-la subir ao palco e depois retirá-la. O policial a informa apenas que “We are the ones who decide what must be done here!”⁴⁵.

Essa cena ilustra o controle autoritário sobre os espaços públicos e culturais, em que o simples fato de cantar se torna um ato de insurgência. O argumento de Sosa, de que suas músicas haviam sido liberadas anteriormente, ressalta a arbitrariedade do poder ditatorial, que atua de forma imprevisível e punitiva, utilizando a intimidação como estratégia para desmoralizar e silenciar vozes dissidentes. A resposta do policial – “Somos nós quem decidimos o que deve ser feito aqui!” – encapsula a lógica autoritária: o poder não está sujeito a debate ou razão, mas sim à imposição.

All of a sudden, a policeman climbed on stage and started harassing, and I mean grossly harassing, me. I felt so humiliated, enraged. If words could kill, the police would have been dead when I shouted with such hatred: ‘What are you doing, you shameless cowards!’ It was obviously a setup. He was trying to provoke us so that when we fought back they could charge us with ‘disorder and resisting authority’⁴⁶ (Sosa, 1988, p. 27).

Ela foi presa juntamente com todos que estavam com ela, homens e mulheres, artistas e público. Durante o traslado à delegacia, o policial que a havia assediado disse a ela: “I’m sorry, Señora, but it was an order; I had to do it, or else”⁴⁷. Ao chegar na delegacia, Sosa foi desrespeitada, tida como “most dangerous delinquent”⁴⁸, chamada de “shitty nigger”⁴⁹, e viu um jovem ter seu pescoço quebrado na sua frente, durante a prisão.

A cantora, conhecida por sua arte e sua conexão profunda com o povo, tornou-se alvo de uma perseguição que buscava silenciá-la e humilhá-la publicamente, como forma de reafirmar o poder opressor do Estado. Esse episódio destaca a confluência de diversas formas de violência: o assédio moral e físico, o racismo, o uso da força para gerar medo e a coação de

⁴⁴ “Músicas de protesto, Marxistas...” (Tradução nossa)

⁴⁵ “Somos nós quem decidimos o que deve ser feito aqui!” (Tradução nossa)

⁴⁶ “De repente, um policial subiu no palco e começou a me assediar, quero dizer, a me assediar grosseiramente. Eu me senti tão humilhada, furiosa. Se as palavras pudessem matar, a polícia já estaria morta quando gritei com tanto ódio: ‘O que vocês estão fazendo, seus covardes sem-vergonha!’ Obviamente foi uma armação. Ele estava tentando nos provocar para que, quando reagíssemos, eles pudessem nos acusar de ‘desordem e resistência à autoridade’.”

⁴⁷ “Desculpe, Senhora, mas aquilo foi uma ordem; eu tive que fazê-lo, ou então”. (Tradução nossa)

⁴⁸ “Delinquente mais perigosa”. (Tradução nossa)

⁴⁹ “Negra de merda”. (Tradução nossa)

agentes que se tornam cúmplices do sistema ao justificar seus atos com base em ordens superiores.

Sosa foi transformada em um símbolo da resistência cultural e sua prisão ilustra como o autoritarismo busca suprimir qualquer forma de contestação ou empoderamento coletivo. A tentativa de desumanizá-la por meio de insultos racistas como “shitty nigger” revela um aspecto ainda mais sombrio do regime: o uso do preconceito para fragmentar a sociedade e enfraquecer alianças entre diferentes grupos sociais. Além disso, o fato de uma mulher com uma criança febril ter sido presa juntamente com outras pessoas demonstra o desprezo pelas condições humanas básicas, evidenciando a desumanidade sistemática e intencional da repressão.

Após ser liberada, ela pensou que seria impedida de cantar, o que não ocorreu, mas ao tentar novamente subir ao palco:

“Someone telephoned, warning that there is a bomb inside. We are going to check.” They looked for hours. The people were getting impatient; we had to cancel the show, return their money. (...) What else could I do? They’ve already bombed Guarany’s house. Daniel Chanal, another popular folk singer, was “disappeared.” (...) And me? I was condemned to internal exile, silence...⁵⁰ (Sosa, 1988, p. 28).

O relato de Mercedes Sosa sobre a ameaça de bomba e o cancelamento do show é mais uma evidência de como a repressão se estendia além da violência física, atingindo também o plano simbólico e psicológico. A sabotagem de suas apresentações e a criação de um clima de medo tinham como objetivo calá-la e também desmobilizar os laços entre ela e o público, uma conexão essencial para sua expressão artística e resistência política.

A referência ao desaparecimento de Daniel Chanal, outro cantor popular, demonstra a estratégia sistemática de perseguição aos artistas que ousavam questionar o status quo. Esses atos não eram isolados; faziam parte de uma política deliberada de desmantelamento de qualquer forma de resistência cultural vista como uma ameaça ao regime. A cultura, especialmente na forma de música popular, tinha o poder de unir e conscientizar as massas, tornando seus protagonistas alvos prioritários.

O “exílio interno” e o silêncio forçado que Sosa menciona são formas de controle tão opressivas quanto a prisão física. Ao impedir que ela cantasse ou se conectasse com seu

⁵⁰ “‘Alguém telefonou avisando que tem uma bomba lá dentro. Vamos verificar.’ Eles procuraram por horas. O povo estava ficando impaciente; tivemos que cancelar o show, devolver o dinheiro. (...) O que mais eu poderia fazer? Eles já bombardearam a casa Guarany. Daniel Chanal, outro cantor popular de folk, estava ‘desaparecido’. (...) E eu? Fui condenada ao exílio interno, ao silêncio...” (Tradução nossa)

público, o regime tentava minar sua identidade e sua voz, essenciais para sua existência como artista e como símbolo de resistência. Esse tipo de violência simbólica visa destruir a esperança e a inspiração que ela representa para outros.

Ao relatar esses episódios, ela recupera a voz que tentaram silenciar, transformando sua dor em memória coletiva. A menção ao exílio interno e ao silêncio não representa aceitação, e sim a denúncia de um sistema que tentava restringir até mesmo os espaços mais íntimos de liberdade.

Por fim, a perseverança de Mercedes Sosa e sua capacidade de resistir, mesmo diante de ameaças e perdas, refletem a força transformadora da arte e da memória. Sua história nos lembra que o silêncio imposto por regimes autoritários não é absoluto; ele pode ser rompido por aqueles que continuam a lutar para que suas vozes sejam ouvidas, seja por meio da música, da escrita ou da memória compartilhada.

Ana Guadalupe Martínez – El Salvador

O terceiro testemunho do livro foi dado por Ana Guadalupe Martínez, uma ex-comandante de guerrilha salvadorenha que foi presa pelo Exército em julho de 1976. Barbaramente torturada, foi solta no ano seguinte, em troca de um rico empresário sequestrado por companheiros dela. O texto apresenta um dos aspectos mais cruéis e desumanos da repressão autoritária: a violência sexual usada como instrumento de tortura e submissão. O relato de Martínez sobre o abuso sexual que sofreu enquanto esteve presa pelos militares é uma denúncia contundente do uso do corpo feminino como campo de batalha em situações de opressão política e conflitos armados. Essa violência, longe de ser um ato isolado, revela uma estratégia sistemática de dominação, humilhação e tentativa de aniquilação da dignidade e da resistência das mulheres.

Além disso, o isolamento prolongado em uma cela fria, como descrito por Martínez, é outra forma de tortura que busca desumanizar e enfraquecer o indivíduo, tanto física quanto psicologicamente. A solidão forçada, aliada às condições precárias de encarceramento, aflige a capacidade de resistência e tem como objetivo destruir qualquer esperança ou força para lutar.

It was my duty to be silent; I had to direct my thoughts toward the fallen, toward those who had already died seeking to build a new homeland. As I faced each torture, I thought of all the suffering of the people, which add up to something far more painful than what I felt. If I confessed anything, I would contribute to slowing down the process of the liberation of the people. (...) Added to all this was my worry about a possible pregnancy, because

some days earlier, at dawn, Sergeant Mario Rosales, one of our most hated and most cruel hangmen, came to my cell⁵¹ (Martínez, 1988, p. 30).

O trecho revela a resiliência e o sacrifício de Ana Guadalupe Martínez diante das torturas e do estupro a que foi submetida. Sua decisão de permanecer em silêncio, mesmo sob condições extremas, reflete sua determinação em proteger a causa coletiva pela qual lutava. Para Martínez, sua dor individual era menor do que o sofrimento de um povo inteiro, uma visão que coloca o bem coletivo acima de suas próprias necessidades e segurança pessoal.

Esse testemunho também denuncia as dimensões de gênero na repressão política. A preocupação com uma possível gravidez, fruto de um estupro cometido por um de seus torturadores, expõe a brutalidade direcionada especificamente às mulheres. A violência sexual, além de ser uma forma de tortura física, carrega uma intenção de desumanizar e humilhar profundamente, atingindo aspectos íntimos e simbólicos da vítima.

Além disso, a referência ao “dever de silêncio” revela a complexidade emocional e moral vivida pelas vítimas de regimes autoritários. Para muitos presos políticos, resistir ao sofrimento individual era visto como um ato de solidariedade e de lealdade à causa maior. Essa narrativa demonstra como, mesmo sob extrema opressão, os indivíduos encontram formas de preservar sua dignidade e propósito, transformando sua resistência em um ato de afirmação política.

Por outro lado, o testemunho de Martínez também ressalta o impacto psicológico e físico duradouro dessas experiências. A tortura e a violência sexual deixam marcas que vão além do corpo, afetando a mente e o espírito das vítimas. No entanto, ao compartilhar sua história, Martínez transforma sua dor em um poderoso ato de denúncia e memória, garantindo que essas atrocidades não sejam esquecidas e contribuindo para a construção de um legado de resistência e luta por justiça.

My cries were choked by the walls of the cell. I tired very quickly. Taking advantage of my fatigue, he called one of the policeman to restrain me, and so he was able to rape me. They were drunk. There was a disgusting smell of liquor in the cell. (...) Afterward, I thought that the other one would follow, but luckily he didn't, because the second floor telephone rang and they had to go down to answer it. They closed the door. (...) I remained on the floor, very demoralized, although I had known that this very thing could happen to

⁵¹ “Era meu dever ficar em silêncio; eu tinha que dirigir meus pensamentos para os caídos, para aqueles que já tinham morrido buscando construir uma nova pátria. À medida que eu enfrentava cada tortura, eu pensava em todo o sofrimento do povo, que avultava algo muito mais doloroso do que eu sentia. Se eu confessasse alguma coisa, eu contribuiria para retardar o processo de libertação do povo. (...) A tudo isso se somava minha preocupação com uma possível gravidez, porque alguns dias antes, ao amanhecer, o sargento Mario Rosales, um dos nossos mais odiados e cruéis carrascos, veio à minha cela”. (Tradução nossa)

me. I sat up and saw that they left my clothes in a corner of the room, and I put them on right away. I was aware of every sound, thinking that perhaps they would come back up. They didn't return⁵² (Martínez, 1988, p. 31).

O testemunho de Ana Guadalupe, por mais difícil e doloroso que seja, é uma denúncia necessária e urgente. A brutalidade descrita no trecho não se restringe ao ato de violência sexual em si, mas revela o uso sistemático do corpo da mulher como “arma de guerra” e instrumento de opressão política. A violação cometida pelos torturadores foi uma tentativa de destruir a integridade física e emocional de Martínez; mais do que isso, simboliza uma estratégia deliberada de desumanização e silenciamento. É impossível ler seu relato sem reconhecer a dimensão intencionalmente política da violência de gênero.

A descrição crua do ato de estupro expõe a cumplicidade institucional e o ambiente de impunidade que sustentavam essas práticas. Os torturadores, embriagados e protegidos por um sistema que legitimava suas ações, personificam o caráter desumanizador dos regimes autoritários, que viam as mulheres sumariamente como inimigas políticas, depois como corpos a serem subjugados.

Esse testemunho é mais do que um relato de dor; ele se transforma em um ato de resistência e memória histórica. A coragem de Martínez em compartilhar os detalhes de sua experiência denuncia a barbárie dos regimes ditatoriais e desafia a sociedade a confrontar e reconhecer as dimensões de gênero presentes na repressão política. Ao documentar sua história, ela dá voz a incontáveis mulheres que enfrentaram abusos semelhantes, mas cujas vozes permanecem silenciadas. É também importante destacar o papel que tais narrativas desempenham na construção da memória coletiva. Testemunhos como o de Martínez rompem o silêncio imposto pelos opressores e desafiam as tentativas de apagar a história das vítimas.

Por mais difícil que seja a leitura desse trecho, é uma obrigação moral fazê-lo, tornando-o coletivo. Ignorar ou minimizar relatos como este seria colaborar com o apagamento das vítimas e com a perpetuação da injustiça. Mostrar o que aconteceu, com toda a sua crueza, é um passo fundamental para que a sociedade compreenda as consequências profundas da violência humana e lute para construir um futuro em que essas atrocidades não tenham lugar.

⁵² “Meus gritos foram abafados pelas paredes da cela. Eu me cansei muito rápido. Aproveitando meu cansaço, ele chamou um dos policiais para me conter, e assim ele conseguiu me estuprar. Eles estavam bêbados. Havia um cheiro repugnante de bebida na cela. (...) Depois, pensei que o outro viria atrás, mas felizmente ele não veio, porque o telefone do segundo andar tocou e eles tiveram que descer para atender. Eles fecharam a porta. (...) Fiquei no chão, muito desmoralizada, embora soubesse que isso poderia acontecer comigo. Sentei-me e vi que eles deixaram minhas roupas em um canto do quarto, e as vesti imediatamente. Eu estava ciente de cada som, pensando que talvez eles voltassem. Eles não retornaram”. (Tradução nossa)

Domitila Barrios de Chungara – Bolívia

Segundo Alicia Partnoy,

Domitila Barrios de Chungara was born in 1937. She had seven children. In 1963, she started to work with the Housewives' Committee which participated in many demonstrations supporting mine workers and the rights of women. Domitila Barrios de Chungara is a survivor of the massacre of San Juan in which hundreds of Bolivian miners were killed by the army. She was also a political prisoner. Her first book, *Let Me Speak!*, is an account of her life and testimony of the suffering of her people. The book excerpted here, *Aquí también Domitila*, deals with her experiences in exile⁵³ (Partnoy, 1988, p. 38).

O testemunho “Two deaths”⁵⁴, de Domitila, expõe com profundidade a dor do luto agravada pela condição de exílio, revelando como a distância, a insegurança e a impossibilidade de contato direto amplificam o sofrimento humano em contextos de repressão política. O relato, marcado pela perda de sua irmã e, logo em seguida, de seu pai, é um retrato comovente de como a opressão do Estado ultrapassa os limites da violência física, invadindo a esfera emocional e familiar de suas vítimas.

More or less by October 1980, I'd received a letter from my sister, Marina. She told me that my children were in her care, asked me to return to Bolivia from Europe, and reminded me of my duties as a leader and a mother. “A leader's obligation is to be with her people, for better or worse,” she told me, and that by no means did I have to stay out of the country – but that wasn't my intention anyway. She also suggested that I return in the same way I had returns from Mexico: secretly, because we had a lot of work to do in Bolivia⁵⁵ (Chungara, 1988, p. 39).

O exílio, nesse contexto, não é somente um afastamento geográfico, é um estado de isolamento emocional. A distância imposta pela repressão transforma a perda em algo ainda mais difícil de suportar. Para Domitila, a ausência física de sua família e a impossibilidade de

⁵³ “Domitila Barrios de Chungara nasceu em 1937. Ela teve sete filhos. Em 1963, começou a trabalhar com o Comitê das Esposas, no qual participou de muitas manifestações de apoio aos mineiros e aos direitos das mulheres. Domitila Barrios de Chungara é uma sobrevivente do massacre de San Juan, em que centenas de mineiros bolivianos foram mortos pelo exército. Ela também foi uma prisioneira política. Seu primeiro livro, *Let Me Speak!*, é um relato de sua vida e um testemunho do sofrimento de seu povo. O livro do qual extraímos o depoimento, *Aquí también Domitila*, trata de suas experiências no exílio”. (Tradução nossa)

⁵⁴ “Duas mortes”. (Tradução nossa)

⁵⁵ “Mais ou menos em outubro de 1980, recebi uma carta da minha irmã, Marina. Ela me disse que meus filhos estavam sob seus cuidados, me pediu para retornar da Europa para a Bolívia e me lembrou dos meus deveres como líder e mãe. ‘A obrigação de uma líder é estar com seu povo, para o bem ou para o mal’, ela me disse, e que de forma alguma eu tinha que ficar fora do país – mas essa não era minha intenção de qualquer maneira. Ela também sugeriu que eu retornasse da mesma forma que fiz quando voltei do México: secretamente, porque tínhamos muito trabalho a fazer na Bolívia”. (Tradução nossa)

estar presente no momento de suas mortes ou de oferecer conforto durante o luto são fatores que intensificam sua dor.

A carta de sua irmã Marina não é apenas um apelo emocional, mas um lembrete da responsabilidade política e social que Domitila carrega como líder. Essa dinâmica entre o dever público e as relações familiares é um dos elementos mais angustiantes do exílio: a separação física aguça as expectativas e os laços de pertencimento e os torna ainda mais dolorosos, pois o distanciamento impede ações diretas.

Enquanto ela estava se preparando para uma conferência, recebeu um telefonema de companheiros dizendo que sua irmã estava muito mal e que era para ela se preparar para o pior:

And I thought she had been assassinated in reprisal for my activity, and also because she was a leader of the Federation of Settlers. (...) The impact of that news was so great that I became quite faint. And, as if from a dream, I remember that some people pulled me by the hands, slapped me in the face and wanted me to drink some water⁵⁶ (Chungara, 1988, p. 40).

O medo de que a morte de sua irmã tivesse ocorrido como retaliação por sua própria atividade política revela a extensão da violência sistêmica exercida pelos regimes ditatoriais, que buscavam punir os opositores diretos e também suas redes familiares e comunitárias. O sofrimento causado por essa estratégia de terror é evidenciado pela reação física e emocional de Domitila ao receber a notícia: o choque, o desmaio e a sensação de irrerealidade demonstram o impacto devastador da perda.

Após essa perda tão inesperada e trágica, outra viria:

Just one month and twenty days later, my father died. And a friend told me afterward that he had suddenly aged because he was so much affected by my sister's death, because he hadn't received the letters I had sent him, and because he found out that my children had left for Europe as refugees and he wasn't sure if they had been reunited with me⁵⁷ (Chungara, 1988, p. 40).

A perda subsequente de seu pai, apenas um mês e vinte dias depois, amplia ainda mais a tragédia. Ele não apenas lidava com o luto pela morte de Marina, mas também com a incerteza sobre o paradeiro de seus netos e a falta de comunicação direta com Domitila. Essa

⁵⁶ “E eu pensei que ela tinha sido assassinada em represália à minha atividade e porque ela era uma líder da Federação dos Colonos. (...) O impacto daquela notícia foi tão grande que quase desmaiei. E, como em um sonho, lembro que algumas pessoas me puxaram pelas mãos, me deram tapas no rosto e queriam que eu bebesse um pouco de água”. (Tradução nossa)

⁵⁷ “Apenas um mês e vinte dias depois, meu pai morreu. E um amigo me disse depois que ele envelheceu de repente porque ele estava muito afetado pela morte da minha irmã, porque ele não tinha recebido as cartas que eu tinha enviado a ele, e porque ele descobriu que meus filhos tinham partido para a Europa como refugiados e ele não tinha certeza se eles tinham se reunido comigo”. (Tradução nossa)

combinação de fatores – a morte violenta de um membro da família, a distância forçada e a impossibilidade de apoio mútuo – amplifica a desumanidade do exílio, transformando o luto em um processo ainda mais solitário e fragmentado.

O testemunho de Domitila nos lembra que o exílio é muito mais do que um deslocamento físico; ele é uma experiência de perda múltipla. Perde-se o lar e as referências cotidianas, a convivência com os entes queridos, a participação direta na luta política e, em muitos casos, a capacidade de viver plenamente o processo de luto. Além disso, o exílio agrava a sensação de impotência, pois aqueles que estão longe frequentemente se sentem incapazes de proteger ou apoiar os que permanecem.

No entanto, mesmo diante de tanta dor, o relato de Domitila também carrega uma mensagem de resiliência. Ela continua a narrar suas experiências, preservando a memória de sua irmã e de seu pai, enquanto denuncia os crimes do regime que destruiu sua família. Sua voz, como a de tantas outras mulheres exiladas, resiste à tentativa de apagamento promovida pelas ditaduras, reafirmando a importância de lembrar e testemunhar.

María Tila Uribe - Colômbia

A professora e ativista política colombiana María Tila Uribe foi presa em 1977 e passou quatro anos na cadeia. Posteriormente, exilou-se na Nicarágua (1988, p. 50). No relato “Notes from Inside”⁵⁸, María Uribe narra como começou a escrever tudo o que ela viveu, mesmo que sem experiência prévia, como um exercício.

I made myself get into the habit of writing down my experiences in order to relate something about Colombian prisons and the lives of women political prisoners, as well as my own experience, because many to whom I describe life in prison encouraged me to do so⁵⁹ (Uribe, 1988, p. 51).

Seu testemunho corrobora a escrita como um ato de resistência e memória, especialmente em contextos de opressão e silenciamento. Sem uma experiência prévia como escritora, Uribe transforma a necessidade de narrar suas vivências em um exercício de sobrevivência emocional e política, mostrando que a escrita, muitas vezes, nasce da urgência de dar voz a experiências que não podem ser esquecidas.

⁵⁸ “Anotações do lado de dentro”. (Tradução nossa)

⁵⁹ “Criei o hábito de escrever minhas experiências para relatar um pouco sobre as prisões colombianas e a vida das presas políticas, bem como minha própria experiência, porque muitas pessoas a quem descrevo a vida na prisão me incentivaram a fazê-lo”. (Tradução nossa)

There is much to tell. I wrote these notes down in any place and at any time, but mainly in the cells. I often sensed the guards' footsteps at night and had to interrupt my work, substituting my pencil with knitting needles⁶⁰ (Uribe, 1988, p. 51).

Ao relatar a rotina de escrever suas notas em meio às condições adversas das prisões colombianas, Uribe expõe tanto a hostilidade do ambiente quanto a determinação em registrar a realidade vivida. A descrição de como precisou interromper a escrita por causa dos passos dos guardas, substituindo o lápis por agulhas de tricô, é uma metáfora poderosa sobre a criatividade e a resiliência diante da repressão. Escrever, para Uribe, é um meio de documentar os abusos e a vida das prisioneiras políticas, bem como um ato de afirmação da própria humanidade em um contexto que busca desumanizá-las.

A prática de escrever em segredo e às pressas revela o caráter subversivo da memória em regimes opressores. Ao registrar suas experiências, Uribe desafia a tentativa das instituições carcerárias de apagar a individualidade e silenciar as histórias das mulheres presas. Nesse sentido, suas notas são também uma forma de denúncia e um legado para futuras gerações. Elas carregam a promessa de que a memória não será completamente suprimida, mesmo nos ambientes mais controlados e violentos.

Uribe descreve detalhadamente tudo o que passou, como numa manhã em que seu marido saiu para buscar pão e os militares invadiram sua casa e os levaram sob custódia. Os militares também tiraram os livros das prateleiras buscando por documentos e os interrogaram ali mesmo. Depois de quatro horas o casal foi levado para a base militar para ser interrogado mais incisivamente.

With no food or water, the hunger you feel the first day is not the worst of it, nor the sick feeling that follows, nor the vomiting at the end. Most worrisome is controlling your nervous tension in the face of threats and provocations. Especially when faced with the worst poison: "the good guys" who project trust, demonstrate "friendship," and pretend to understand and, indeed, identify with the ideals of justice. A large percentage of denunciations and frame-ups, of incriminations and self-incriminations result from the work of the "good guys." They come to "save" the prisoners from the clutches of the "bad guys." They are experts in adulation, playing on one's vanity, giving one the benefit of the doubt, and manipulating interviews, combining lies with true statements. In my case, this was the modus operandi of two of the interrogators⁶¹ (Uribe, 1988, p. 55).

⁶⁰ "Há muito o que dizer. Eu escrevi essas notas em qualquer lugar e a qualquer hora, mas principalmente nas celas. Muitas vezes eu sentia os passos dos guardas à noite e tinha que interromper meu trabalho, substituindo meu lápis por agulhas de tricô". (Tradução nossa)

⁶¹ "Sem comida ou água, a fome que se sente no primeiro dia não é o pior, nem a sensação de mal-estar que se segue, nem os vômitos no final. O mais preocupante é controlar a tensão nervosa diante de ameaças e provocações. Especialmente quando se depara com o pior veneno: 'os caras legais' que projetam confiança,

O relato de María Uribe evidencia a brutalidade das práticas repressivas dos regimes autoritários e a complexidade psicológica que envolve os processos de tortura e interrogatório. Não é apenas o sofrimento físico que marca essas experiências, o terror emocional e psicológico também busca desestabilizar o indivíduo e corromper sua resistência. A descrição detalhada de sua prisão e interrogatório ilustra como o aparato militar utilizava estratégias calculadas para desumanizar, intimidar e forçar colaborações, destacando a perversidade sistemática que caracterizava esses regimes.

A narrativa da invasão domiciliar e do interrogatório, inicialmente realizado em sua própria casa, já aponta para a violência simbólica de ter o espaço íntimo violado. A “caça” aos livros e documentos demonstra como o conhecimento e as ideias eram vistos como ameaças diretas pelos regimes autoritários, reforçando seu controle sobre a liberdade de expressão e de pensamento.

A exploração da fome, da privação de água e do isolamento físico no interrogatório é uma estratégia conhecida de enfraquecimento psicológico. No entanto, Uribe chama a atenção para um elemento ainda mais insidioso: a presença dos “caras legais”, agentes que manipulam o psicológico dos prisioneiros ao fingirem empatia e compreensão. Essa prática revela uma dimensão de tortura que transcende a dor imediata e busca explorar vulnerabilidades emocionais, quebrando a confiança e desorientando as vítimas. A habilidade desses agentes em misturar mentiras com verdades e utilizar técnicas de manipulação emocional é uma forma de controle que demonstra o quanto o aparato repressivo era projetado para alcançar seus objetivos por quaisquer meios necessários.

A resistência de Uribe em meio a esse cenário revela sua força psicológica e o compromisso com seus ideais. A manipulação por parte dos “caras legais” buscava obter informações ou confissões, e colocava o indivíduo em uma posição de desconfiança contínua – tanto em relação aos outros quanto a si mesmo. Essa estratégia perversa tinha como objetivo minar os alicerces de solidariedade que frequentemente mantinham os presos políticos unidos, isolando-os ainda mais. Sua narrativa é um lembrete de que a tortura, em suas múltiplas formas, é uma ferramenta de controle que desumaniza tanto a vítima quanto os algozes. Além

demonstram ‘amizade’ e fingem compreender e, de fato, identificar-se com os ideais de justiça. Uma grande porcentagem de denúncias e armações, de incriminações e autoincriminações resulta do trabalho dos ‘caras legais.’ Eles vêm para ‘salvar’ os prisioneiros das garras dos ‘caras maus.’ São especialistas em adulação, jogando com a vaidade, dando o benefício da dúvida e manipulando entrevistas, combinando mentiras com declarações verdadeiras. No meu caso, este foi o *modus operandi* de dois dos interrogadores”. (Tradução nossa)

disso, ela ressalta a necessidade de manter viva a memória desses episódios para que se evite a repetição de tais práticas.

A reflexão de Uribe sobre o *modus operandi* dos interrogadores também serve como um alerta sobre as dinâmicas de poder em situações de repressão. A desconfiança gerada por essas táticas não termina com a prisão; ela reverbera nas comunidades e na sociedade como um todo, dificultando a reconstrução da confiança e da solidariedade após o fim de regimes autoritários. A importância de seu testemunho, portanto, reside na denúncia das atrocidades sofridas e no legado de resistência que sua escrita representa.

O testemunho de María Tila Uribe encapsula o impacto emocional devastador da repressão política e da prisão arbitrária. O fato de não poder se despedir de Francisco, seu marido, reforça a violência simbólica presente nessas situações: o rompimento abrupto de laços humanos e afetivos, que é uma estratégia de desumanização utilizada pelos regimes autoritários. A despedida negada não é apenas um ato de crueldade individual, mas parte de um sistema mais amplo que visa controlar o corpo e as emoções daqueles que são considerados uma ameaça.

O sentimento de desesperança e desânimo que ela descreve é uma resposta natural ao trauma imposto pela prisão arbitrária. A pergunta "quanto tempo isso vai durar?" reflete a incerteza paralisante que acompanha as vítimas de regimes repressivos, um estado psicológico que os torturadores frequentemente utilizam para enfraquecer a resistência e quebrar a vontade de seus prisioneiros.

O texto de Uribe destaca a força que a narrativa testemunhal possui ao documentar a dimensão humana dos conflitos políticos. Não são somente números ou eventos históricos, mas vidas individuais, sentimentos e relações que são interrompidas e devastadas. Essa dimensão pessoal é essencial para compreender a extensão da violência e da repressão, e é por isso que relatos como o de Uribe têm um papel fundamental na construção da memória coletiva e na luta por justiça.

Verónica de Negri - Chile

Because of her political activities, Verónica de Negri was imprisoned and tortured by the Chilean military after the 1973 coup. She came to the United States as a refugee. Verónica de Negri was very active in the human rights movement when the Chilean military killed her son, Rodrigo Rojas, burning him alive in Santiago. The assassination of Rodrigo in July 1986 only gave her more strength to fight for justice. She travels extensively, denouncing human rights violations in Latin America. Verónica now lives with her son,

Pablo, in Washington D.C, where she works as a counselor for youth, families and battered women. (...) This letter was written to Lilian, also the mother of a victim of repression. It follows the return to Chile of Lilian's surviving son, a close friend of Rodrigo and Verónica⁶² (Partnoy, 1988, p. 238).

Datada de 10 de outubro de 1987, o conteúdo da carta “Dear Lilian” reflete de forma pungente os paradoxos emocionais do exílio e da luta por sobrevivência em tempos de repressão. A escrita carrega o peso de uma dor imensurável – a perda de um filho – enquanto celebra a esperança de reencontro e vida renovada para outros. Esse contraste é uma metáfora poderosa das experiências de resistência e solidariedade vividas por tantas famílias durante períodos de opressão.

A mãe que escreve carrega no coração um luto irreparável, ao mesmo tempo em que demonstra generosidade e humanidade ao desejar o bem para outra mãe, que terá a chance de ver seu filho retornar. Esse gesto transcende a individualidade da dor e reafirma a capacidade humana de encontrar conexão e sentido em meio à tragédia. A carta nos lembra que, mesmo diante da brutalidade, os laços afetivos e a solidariedade podem resistir e florescer.

We suffer these losses because there is a condition in Chile that destroyed the lives of our children, the lives of the vast majority of our people, our lives. When your surviving son, my friend, returned to Chile recently with his wife and child, I felt my family shatter again. I lost another part of my Rodrigo, because they were the closest physical presence that reminded me of him. I think I told your son: ‘I’m happy your mother will have her two sons close to her now.’⁶³ (Negri, 1988, p. 239).

Esse trecho carrega um profundo sentimento de dor e solidariedade, revelando o impacto devastador das ditaduras e repressões sobre as famílias. A autora expressa sua destruição emocional e simbólica, que se abateu sobre as vidas de tantas pessoas no Chile. A perda de Rodrigo é uma ferida contínua que é reaberta pela proximidade de outros que, de alguma forma, lembram-no e reforçam a falta que ele faz.

⁶² “Por causa de suas atividades políticas, Verónica de Negri foi presa e torturada pelos militares chilenos após o golpe de 1973. Ela veio para os Estados Unidos como refugiada. Verónica de Negri era muito ativa no movimento pelos direitos humanos quando os militares chilenos mataram seu filho, Rodrigo Rojas, queimando-o vivo em Santiago. O assassinato de Rodrigo em julho de 1986 só lhe deu mais força para lutar por justiça. Ela viaja extensivamente, denunciando violações de direitos humanos na América Latina. Verónica agora mora com seu filho, Pablo, em Washington D.C, onde trabalha como conselheira para jovens, famílias e mulheres espancadas. (...) Esta carta foi escrita para Lilian, também mãe de uma vítima da repressão. Ela segue o retorno ao Chile do filho sobrevivente de Lilian, um amigo próximo de Rodrigo e Verónica”. (Tradução nossa)

⁶³ “Sofremos essas perdas porque existe no Chile uma condição que destruiu as vidas de nossos filhos, as vidas da grande maioria de nosso povo, nossas vidas. Quando seu filho sobrevivente, minha amiga, retornou ao Chile recentemente com sua esposa e filho, senti minha família se despedaçar novamente. Perdi outra parte do meu Rodrigo, porque eles eram a presença física mais próxima que me lembrava dele. Acho que disse ao seu filho: ‘Estou feliz que sua mãe terá seus dois filhos perto dela agora.’”. (Tradução nossa)

A frase final do trecho é, ao mesmo tempo, um gesto de generosidade e um lamento contido. A felicidade pelo reencontro de outra mãe com seus filhos carrega uma sombra de dor pela impossibilidade de ela viver o mesmo. A dor é amplificada pela memória e pela presença daqueles que evocam a lembrança de quem foi perdido, transformando cada reencontro ou referência em um lembrete do irrecuperável.

O relato também expõe a desequilíbrio emocional que o exílio e a repressão criaram: enquanto alguns conseguem se reunir e reconstruir suas vidas, outros permanecem presos à ausência, ao vazio deixado por aqueles que nunca mais voltarão. Essa disparidade é dolorosa, porém humanizadora, pois revela a complexidade dos sentimentos diante da injustiça.

Além disso, a carta expõe a complexidade emocional do exílio. Enquanto algumas histórias encontram redenção no retorno, outras permanecem marcadas pela ausência definitiva. Essa dualidade ressalta a fragmentação vivida por quem foi forçado a deixar sua terra natal.

I know it seems crazy, but being able to take flowers to the cemetery is very important. The torture of not being able to go to the cemetery has great magnitude; now, I understand the relatives of the disappeared... At least I keep the hope of returning one day, when there will be no obstacles for me; but not even in that bright future will they learn what happened to their children, where their children rest... We must be so strong!⁶⁴ (Negri, 1988, p. 239).

O recorte acima reflete o profundo peso emocional de viver com a perda e o luto não resolvido, especialmente no contexto da violência estatal e dos desaparecimentos forçados. O ato de levar flores a um cemitério, um ritual aparentemente simples, torna-se um símbolo de conexão, de luto e de reconhecimento da vida perdida.

A reflexão da autora evidencia a dor amplificada das famílias dos desaparecidos, privadas até mesmo desse pequeno consolo. A impossibilidade de saber a verdade sobre o destino ou o local de descanso de seus entes queridos representa um tormento psicológico e emocional contínuo, que ultrapassa o sofrimento inicial da perda. A esperança de retornar e superar os obstáculos revela uma resiliência admirável, mas é acompanhada pela dura realidade de que, mesmo com justiça ou reconciliação no futuro, talvez nunca se obtenham respostas ou encerramento.

⁶⁴ “Eu sei que parece loucura, mas o fato de poder levar flores ao cemitério é muito importante. A tortura de não poder ir ao cemitério tem grande magnitude; agora, entendo os parentes dos desaparecidos... Eu, pelo menos, mantenho a esperança de retornar um dia, quando não haverá obstáculos para mim; mas nem mesmo nesse futuro brilhante eles aprenderão o que aconteceu com seus filhos, onde seus filhos descansam... Devemos ser tão fortes!” (Tradução nossa)

Dear Lilian, I would like to tell you so many things, but my heart is closed. The admiration I feel for you, for all of you, has helped me continue walking this path whose length is still a mystery. We only know that it will change, that the next one will be bright, green, a flourishing path. We have earned it. A warm hug and all my love⁶⁵, Verónica (Negri, 1988, p. 239).

O último trecho da carta de Verónica reflete um momento de profunda introspecção, solidariedade e esperança em meio às adversidades enfrentadas. A declaração de que “o coração está fechado” demonstra a dificuldade emocional de expressar plenamente os sentimentos em um contexto marcado por traumas e perdas. Ainda assim, a carta carrega uma mensagem poderosa de admiração, força coletiva e esperança por um futuro melhor, simbolizado pelo “próximo caminho” que será “brilhante, verde, um caminho florescente”.

Esse fragmento também expõe o valor das conexões humanas em tempos de sofrimento e resistência. Verónica reconhece a importância do apoio mútuo e da admiração como combustível para continuar em uma jornada que, embora incerta, é impulsionada pela crença na justiça e na renovação. A imagem de um “caminho florescente” sugere a esperança de um futuro de prosperidade, a reconstrução após o sofrimento, uma metáfora poderosa para a resiliência humana e a capacidade de superar a dor.

O uso da primeira pessoa e o tom afetuoso da mensagem revelam como as experiências compartilhadas de luta criam laços profundos entre as pessoas, transformando o individual em coletivo. Essa carta vai além de um relato pessoal; é uma reafirmação da força da solidariedade e da esperança em tempos sombrios. Ela nos lembra que, mesmo em meio à devastação, há espaço para acreditar em um futuro melhor, conquistado por meio da resistência e da união.

Ao ler essa carta, somos convidados a refletir sobre a resiliência das mulheres que, mesmo profundamente feridas, continuam a lutar pela memória, pela justiça e pelo futuro de outros. Elas se tornam símbolos de resistência e testemunhas vivas de um passado que não pode e nem deve ser esquecido. A escrita testemunhal, neste caso, assume o papel de eternizar histórias individuais que, somadas, compõem o mosaico da memória coletiva.

⁶⁵ “Querida Lilian, gostaria de lhe dizer tantas coisas, mas meu coração está fechado. A admiração que sinto por você, por todos vocês, me ajudou a continuar trilhando esse caminho cujo comprimento ainda é um mistério. Só sabemos que ele mudará, que o próximo será brilhante, verde, um caminho florescente. Nós o merecemos. Um abraço caloroso e todo o meu amor, Verónica”. (Tradução nossa)

Clara Piriz - Uruguai

Back in Uruguay after many years of exile in Holland, Clara Piriz has recently worked in the organization of the “Uruguayan Women’s Plenary.” The letter she shares with us was her first uncensored communication with her husband, who had been a political prisoner in Uruguay for twelve years⁶⁶ (Partnoy, 1988, p. 241).

O último testemunho analisado neste item será a carta que a uruguaia Clara Piriz escreveu a seu marido, marcada por uma mistura de emoções que vão da esperança ao temor, da indignação à vulnerabilidade. Essa comunicação, pela primeira vez não censurada, com seu marido após doze anos de prisão, carrega um peso emocional imenso. Nesse diálogo, Clara busca reconectar-se com ele e compartilhar as dificuldades e angústias que enfrentou durante o exílio. Ela expressa indignação pela violência que os separou, ao mesmo tempo em que tenta transmitir o impacto devastador do exílio em sua vida, algo que, para ela, foi tão destrutivo quanto a experiência dele na prisão.

I'm writing this letter with no margins, without counting lines, or pages, without measuring my words a damn bit. Our first communication uncensored and uncut. (...) The big question is if I will manage to write without self- censorship...internalized censorship. Fear. My fear of causing you pain, of showing myself as I am, of confusing you in my confusion ...My fear of losing what I've gained and gaining what I've lost... (...) A while ago I wrote you that it would be good for you to try to get out with a passport that would allow you to come and go. Let me explain why. At bottom it just has to do with another fear: the fear of ruining your life...even more. (...) Living in exile is a bitch. “Sure,” you say, “it can't be worse than prison.” True, prison is much worse. But, there is one fundamental difference: In prison you have to use all your energy to survive in a situation that doesn't depend on you and that you can't change. To survive in exile you have to use all your energy to change a situation of terrible inertia and, if it changes, it will be only because of your personal effort⁶⁷ (Piriz, 1988, p. 242).

⁶⁶ “De volta ao Uruguai, depois de muitos anos de exílio na Holanda, Clara Piriz trabalhou recentemente na organização da “Plenária das Mulheres Uruguaias”. A carta que ela compartilha conosco foi sua primeira comunicação sem censura com seu marido, que foi preso político no Uruguai por doze anos”. (Tradução nossa)

⁶⁷ “Estou escrevendo esta carta sem margens, sem contar linhas ou páginas, sem medir minhas palavras nem um pouco. Nossa primeira comunicação sem censura e sem cortes. (...) A grande questão é se conseguirei escrever sem autocensura... a censura internalizada. Medo. Meu medo de te causar dor, de me mostrar como sou, de te confundir na minha confusão... Meu medo de perder o que ganhei e ganhar o que perdi... (...) Há algum tempo, escrevi para você que seria bom você tentar sair com um passaporte que lhe permitisse ir e vir. Deixe-me explicar por quê. No fundo, tudo se resume a outro medo: o medo de arruinar sua vida... ainda mais. (...) Viver no exílio é uma merda. ‘Claro’, você diz, ‘não pode ser pior que a prisão.’ Verdade, a prisão é muito pior. Mas há uma diferença fundamental: Na prisão, você tem que usar toda a sua energia para sobreviver em uma situação que não depende de você e que você não pode mudar. Para sobreviver no exílio, você tem que usar toda a sua energia para mudar uma situação de terrível inércia e, se ela mudar, será apenas por seu esforço pessoal”. (Tradução nossa)

A subjetividade presente na carta é um reflexo do dilema enfrentado por muitos que viveram sob regimes autoritários: a tentativa de reconstruir laços interrompidos pelo trauma. Clara questiona se, após tanto tempo separados, conseguirão se reencontrar emocionalmente e reconstruir a intimidade perdida. Esse questionamento é uma reflexão sobre o impacto do tempo e da distância, e também sobre as mudanças individuais que ambos sofreram. É um diálogo interno e externo sobre a possibilidade de reconciliação e adaptação.

A indignação de Clara é uma denúncia silenciosa contra a opressão que lhes roubou doze anos de convivência. Ao mesmo tempo, sua carta demonstra a resiliência humana, o desejo de superar as feridas do passado e a esperança de que o reencontro, mesmo incerto, possa trazer algum tipo de alívio ou renovação. A experiência do exílio, descrita por ela como profundamente dolorosa, revela as múltiplas dimensões da violência política: a prisão e a tortura, a desconexão, a saudade e o sentimento de deslocamento.

Há ainda a incerteza sobre o futuro do relacionamento que reflete o peso do tempo e do trauma em relações humanas. A carta de Clara é uma peça poderosa que expõe o íntimo de quem foi arrancado de sua vida cotidiana e forçado a viver entre memórias dolorosas e expectativas frágeis.

I'm finishing this letter today, June 24. Happy birthday! After yesterday's phone conversation I have such anxiety to see you, to talk to you, to touch you, that I can't imagine how I'm going to live from now until we see each other. (...) Yet there's so much we will have to discuss and go through! (...) And don't get all romantic on me and tell me that love, or the will to love, can overcome everything. No. It can overcome a lot, it is an essential condition, but not enough. I've seen so many who could not withstand the pressures of the change⁶⁸ (Piriz, 1988, p. 244).

O trecho acima demonstra como a carta é carregada de emoção, ansiedade e reflexão, encapsulando o momento único de expectativa e incerteza antes do reencontro com seu marido após anos de separação. O tom da carta, escrito em um aniversário significativo, reflete a profundidade dos sentimentos acumulados ao longo do tempo, e a lucidez de quem entende que o amor, por mais poderoso que seja, não é uma solução mágica para os desafios que enfrentam.

Clara expõe, de maneira honesta, a tensão entre o desejo ardente de reencontrar seu marido e a consciência das dificuldades que esse reencontro trará. A frase “não fique todo

⁶⁸ “Estou terminando esta carta hoje, 24 de junho. Feliz aniversário! Depois da conversa de ontem ao telefone, estou tão ansiosa para te ver, para falar com você, para te tocar, que não consigo imaginar como vou viver desde agora até nos encontrarmos. (...) No entanto, temos tanto para discutir e seguir adiante! (...) E não fique todo romântico comigo e me diga que o amor, ou a vontade de amar, pode superar tudo. Não. Pode superar muito, é uma condição essencial, mas não é suficiente. Vi muitas pessoas que não resistiram às pressões da mudança”. (Tradução nossa)

romântico e me diga que o amor, ou a vontade de amar, pode superar tudo” não é um gesto de frieza, mas sim uma manifestação madura de alguém que já vivenciou o peso da realidade política, emocional e psicológica do exílio e da prisão. Ela reconhece o papel essencial do amor como um alicerce, porém, enfatiza que ele precisa ser complementado por esforço mútuo, paciência e compreensão para superar as mudanças individuais que ambos sofreram durante os anos de separação.

A declaração de que muitos não conseguem suportar “as pressões da mudança” demonstra sua preocupação genuína com o futuro deles como casal. Clara não idealiza o reencontro; pelo contrário, ela o encara com uma perspectiva prática, ciente das complexidades emocionais, dos traumas vividos e das transformações pessoais que inevitavelmente moldaram suas vidas. Essa abordagem realista, longe de enfraquecer o significado do amor entre eles, fortalece a mensagem de que o amor verdadeiro também exige trabalho, diálogo e adaptação.

When I stayed alone with the girls I had to perform all of the roles; I was their mother and their father and their pet dog, too. I got used to it and from there I chose what I liked best to do, and that's not necessarily the womanly duties. Therefore (referring to a fantasy you wrote me about that frightened me): If you want homemade ravioli, make them yourself. I'll help you eat them. And I'll drink the wine. As a housekeeper I am consciously a disaster. My work is much more important to me, and my personal and professional development more than anything. For years my possibilities were limited by the urgency of moment to moment life, and by the girls' ages. Nevertheless, I got started with a brave effort. Now they are grown, they have their own independence, they're not attached to me, and I have found a phenomenal job. You can imagine that I'm grabbing onto that with all my strength. At my age it's my last chance and I can't and don't want to miss it⁶⁹ (Piriz, 1988, p. 244).

Nesse trecho, Piriz revela uma compreensão profunda sobre as transformações que a experiência do exílio impôs a sua identidade, a suas prioridades e seu cotidiano. Clara reflete sobre como assumiu múltiplos papéis enquanto cuidava sozinha de suas filhas, sendo

⁶⁹ “Quando ficava sozinha com as meninas, eu tinha que desempenhar todos os papéis; eu era a mãe delas e o pai delas e o cachorro de estimação delas também. Me acostumei e, a partir daí, escolhi o que mais gostava de fazer, e isso não é necessariamente os deveres femininos. Portanto (referindo-se a uma fantasia que você escreveu para mim que me assustou): Se você quiser ravioli caseiro, faça você mesmo. Vou te ajudar a comê-los. E vou beber o vinho. Como dona de casa, sou conscientemente um desastre. Meu trabalho é muito mais importante para mim, e meu desenvolvimento pessoal e profissional mais do que qualquer outra coisa. Durante anos, minhas possibilidades foram limitadas pela urgência da vida momento a momento e pela idade das meninas. No entanto, comecei com um esforço corajoso. Agora elas estão crescidas, têm sua própria independência, não são dependentes de mim e encontrei um emprego fenomenal. Você pode imaginar que estou agarrando isso com todas as minhas forças. Na minha idade, é a minha última chance e não posso e não quero perdê-la”. (Tradução nossa)

simultaneamente mãe, pai e até “o cachorro de estimação”, como ela mesma escreve. Essa passagem ilustra a resiliência necessária para sobreviver e criar suas filhas em meio às adversidades do exílio. No entanto, o trecho também demonstra sua luta por autonomia e seu compromisso com o próprio crescimento pessoal e profissional.

O comentário irônico sobre os raviolis caseiros – “Se você quiser ravioli caseiro, faça você mesmo. Eu ajudo a comer. E beberei o vinho” – transmite uma clara mensagem: Clara não deseja mais estar confinada às obrigações tradicionais atribuídas às mulheres, como a de ser uma dona de casa exemplar. Sua rejeição consciente a essas expectativas reforça a ideia de uma mulher que ressignificou sua identidade no exílio, priorizando sua própria realização e independência.

Além disso, Clara expõe de maneira honesta como as urgências e limitações impostas pela criação das filhas em tempos difíceis restringiram suas possibilidades de desenvolvimento pessoal. Apesar disso, ela celebra suas conquistas, afirmando que, agora com as suas filhas crescidas e independentes, ela finalmente pode se dedicar integralmente à sua carreira e ao que realmente lhe importa. A afirmação de que encontrou um trabalho “fenomenal” e que está se agarrando a essa oportunidade com toda a sua força demonstra sua determinação em aproveitar ao máximo as possibilidades que a vida ainda lhe oferece.

O trecho reflete também uma dimensão feminista, na medida em que Clara questiona os papéis de gênero tradicionais e reivindica o direito de priorizar sua autonomia e seus projetos de vida. Sua trajetória é um testemunho de resistência e reinvenção, que, mesmo diante das perdas, do isolamento e das dificuldades, enfatiza a importância do trabalho e da busca por realização pessoal como formas de reconstrução.

Why do I want to see you? Because I do. Because I also allow myself the right to be (every once in a while) compulsive. I'm doing fine, I have a good job, a good social life, a serene and comforting relationship, the girls are growing up with no problems. Then why create problems for myself? Why not leave things as they are? Because I want to see you. Because I would feel terribly frustrated not to see you, because it would be a lack of respect for you, for me, for what we were, for what we are, and perhaps for what we might become... Because I want a second chance. Because only you and I can decide if it'll work or not. That decision is not for time, or distance, much less for the military to take. It's ours. (...) On the phone I found it hard to say I love you, for fear you misunderstood what I felt. So, I'll say: In my own way I love you. We'll have to see if my way and yours will meet-and grow. Bye⁷⁰, Clara (Piriz, 1988, p. 246).

⁷⁰ “Por que quero te ver? Porque quero. Porque também me permito o direito de ser (de vez em quando) compulsiva. Estou bem, tenho um bom emprego, uma boa vida social, um relacionamento sereno e reconfortante, as meninas estão crescendo sem problemas. Então por que criar problemas para mim? Por que não deixar as coisas como estão? Porque quero te ver. Porque me sentiria terrivelmente frustrado por não te ver,

O trecho final da carta demonstra um momento de profunda vulnerabilidade, honestidade e esperança, ao mesmo tempo em que reafirma sua autonomia e sua determinação em buscar respostas para as dúvidas que ainda pairam sobre sua relação com o marido após tanto tempo separados. A decisão de vê-lo não parte apenas de um desejo impulsivo, mas de uma necessidade emocional e ética de revisitar o que ambos significaram um para o outro e de descobrir se ainda existe um futuro compartilhado.

A declaração “Porque quero uma segunda chance” é especialmente significativa. Ela simboliza o desejo de reconstruir uma relação interrompida pelas forças da repressão e do exílio, bem como a recusa de permitir que essas forças continuem definindo suas vidas e decisões. Clara deixa claro que o destino da relação não pode ser determinado pelo tempo, pela distância ou pela interferência de terceiros, como os militares que marcaram sua separação. Essa decisão, como ela afirma, pertence exclusivamente a eles dois.

Além disso, o trecho reflete a maturidade emocional de Clara, que reconhece que o amor não é suficiente por si só para sustentar uma relação. Sua declaração: “À minha maneira, eu amo você” evidencia uma compreensão realista de que amar não significa necessariamente garantir que seus caminhos se alinhem. Esse reconhecimento abre espaço para uma exploração mais honesta e genuína da possibilidade de reconexão.

Outro ponto marcante é a coragem de Clara em confrontar suas próprias contradições. Ela admite que sua vida está estável e confortável, com um bom trabalho, um círculo social sólido e um relacionamento sereno, mas ainda assim sente a necessidade de revisitar o passado e buscar algo que, mesmo incerto, parece essencial para sua completude. Isso reflete o peso da memória, do amor e do desejo de reescrever capítulos interrompidos.

Por fim, o trecho também revela a força de Clara como uma mulher que, apesar das cicatrizes do exílio e das dificuldades vividas, não se deixa definir pelas circunstâncias. Sua vontade de dar uma segunda chance à relação não é um ato de fragilidade, e sim uma demonstração de coragem e de sua capacidade de enfrentar o desconhecido, valorizando tanto o passado quanto as possibilidades do futuro. Clara emerge como uma figura que, mesmo carregando as marcas de um contexto histórico traumático, insiste em reivindicar o direito de decidir seu próprio destino, com autenticidade, amor e liberdade.

porque seria uma falta de respeito por você, por mim, pelo que fomos, pelo que somos e talvez pelo que possamos ser... Porque quero uma segunda chance. Porque somente você e eu podemos decidir se dará certo ou não. Essa decisão não é para o tempo, nem para a distância, muito menos para os militares tomarem. É nossa. (...) Ao telefone achei difícil dizer que te amo, com medo de que você interpretasse mal o que sentia. Então, direi: À minha maneira, eu te amo. Teremos que ver se a minha maneira e a sua se encontrarão e crescerão. / Adeus”. (Tradução nossa)

Esses testemunhos são uma forma de memória viva, que desafiam a tentativa dos regimes militares de apagar suas histórias e identidades. Através da narrativa, as mulheres registram suas experiências de exílio e a violência estatal, buscando denunciar as atrocidades cometidas e garantir que elas não sejam esquecidas. Em seus depoimentos, encontramos relatos de vidas interrompidas, famílias desfeitas e lutas políticas transformadas em exílio forçado. No entanto, ao mesmo tempo, percebemos uma grande força de resistência, uma resiliência que atravessa as barreiras geográficas e emocionais.

O livro também mostra que, ao compartilhar seus testemunhos, essas mulheres estão, na verdade, fortalecendo umas às outras. O ato de falar sobre suas experiências cria uma rede de solidariedade entre as exiladas, que se apoiam mutuamente na tentativa de manter suas histórias e memórias vivas. Ao narrar suas vivências, elas também se reconstróem, reafirmando sua identidade e o papel central que tiveram na resistência política.

3.3 Memórias das mulheres do exílio: reconstruindo a história coletiva

Memórias das mulheres do exílio: Depoimentos (1980) é um livro que se concentra exclusivamente em depoimentos, fornecidos na forma de entrevistas, de mulheres brasileiras que enfrentaram o exílio durante a ditadura militar. Ao contrário de outras obras que podem incluir diferentes formatos de escrita, como cartas, este livro se destaca pela força dos testemunhos orais e transcritos, em que as experiências dessas mulheres são narradas de forma direta, enfatizando o impacto pessoal e político do desterro.

Os depoimentos presentes no livro revelam as complexidades da experiência do exílio, que é descrito não apenas como um deslocamento físico, mas também como uma separação forçada de suas identidades, culturas e redes de apoio. As narradoras compartilham relatos sobre, no Brasil, a repressão, o medo, as prisões e o rompimento abrupto de suas vidas devido à perseguição política, e como o exílio se tornou tanto uma fuga da violência estatal quanto um espaço de luta contínua.

Esses testemunhos oferecem uma perspectiva profundamente pessoal sobre as múltiplas formas de resistência feminina. As mulheres, muitas delas envolvidas em atividades políticas ou com laços familiares com presos e desaparecidos políticos, contam suas histórias de sofrimento e de resiliência. Elas relatam como, mesmo distantes de suas famílias e de seu país, continuaram a atuar politicamente, criando redes de solidariedade entre exiladas e exilados, engajando-se em movimentos internacionais de direitos humanos e utilizando suas experiências para denunciar as atrocidades cometidas pela ditadura no Brasil.

A resistência dessas mulheres, portanto, é retratada como uma luta contínua, que não se encerrou com a saída do Brasil. Os testemunhos mostram como o exílio forçou as mulheres a reconstruírem a vida em terras estrangeiras, muitas vezes em condições de isolamento e muita adversidade. Contudo, o exílio também é visto como um espaço de reinvenção, onde essas mulheres se fortaleceram através da solidariedade mútua e da construção de novas formas de atuação política e cultural. A maioria delas, como se verá adiante, estabeleceu-se em Paris e em Lisboa, bem como em Santiago do Chile (antes do golpe do general Pinochet) e em cidades da Itália, da Suécia e dos EUA.

Os depoimentos são essenciais para a preservação da memória coletiva das mulheres que resistiram à ditadura militar. Cada relato individual contribui para a construção de uma narrativa mais ampla sobre a opressão e as formas de sobrevivência e resistência. Por meio desses testemunhos, o livro reflete o esforço das mulheres em garantir que suas histórias não sejam esquecidas e que as gerações futuras conheçam as realidades do exílio e da repressão.

O livro também sublinha como a memória dessas mulheres é, em si, um ato de resistência. Ao compartilhar suas histórias, elas desafiam o silenciamento imposto tanto pelos regimes ditatoriais quanto pelo patriarcado, que frequentemente marginalizou as experiências femininas nas narrativas históricas. Seus depoimentos tornam-se uma forma de reivindicar espaço na história oficial, mostrando que, embora exiladas, essas mulheres desempenharam um papel crucial na luta contra a opressão.

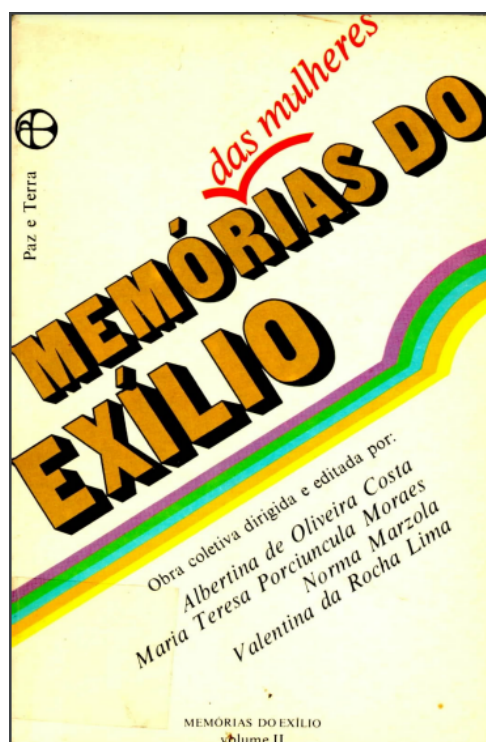


Figura 5: Capa do livro *Memórias das mulheres do exílio*

Publicado em 1980 pela editora Paz e Terra, *Memórias das Mulheres do Exílio* reúne os relatos de brasileiras forçadas a deixar o país durante a ditadura militar. Organizado por Albertina de Oliveira Costa, Maria Teresa Porciuncula Moraes, Norma Marzola e Valentina da Rocha Lima, o livro oferece um olhar singular sobre a experiência do exílio sob a perspectiva feminina.

É importante destacar que este é o segundo volume da série “Memórias do exílio”. Enquanto o primeiro livro se concentrou nos relatos de homens exilados, este segundo volume traz para o centro do debate as experiências das mulheres. A capa, com a inscrição “das mulheres” em destaque, enfatiza essa mudança de perspectiva e a importância de dar voz às mulheres que também foram marcadas pelo exílio.

Dividido em sete partes, o livro, de leitura acessível e cativante, é uma transcrição de entrevistas realizadas com mulheres que viveram o exílio em diferentes contextos. A Introdução, intitulada “Memórias de um livro”, fornece uma visão detalhada sobre o projeto, apresentando suas motivações, objetivos e metodologia. Essa seção inicial também organiza o conteúdo em seis divisões, que facilitam a contextualização histórica, política e pessoal das experiências narradas pelas entrevistadas.

A primeira trata de explicar o porquê de um livro de mulheres, chegando à seguinte conclusão:

As mulheres, como todos aqueles que nunca foram reconhecidos pela historiografia, não têm a sua história registrada. Disso decorre que o arrolar dos testemunhos do presente sobre o presente, das histórias de vida, da tradição oral, seja um esforço de reconstituição, assim como uma tentativa de dar livre curso à nossa imaginação e à nossa criatividade, de dar instrumentos para o domínio do futuro. (...) E porque a libertação de qualquer grupo oprimido passa pela apropriação da sua História, em busca da sua identidade social, mais uma razão para um livro só de mulheres, sem ser um livro só sobre mulheres ou só para mulheres (Costa et al., 1980, p. 17-18).

Ou seja, a escolha por um livro “só de mulheres” é profundamente significativa. Não se trata de restringir o público ou de isolar o tema, mas de centralizar as vozes femininas como protagonistas de suas próprias narrativas. O objetivo não é produzir um relato exclusivamente sobre mulheres ou para mulheres, mas destacar as dimensões universais presentes em suas experiências, ressignificando a maneira como entendemos as relações de poder, identidade e resistência.

Além disso, a citação aborda um aspecto fundamental das lutas por emancipação: a compreensão de que a libertação está intimamente ligada ao domínio da própria história. Ao registrar e valorizar as histórias de mulheres, o livro transcende o papel de um simples relato e

se torna um manifesto político e cultural, reafirmando a importância da memória como base para a construção de um futuro mais igualitário. Nesse sentido, a obra se torna uma ferramenta poderosa para romper com o silenciamento histórico e afirmar o papel ativo das mulheres na construção de uma sociedade mais justa.

A segunda trata das mulheres exiladas e a defesa em deixá-las falar sobre o exílio, pois, todas elas são “protagonistas de exílios diferentes, todas protagonistas do fato exílio” (Costa et al., 1980, p. 20). Já na terceira, vemos como o material recolhido foi tratado e catalogado, sendo mais de duas mil páginas, e gerando um livro de quatrocentos e quarenta. A quarta já é sobre os capítulos e como se organizam. Na quinta temos um convite à reflexão espaço x tempo que será mais profundamente abordado quando falarmos do poema “Horizonte Brasileiro”, que é a “presença do passado no futuro” (Costa et al., 1980, p. 28). Por fim, na sexta, e última divisão, o tema tratado é a saudade, afinal, quem muda de um lugar para outro sempre deixa uma parte de si para trás.

Um detalhe interessante e curioso é que, enquanto este trabalho estava em processo de escrita, a professora e crítica Eurídice Figueiredo escreveu um capítulo em *Mulheres contra a ditadura: escrever é (também) uma forma de resistência* (2024), no qual analisa com profundidade o impacto de *Memórias das mulheres do exílio*. Figueiredo destaca a importância da escrita como ferramenta de resistência e de preservação da memória coletiva em tempos de repressão, mencionando nomes como Leta de Souza, Thereza Rabêlo, Emília Viotti da Costa e Damaris de Oliveira Lucena, entre outras mulheres cujos testemunhos compõem o livro. Essas narrativas revelam os impactos do exílio na vida das mulheres e suas estratégias de sobrevivência, bem como sua resiliência e a forma como reconstruíram suas identidades em meio ao deslocamento forçado.

Voltando nosso olhar para os testemunhos, o livro já começa com uma frase emblemática de Maricota da Silva:

EU ACHO QUE eu nunca estaria aqui se não fosse mulher. Estou aqui porque estou acompanhando marido, então, há realmente a tal condição de esposa, e como esposa, de acordo inclusive com a religião, tenho que acompanhar o marido onde ele estiver. Acredito nisso, ainda hoje, por mais ridículo que possa parecer... Favas contadas, eu hoje faria exatamente a mesma coisa porque, primeiro que tudo, sei que ele não cometeu crime algum, em nenhum nível. (...) Hum... se amanhã o meu marido for para a... Noruega, eu vou. Posso ir com uma barreira de crítica muito maior, posso ir achando que, enfim, eu tinha conseguido reconstruir um mundo, que estava fazendo finalmente, depois de tantos anos, coisas interessantes, coisas que me agradavam, e que vou ter que refazer tudo outra vez. Mas como continuo ligada pelos sagrados laços do casamento... e isso é mais forte que acreditar...

é uma coisa que faz parte, digamos assim, do meu inconsciente. É uma coisa que me foi dita tantas vezes que eu creio nisso... então eu vou (Silva apud Costa et al., 1980, p. 33, grifo das autoras).

O relato apresentado expressa uma reflexão profundamente enraizada nas dinâmicas de gênero e nas construções sociais que moldam as identidades e escolhas das mulheres. Maricota reconhece que sua condição de exilada está intrinsecamente ligada ao papel que lhe foi atribuído culturalmente como esposa, evidenciando como as normas sociais podem ser internalizadas ao ponto de determinarem decisões de vida.

Ao mencionar que acompanharia o marido para qualquer lugar, mesmo que isso significasse abrir mão de sua reconstrução pessoal e de projetos que finalmente a satisfazem, o testemunho reflete uma tensão entre a autonomia individual e as obrigações impostas pelo matrimônio. Essa dualidade expõe a força das convenções sociais e religiosas que, ao longo do tempo, perpetuaram a ideia de que o papel da mulher é seguir o marido, independentemente das circunstâncias.

O tom reflexivo do texto, no entanto, também aponta para uma autocritica, em que Maricota reconhece que esse padrão comportamental é produto de uma construção inconsciente, resultado de repetidas mensagens culturais e familiares que moldaram suas crenças. Ainda assim, ela revela uma aceitação quase resignada, um tipo de conformidade que é, ao mesmo tempo, racionalizada e emotiva. Isso demonstra como o contexto histórico e cultural não apenas influencia as ações das mulheres, mas também modela sua visão de mundo.

Por outro lado, o relato abre espaço para uma análise crítica das estruturas de opressão e dos sacrifícios exigidos das mulheres em situações de exílio ou deslocamento. A naturalização do papel de esposa, mesmo frente ao sacrifício pessoal, é um reflexo de como os regimes autoritários impactaram não apenas a esfera política, mas as dinâmicas familiares e de gênero também. Em contextos de exílio, onde a reconstrução da identidade é um processo árduo, as mulheres frequentemente se encontram divididas entre a lealdade à família e a busca por sua própria emancipação.

Já Zuleika Alambert conta que, desde muito cedo, esteve ligada à política, porém mesmo estando em uma família que lutava por preceitos de liberdade e igualdade, o patriarcalismo tentava impedi-la de ser e fazer o que ela queria, contudo, a resistência estava em seu sangue:

Eu era muito reprimida em casa, o que me causava uma terrível revolta. Desde muito cedo comparava o grau de liberdade que tinham meus irmãos, que podiam chegar em casa depois das dez, quando eu tinha que voltar às oito. Me violentava o fato de meu pai não me deixar trabalhar de jeito nenhum! Eu dava aulas para crianças às escondidas. Não tinha quadro-negro, escrevia então numa folha de zinco. Mas eu ganhava dinheiro, queria ter a minha independência. Sentia que tinha asas e queria voar... (Alambert apud Costa et al., 1980, p. 51).

Seu relato revela um processo de contestação e busca por autonomia dentro de um contexto profundamente marcado pelas desigualdades de gênero. Zuleika expressa, desde cedo, uma consciência crítica em relação às restrições impostas a ela enquanto mulher, evidenciando a tensão entre as normas patriarcais e o desejo de liberdade individual.

A comparação com os irmãos ilustra de forma clara a assimetria de liberdade dentro do núcleo familiar, uma realidade que transcende o espaço privado e reflete a estrutura social da época. O controle sobre os horários, as proibições e a negação de direitos básicos, como o de trabalhar, reforçam a posição de subordinação feminina, moldada por expectativas de gênero que limitavam o desenvolvimento das mulheres em nome de uma suposta proteção.

Apesar disso, ela manifesta uma forte resistência e criatividade ao driblar as imposições do pai. O ato de dar aulas às escondidas, utilizando uma folha de zinco como substituto do quadro-negro, é emblemático de uma postura resiliente e determinada, que desafia as restrições e reivindica uma identidade autônoma. Esse gesto, por mais simples que possa parecer, carrega um significado político e simbólico, pois representa uma luta por independência financeira e, mais amplamente, por emancipação.

O uso da metáfora “sentia que tinha asas e queria voar” ressalta o conflito interno entre o desejo de romper com as barreiras impostas e as limitações concretas impostas pela estrutura familiar e social. Esse anseio de liberdade é um reflexo de uma subjetividade que não aceita passivamente as normas, mas as questiona e as enfrenta, mesmo em condições adversas.

O testemunho dela se insere em uma narrativa maior de resistência feminina, particularmente relevante no contexto de regimes autoritários e sociedades patriarcais. Ele mostra como a busca por autonomia das mulheres está frequentemente marcada por atos de coragem cotidianos, que muitas vezes são invisibilizados, mas que constituem passos significativos rumo à liberdade individual e coletiva. Além disso, convida à reflexão sobre as mudanças geracionais e sobre o quanto ainda resta a ser conquistado para garantir a igualdade de oportunidades e direitos entre homens e mulheres.

Mesmo com a resistência, resiliência e a luta para desapegar velhos hábitos incutidos no inconsciente coletivo pelo patriarcalismo estrutural, ela ainda relata que

Uma outra questão que estou vivendo agora é a da autonomia da mulher como ser humano. Sou independente economicamente, com a minha vida pública feita, no entanto... você gosta da música que o seu homem gosta, aprecia os filmes que lhe agradam, são concessões quase que inconscientes. Mesmo que o outro não exija isto, você perde a sua autonomia em determinadas coisas. Hoje posso ter bem uma idéia [sic] de como é importante, é fundamental esta luta pela autonomia, pelo seu ser próprio, de você ser você (Alambert apud Costa et al., 1980, p. 65).

A ideia de “gostar da música que o seu homem gosta” ou “apreciar os filmes que lhe agradam” ilustra como as mulheres, ainda que livres de dependências materiais, podem experimentar uma perda de autonomia emocional ou cultural. Esse processo, em muitos casos, não resulta de imposições externas, mas de padrões internalizados, construídos ao longo de uma vida marcada por normas sociais que associam a identidade feminina à adaptação e à condescendência. Isso mostra como o patriarcado opera também em um nível psicológico, moldando comportamentos e valores de maneira sutil e persistente.

O reconhecimento dessa dinâmica é um passo essencial na luta por uma autonomia que vai além da esfera econômica ou pública. Ser “você mesma”, como expresso no relato, implica uma desconstrução dos padrões de comportamento que normalizam a subordinação emocional e cultural. Isso requer um esforço pessoal e um debate coletivo sobre os modos pelos quais as mulheres são socializadas para se moldar às expectativas alheias, muitas vezes à custa de seus próprios desejos e interesses.

O tema de maternidade é algo marcante na fala de Maria do Carmo Brito – ela conta que fez dois abortos, por motivos políticos e por medo de ser presa novamente e sofrer os tão temidos abusos durante as sessões de tortura, antes de decidir, na terceira gravidez, manter o bebê independente do que acontecesse.

Na Argélia fiquei grávida uma primeira vez, e nós consideramos que era necessário abortar por razões políticas, por causa da volta ao Brasil, que naquela época era iminente. Tive que ir à Suíça fazer o aborto porque na Argélia isso poderia nos criar problemas políticos muito graves, era ilegal, podia dar expulsão, seria incorreto; então fui, mas sei que não estava convencida. Fui oprimida, talvez não pela relação, mais por uma auto-opressão política. Mas foi uma decisão livre, né? No Chile fiz outro aborto em condições muito desagradáveis, sozinha, sem ninguém saber, porque naquela altura achei que eu é que não queria... e não conversei nem com o pai da criança, ele soube muitos meses depois e foi muito desagradável também. (...) Quando engravidei a terceira vez, falei que ia ter

contra ventos e marés... Resolvi ter. A gravidez foi pra mim uma coisa importantíssima. Eu tenho a impressão de que só aí é que aceitei mesmo a tal condição feminina como algo que não era pior. Quando estive grávida, simbolizava isso dizendo que a nossa barriga não produz só cocô, coitados dos homens, produz também gente. Aí descarreguei mesmo todo o feminismo que tive a vida inteira, que no fundo era uma defesa, em menor grau contra a situação objetiva minha, mais em relação à situação de todas nós. Passava o dia todo a gozar, pobres dos homens, seres tão pouco aperfeiçoados, imagina que até hoje têm mamas e nunca amamentaram, suponho que amamentaram numa antiga situação, mas agora não, e ainda continuam com esses apêndices inúteis... e na gente, tudo tem função, achei uma maravilha! A criança mexia, foi uma coisa maravilhosa, foi mesmo, foi mesmo! (Brito apud Costa et al., 1980, p. 72).

Os dois abortos mencionados, realizados por motivos políticos e de segurança, evidenciam a tensão entre o desejo pessoal e as circunstâncias impostas pela repressão política. O primeiro, na Suíça, foi tomado sob uma “auto opressão política,” como descreve Maria do Carmo, refletindo como o contexto da luta revolucionária e o papel das mulheres nessa luta muitas vezes exigiam sacrifícios pessoais profundos. O segundo aborto, feito em condições adversas no Chile, sublinha a solidão e a vulnerabilidade das mulheres em exílio, particularmente quando se tratava de questões tão íntimas e tabu como a interrupção da gravidez.

No entanto, é na decisão de manter a terceira gravidez que Maria encontra um ponto de virada. Sua fala sobre aceitar a “condição feminina” como algo que não era inferior, mas sim potente e transformador, reflete um momento de resignificação de sua identidade como mulher e como mãe. A gravidez se torna, para ela, uma afirmação de vida e uma reconciliação com aspectos de sua feminilidade que antes poderiam ter sido vistos sob uma perspectiva de vulnerabilidade ou opressão. Essa aceitação se manifesta de forma quase celebratória, em que o corpo feminino é exaltado por sua capacidade de gerar vida, enquanto os homens são colocados em uma posição quase cômica por suas “limitações biológicas”.

Além disso, o relato carrega uma importante dimensão feminista. Maria do Carmo transforma sua experiência individual em um momento de reflexão coletiva, desafiando os papéis de gênero e a percepção social do corpo feminino. A gravidez, longe de ser apenas uma experiência biológica, se torna um espaço de resistência e empoderamento, no qual ela “descarrega todo o feminismo” acumulado. Esse empoderamento, porém, não apaga as dificuldades enfrentadas anteriormente, mas as resignifica como parte de um processo de luta e autocompreensão.

Ainda sobre a maternidade, é possível destacar o depoimento de Therezinha Rabêlo que narra a dor de ter seu filho mais velho, Pedro, apelidado carinhosamente de Didi, preso

pelos militares chilenos que, ao não conseguirem localizar o pai do garoto, o levam como uma forte forma de repressão.

A prisão do Didi, por exemplo, um menino com então dezessete anos que foi detido porque não conseguiram deter o pai, e que ficou lá, no Estádio, sem nenhuma culpa, me envelheceu de muitos anos. Foi o período mais duro de minha vida, quase como uma ferida física: além do drama da prisão em si, a sensação de impotência que a gente tinha, fechados como estávamos no refúgio das Nações Unidas, sem nada poder fazer para libertá-lo. Este suplício durou quase três meses. Às vezes, pela noite, eu acordava com as rajadas de metralhadora que a gente ouvia frequentemente pelas ruas de Santiago e tinha a impressão de que era ele que estava sendo fuzilado. Ao mesmo tempo havia o drama, quase um complexo de culpa, porque não era apenas ele que estava na mesma situação; eram muitos, milhares de companheiros que sofriam nas prisões e nos esconderijos mais remotos o medo, a angústia, a insegurança completa. E eu ali, a pensar somente em meu filho... (Rabêlo apud Costa et al., 1980, p. 196-197)

A sensação de vulnerabilidade materna, simbolizada pela angústia ao ouvir rajadas de metralhadora durante a noite, é um retrato cruel do terror estatal que fragmentava vidas e corroía o senso de segurança familiar. Essa narrativa não é isolada, mas parte de uma memória coletiva das mulheres que, durante as ditaduras, enfrentaram não apenas a violência direta, mas também o fardo psicológico de lutar pela sobrevivência dos filhos em um contexto de extrema repressão.

O relato também traz à tona o conflito moral vivido por essas mães exiladas: enquanto se preocupavam visceralmente com seus filhos, muitas carregavam a culpa por não conseguirem ampliar essa preocupação aos milhares de outros presos e desaparecidos. Essa tensão revela a tentativa de conciliar o cuidado individual com a solidariedade coletiva, um dilema profundamente humano e compreensível em contextos de opressão.

Um ponto que vale ser ressaltado é o de que o testemunho de Therezinha também está presente no livro *Diáspora: os longos caminhos do exílio* (2001), com mais detalhes e uma carga emocional maior. A entrevista de Rabêlo contém os mesmos pontos, mostrando uma fidedignidade narrativa impressionante, principalmente por haver trechos idênticos em ambos os livros, como pode ser visto a seguir um exemplo sobre o retorno da família ao Brasil que encerra tanto *Diáspora*, quanto *Memórias das mulheres do exílio*. No primeiro, temos:

Estamos com as malas prontas para nova partida. Agora, não será o desafio de um mundo desconhecido, de uma língua estranha, de culturas diferentes. Será o reencontro com as nossas origens, com o nosso povo. Mas, mesmo assim, quinze anos pesam fortemente. Vivemos muita coisa que o Brasil não viveu; muita coisa se passou ali em nossa ausência. Há, entre todos os

exilados, uma expectativa muito nervosa neste momento da volta. Como encontraremos nossa terra, nossos amigos, nossos parentes? E eles, como nos encontrarão? Estamos certos, entretanto, de que a festa do reencontro vai compensar todas as angústias e infortúnios da separação, que está agora chegando ao fim. (...) Nós voltamos sem ódio ou revolta. Se alguma coisa aprendemos nos anos de exílio foi aproveitar o que de bom a vida nos oferece e deixar o resto, todo o resto, pelas margens do caminho (Rabêlo e Rabêlo, 2001, p. 252).

No segundo, de forma quase idêntica, encontramos:

Estamos outra vez com as malas prontas para uma nova partida. Agora não será o desafio de um mundo desconhecido, de uma língua estranha, de culturas diferentes. Será o reencontro com as nossas origens, com o nosso povo, com o meio em que nascemos e nos criamos. Mas mesmo assim quinze anos pesam fortemente. Nós vivemos muita coisa que o Brasil não viveu; muita coisa se passou lá sem que a gente tivesse vivido. Há, entre todos os exilados, uma expectativa muito profunda neste momento da volta. Como encontraremos nossa terra, nossos amigos, nossos parentes? E como eles nos encontrarão? Mas estamos certos de que a festa do reencontro vai compensar todos os sofrimentos, angústias e saudades desta separação tão longa. (...) Nós voltamos sem ódio nem traumatismos. Se alguma coisa aprendemos nestes anos de exílio, foi aproveitar o que de bom a vida nos oferece e deixar o resto pelas margens do caminho (Rabêlo apud Costa et al., 1980, p. 199).

Ambos os fragmentos narram a mesma inquietação sobre como se dará o reencontro com a terra natal, os amigos e os familiares, deixando evidente que o tempo de afastamento não apenas marcou os que partiram, mas também modificou o contexto do país deixado para trás. O retorno não é apenas físico, ele envolve um complexo processo emocional e psicológico, em que sentimentos de esperança e ansiedade se misturam. Thereza enfatizam a importância do “recomeço” desprovido de rancor, apresentando uma mensagem conciliatória, em que as lições do exílio – aproveitamento das experiências positivas e resiliência ganham centralidade.

Essa perspectiva ressalta a busca por reconstrução pessoal e coletiva, um aspecto frequentemente presente nos testemunhos de exiladas, o que reforça a universalidade da experiência do exílio, marcada pela ruptura e pelo desejo incessante de pertencimento. Embora cada exílio seja único, há elementos comuns que unem os relatos: a dor da separação, a aprendizagem durante a vivência em terras estrangeiras e a esperança de reencontro sem ressentimentos.

Além disso, ambos os trechos revelam uma reflexão sobre o tempo: enquanto o exílio parece congelar os afetos e criar uma lacuna temporal na vida dos exilados, o país segue em transformação. Essa dissonância temporal contribui para a ansiedade e insegurança em relação ao retorno, uma temática recorrente nas narrativas de exilados em diversas partes do mundo. Por fim, a escolha de um tom otimista – ainda que permeado de dúvidas e receios – sublinha a capacidade de resiliência das

exiladas e sua intenção de reintegração ao país de origem, transformando o sofrimento da ausência em uma força propulsora para um novo capítulo de vida.

O não pertencimento no regresso, principalmente para aqueles que partem jovens, é outro tema que aparece, desta vez na fala de Fátima Freire Dowbor, filha de Elza e Paulo Freire:

O que sinto em tudo isso, às vezes pergunto... dentro de mim sei que sou brasileira, ou seja, culturalmente sou brasileira, mas às vezes digo, será mesmo? Eu voltando lá sou aquilo mesmo? Será? Não sei, o meu medo de voltar pro Brasil é de ver que você sai e você volta e talvez não seja ali o seu lugar, é de me sentir estrangeira no meu próprio país. É esse o problema, a angústia que te dá o exílio, toda a insegurança que te traz, um vazio enorme. Eu tenho raiz em todos os lados por onde andei, mas no fundo me surpreendo sempre a me perguntar: onde é que está a minha raiz? De onde é que eu sou? Então aquela necessidade de voltar pra ver se é dali mesmo que sou, e ao mesmo tempo o medo de voltar e saber que não vai dar, não é? Que já mudei tanto, já me acostumei com tantas outras coisas, com um tipo de vida tão diferente que talvez não me entrose mais lá. É esse o peso maior que sinto. Sinto também que é preciso ver até que ponto a pessoa é capaz de esquecer a realidade que já foi, que tá lá, que não é mais a dela. Se você não vive uma realidade ela não pode ser sua, porque você não tem uma parte ativa. É preciso ver até que ponto você é capaz de superar tudo isso e tratar de fazer a vida, de ter uma vida real no país em que está, tratar de se engajar de qualquer jeito, de viver o cotidiano (Dowbor apud Costa et al., 1980, p. 104).

Fátima expressa uma angústia existencial que é característica daqueles que, ao longo da vida, tiveram que se adaptar a diferentes realidades culturais. O retorno ao Brasil, que deveria simbolizar uma reconexão com a origem e uma sensação de pertencimento, é, para ela, uma fonte de incerteza e medo. A pergunta “será mesmo que sou dali?” ressoa como uma reflexão sobre a desconexão entre a identidade cultural que ela carrega e a realidade do país que deixou para trás. Esse dilema aponta para a transformação inevitável que ocorre durante o exílio: o indivíduo se adapta às novas culturas e é transformado por elas, criando uma ruptura com o passado.

O trecho também destaca o impacto psicológico do exílio, especialmente para aqueles que saíram jovens, quando as noções de identidade ainda estão em formação. A vivência em contextos estrangeiros traz, por um lado, enriquecimento cultural, mas, por outro, alimenta o sentimento de desenraizamento. Fátima reconhece que desenvolveu raízes “em todos os lados por onde andou,” mas essa multiplicidade não resolve a questão fundamental: “de onde é que eu sou?” Esse questionamento sintetiza o dilema identitário da exilada, que se vê presa entre o passado e o presente, sem um lugar que possa chamar verdadeiramente de seu.

A fala também aborda a dificuldade de se reintegrar à realidade brasileira após anos de afastamento. Fátima teme que o Brasil que ela deixou já não seja o mesmo e que ela mesma tenha mudado tanto que o retorno não seja suficiente para restaurar o sentimento de pertencimento.

No entanto, Fátima também aponta para uma solução, ainda que desafiadora: a necessidade de superar as angústias do passado e construir uma vida real no presente, no país em que se está. Essa postura reflete uma resiliência essencial para aqueles que viveram o exílio, indicando que, embora o sentimento de desenraizamento possa ser persistente, há sempre a possibilidade de reconstruir identidades e significados, mesmo em territórios novos ou reconfigurados.

Enquanto isso, sua mãe, Elza Freire testemunha outro sentimento, o da perda de pessoas que ela tinha certeza de que não voltaria mais a ver uma vez que saísse do país, trazendo um contraste dos múltiplos tipos de dor causada pelo exílio.

QUANDO SAÍ, senti realmente que não voltaria mais, de maneira nenhuma. Talvez isso me tivesse dado um certo corte, não pensar mais em volta nem no que tinha deixado. Viver uma outra vida, diferente que tinha passado. Talvez o momento mais duro tenha sido esse. O momento em que eu saí, deixando o meu pai com minha mãe, sabendo que não teria mais oportunidade de vê-los e realmente cortando tudo para enfrentar uma nova vida sem dar a mim mesma o direito de pensar na que havia deixado. Era como se tivesse tido a coragem de dizer: não existe daqui pra cá (Freire apud Costa et al., 1980, p. 200, grifo das autoras).

O testemunho de Elza Freire traz à tona um aspecto singular e doloroso do exílio: a necessidade de romper com o passado, muitas vezes de forma definitiva, para enfrentar uma nova realidade. Sua narrativa reflete o sentimento de perda irreparável, especialmente no que diz respeito às relações familiares que foram deixadas para trás. Ao sair do país, Elza sabia que não teria mais a oportunidade de ver seus pais, o que representa um tipo de despedida que transcende o físico e se torna profundamente emocional e existencial.

Essa ruptura é apresentada como uma decisão consciente de “não pensar mais em volta nem no que tinha deixado”, um mecanismo de defesa necessário para sobreviver à nova vida que o exílio impõe. A decisão de “cortar tudo” demonstra a força emocional requerida para lidar com uma situação tão adversa, evidenciando o peso dessa escolha.

O contraste entre o relato de Elza e o de sua filha Fátima ilustra a multiplicidade de experiências do exílio. Enquanto Fátima lida com a sensação de desenraizamento e o medo de não pertencer mais ao lugar de origem, Elza enfrenta a dor de uma despedida definitiva,

deixar os pais e saber que não mais os veria em vida. Esses diferentes tipos de sofrimento revelam que o exílio não é uma experiência homogênea, mas sim um fenômeno marcado por nuances que variam de acordo com a perspectiva, a idade, e as circunstâncias individuais.

O ato de “não dar a mim mesma o direito de pensar na que havia deixado” também aponta para a complexa relação entre memória e sobrevivência no contexto do exílio. Elza opta por um esquecimento deliberado, não como uma negação do passado, mas como uma forma de se proteger das dores que esse passado inevitavelmente traz.

Já Eny conta um pouco da dificuldade em aprender um novo idioma no exílio por conta de um problema de saúde:

[...] logo que cheguei aqui não tive oportunidade de estudar, tive que ser imediatamente internada porque o meu problema da vista era muito grave e não pude fazer nenhum cursinho nem coisa pelo estilo. Cada seis meses faço uma aplicação de laser pra fortalecer a retina [...] (Eny apud Costa et al., 1980, p. 221).

A saúde debilitada não apenas limitou sua capacidade de estudar e aprender a língua local, mas a colocou em uma situação de vulnerabilidade extra. A necessidade de tratamentos frequentes, como as aplicações de laser e o uso de medicações, adicionou uma camada de complexidade à sua adaptação. Essa realidade contrasta com a expectativa de que o exílio deve ser um momento de recomeço e construção, mostrando que, para muitas pessoas, é um período de luta constante para sobreviver e se ajustar.

Eny demonstra resiliência ao lidar com as limitações impostas pela sua condição de saúde. Apesar das dificuldades, o relato traz uma nota de esperança, expressa na melhoria gradual de sua visão e na redução das aplicações de tratamento. Essa melhoria física parece carregar um simbolismo mais amplo: a possibilidade de recuperação e adaptação mesmo diante de condições adversas.

O trecho também nos leva a refletir sobre a interseção entre o corpo e a experiência do exílio. Enquanto o exílio é frequentemente associado a questões emocionais e políticas, o impacto no corpo, como mostrado por Eny, é uma dimensão igualmente importante. O corpo, nesse caso, torna-se um campo de batalha, carregando as marcas das condições de saúde preexistentes e também das exigências de uma nova realidade que demanda esforço físico e mental constante.

Célia, uma mulher negra, conta como foi sua primeira experiência ao voltar ao Brasil, bem como o que passou ao tentar conseguir um emprego, mesmo tendo mestrado na França, ela sofreu discriminação e teve que se mudar para um país na África para poder trabalhar.

O MEU SONHO ERA VOLTAR. Eu queria voltar porque morria de saudades, de todo mundo, da família. No meu país é que é melhor. Achava que voltando com o mestrado da França seria outra coisa, ia ser vista com outros olhos, teria facilidade de emprego. Dei de cara com uma realidade que era bem outra. Como é que pude ter tanta ilusão, idealizar tanto as coisas? A minha chegada no Rio de Janeiro foi triunfal, por uma coincidência muito grande encontrei no aeroporto o cara que mais tinha me torturado. A minha vontade era pegar o avião e vir embora de novo (Célia apud Costa et al., 1980, p. 255, grifo das autoras).

O testemunho de Célia revela as camadas profundas de frustração, discriminação e desilusão que marcaram sua tentativa de retorno ao Brasil após o exílio. A princípio, sua visão idealizada do país – de um lugar onde poderia recomeçar com dignidade, armada com um mestrado conquistado na França – foi rapidamente confrontada por uma realidade que reafirmava as estruturas de exclusão e racismo que ela esperava superar.

A discriminação enfrentada por Célia, mesmo com uma qualificação acadêmica de prestígio, escancara a interseção entre racismo e misoginia no mercado de trabalho brasileiro. Sua narrativa revela como o racismo estrutural não se limita a aspectos econômicos ou sociais, mas se manifesta de maneira explícita na desvalorização de profissionais negros, independentemente de suas competências. Essa experiência demonstra como a trajetória das exiladas não termina com o retorno à pátria, mas se desdobra em uma nova série de desafios, muitas vezes ligados às mesmas opressões que os levaram ao exílio.

O testemunho também evidencia o impacto psicológico dessa experiência, especialmente no reencontro inesperado com o torturador no aeroporto. Esse encontro não apenas reaviva o trauma da perseguição política, como também simboliza a permanência de um sistema que, ao não responsabilizar seus agentes de repressão, perpetua o sentimento de insegurança e vulnerabilidade entre aqueles que foram alvo da violência. A vontade imediata de partir novamente ilustra o quanto o exílio não é somente uma questão de deslocamento geográfico, mas também emocional, marcado pela constante sensação de não pertencimento.

A fala de Célia reforça a necessidade de repensar o Brasil enquanto espaço de inclusão. Seu sonho de voltar ao país como uma mulher empoderada, com uma bagagem acadêmica e cultural enriquecida pelo exílio, foi frustrado por estruturas de exclusão que permanecem intactas.

Já Ana Maria relata sobre a solidão constante que sentia, mesmo estando cercada dos companheiros, esse era, para ela, o pior sentimento, tendo em vista que o próprio medo já não

fazia mais parte do que ela sentia, “talvez por mecanismos psicológicos eu já nem tivesse medo”.

A coisa que mais me pesava era a solidão, mas uma solidão total, não só porque ficava horas, muitos dias sem falar absolutamente com ninguém, mas também porque tinha que falar o mínimo possível com a maioria das pessoas. Mesmo com os companheiros, eu não podia falar da minha vida pessoal, pelo menos achava que não devia. E cada vez ia sendo mais afastada do meu passado [...] (Ana Maria apud Costa et al., 1980, p. 294).

A solidão, nesse contexto, é uma imposição das circunstâncias. A falta de liberdade para se conectar profundamente com outros indivíduos cria um distanciamento progressivo da própria essência, resultando em uma sensação de desconexão com o próprio passado. Esse afastamento é simbólico da experiência do exílio como um todo: estar longe do lugar de origem é, de certa forma, também estar longe de si mesmo. A perda de vínculos é uma forma de deslocamento interno que se soma ao deslocamento físico.

Ana Maria também menciona que o medo, um sentimento muitas vezes central em situações de repressão, já não fazia mais parte de sua vivência, possivelmente devido a mecanismos de defesa psicológicos. Isso sugere que, em certos casos, a solidão pode se tornar um sentimento mais insuportável do que o próprio medo, pois o medo, ao menos, é uma reação ao perigo externo e imediato, enquanto a solidão é uma angústia constante, uma dor interna que parece não ter fim.

A experiência descrita por Ana Maria é especialmente significativa porque expõe a fragilidade emocional das exiladas, mesmo daqueles que estavam cercados por companheiros de luta. O isolamento emocional que ela sentia ressalta como o exílio, além de ser uma ruptura geográfica e política, é também uma experiência de profunda alienação individual.

Já o depoimento de Arlete revela a profundidade do impacto do exílio sobre o indivíduo, destacando tanto os aspectos destrutivos quanto os elementos transformadores dessa experiência. Ela descreve o exílio como um “pior castigo”, uma vivência que leva à perda progressiva da identidade e do senso de pertencimento. Estar longe do país natal implica um afastamento das raízes culturais, das práticas cotidianas e até mesmo dos sentidos mais simples, como os cheiros e os ritmos diários, que constituem uma parte fundamental da própria identidade.

Ah, o exílio é o pior castigo! Você se sente como que atrofiada, pode falar mas não pode agir, entende? Daí a continuidade de fossas, e você vai se desintegrando, desgarrado de uma realidade brasileira - e do fato de ser

cidadão brasileiro. Você se vê jogado num mundo que não escolheu, está ali num mundo que aceita só a meio termo. O exílio consegue uma coisa: destruir o indivíduo. Pois na sua vivência você vai perdendo as suas coisas, a sua maneira própria de viver o dia, de passar as horas, de sentir os cheiros, de ser você mesma. (...) Mas apesar dos pesares, creio que o exílio nos fez mais resistentes, nos dá uma capacidade grande de crítica e autocrítica, nos situa em relação ao passado. Daí que me atrevo a olhar o futuro com muito otimismo (Arlete apud Costa et al., 1980, p. 311-312).

A sensação de estar “atrofiada” que Arlete menciona remete ao sentimento de impotência diante da impossibilidade de agir politicamente no contexto de luta pelo qual muitas exiladas partiram. No exílio, mesmo que a palavra esteja liberada, a ação direta é limitada ou inviável, gerando uma sensação de frustração e uma desconexão com a realidade brasileira. Esse afastamento força uma ruptura identitária: quem é exilado não é plenamente aceito no país que o acolhe, nem pode viver integralmente como cidadão de seu país de origem. Essa dualidade cria um estado de suspensão, uma existência “a meio termo”, como ela descreve.

No entanto, o testemunho de Arlete também ilumina o lado resiliente do exílio. Apesar das perdas e do desgaste emocional, ela reconhece que a experiência pode levar a uma maior capacidade de crítica e autocrítica. Essa ressignificação do sofrimento como uma oportunidade de aprendizado e fortalecimento é um ponto importante de sua narrativa. O exílio, ao situar o indivíduo em uma posição de distanciamento físico e emocional, permite uma revisão mais ampla do passado e a formulação de novos horizontes para o futuro.

O otimismo com o qual Arlete encerra seu depoimento é especialmente significativo, pois reflete a capacidade humana de transformar dor e adversidade em resistência e esperança. Apesar de descrever o exílio como uma experiência profundamente alienante e destrutiva, ela consegue enxergar uma possibilidade de reconstrução e de olhar para o futuro com coragem. Esse equilíbrio entre a consciência crítica das perdas e a esperança renovada para o que está por vir é um exemplo do poder transformador da resiliência.

Joana contrasta de maneira poderosa duas experiências extremas de repressão e perda de liberdade: a prisão e o exílio. Apesar de serem situações marcadas por sofrimento e privação, Joana oferece uma perspectiva inesperada ao afirmar que a experiência de prisão foi, para ela, mais enriquecedora do que o exílio. Essa declaração, à primeira vista paradoxal, revela as nuances emocionais e psicológicas das diferentes formas de resistência e alienação vividas durante períodos de repressão.

Fiquei presa oito meses, acho que não chegou nem a isso, no entanto a experiência de prisão foi muito mais enriquecedora do que a do exílio. Pode parecer um absurdo o que vou dizer, mas eu me sentia muito mais viva do que me sinto aqui. Porque na prisão, mal ou bem, me sentia agindo. No exílio, a maior parte do tempo me sinto sobrevivendo mesmo, e só. (Joana apud Costa et al., 1980, p.331).

Na prisão, Joana destaca a sensação de estar “viva” e agindo, mesmo em condições de extrema vulnerabilidade. Esse sentimento parece estar relacionado à percepção de que, na prisão, sua luta tinha uma clareza de propósito: ela sabia contra quem estava resistindo e podia identificar o impacto de sua posição política, mesmo sob coerção. A prisão, nesse sentido, pode ser entendida como um espaço de reafirmação de sua identidade política e de solidariedade com outros presos, criando um sentido de pertencimento e de continuidade de sua luta.

Por outro lado, o exílio é descrito como uma experiência marcada pela desconexão e pela passividade. Joana se vê reduzida à “sobrevivência”, sem a mesma clareza de propósito que experimentava na prisão. O exílio, ao deslocá-la fisicamente de seu contexto de resistência, impõe um tipo de morte simbólica: a perda do território, da língua, das relações e do engajamento direto com a luta política. Nesse espaço, a sensação de viver uma vida suspensa, sem ações concretas ou objetivos palpáveis, parece anular a vitalidade que Joana associava à prisão.

Esse contraste ressalta a dimensão subjetiva das experiências de repressão. Enquanto o encarceramento é uma forma direta e visível de violência, o exílio opera de maneira mais sutil, desintegrando lentamente a identidade, o senso de pertencimento e a conexão com a realidade de origem. A fala de Joana expõe o exílio como um processo de sobrevivência em que, frequentemente, o indivíduo sente que perdeu o controle sobre sua vida e sua luta, vivendo em um estado de limbo emocional e político.

A questão do medo do retorno está bem presente no testemunho de Maria Valderez Coelho da Paz. Para ela, o retorno não se limita a um deslocamento físico ou geográfico, mas envolve uma dimensão emocional, psicológica e simbólica, carregada de contradições. A memória do exílio se entrelaça com a memória do país de origem e com a transformação pessoal vivida ao longo do tempo, o que torna o retorno tanto um desejo quanto um temor.

Quando se fala em memórias do exílio, estaria implícita uma volta.... pensar em voltar para o Brasil... é claro que tenho vontade de ir, penso... mas às vezes tenho medo. É um pensar muito dividido. Para mim é uma coisa enorme, maravilhosa e terrível. Essa volta que é e não é geográfica, e que

pode se dar de tantas maneiras diferentes... (Paz apud Costa et al., 1980, p. 351).

Ao mencionar que “essa volta que é e não é geográfica”, Maria Valderez sugere que o exílio cria uma desconexão com o território natal e também com uma versão de si mesma que existia antes de partir. O retorno, nesse sentido, é um processo de reconstrução e de confronto com mudanças que podem ser tanto internas quanto externas. A pessoa que retorna não é mais a mesma que partiu, assim como o país para o qual volta também mudou, seja politicamente, culturalmente ou em termos de relações interpessoais.

A “coisa enorme, maravilhosa e terrível” que Maria Valderez descreve encapsula as emoções conflitantes que o retorno desperta. Por um lado, há o desejo de reencontrar o familiar, o conhecido, e de se reconectar com a cultura, as raízes e as pessoas que foram deixadas. Por outro lado, há o medo da decepção, de não ser mais capaz de se reconhecer no lugar de origem ou de não ser reconhecida por ele. O exílio não apenas distancia fisicamente, ele também altera a percepção de pertencimento, o que pode gerar uma sensação de estranhamento ao retornar.

Além disso, a fala de Maria Valderez ilustra como o exílio transforma o conceito de lar em algo fragmentado e fluido. A exilada carrega pedaços de diferentes lugares, culturas e experiências, o que pode dificultar a reintegração em um único território ou identidade. Esse “pensar dividido” sobre o retorno reflete a luta interna entre a vontade de reviver a conexão com o passado e o medo de enfrentar as rupturas irreparáveis que o tempo e a distância criaram.

O último trecho aqui abordado será o de Emília Viotti da Costa, que revela a sobrecarga emocional e prática enfrentada por mulheres exiladas que se encontram sozinhas com seus filhos em um ambiente completamente novo e desafiador. A experiência do exílio, que já é marcada por perdas, rupturas e recomeços, torna-se ainda mais árdua para mulheres que carregam a responsabilidade de cuidar de seus filhos enquanto enfrentam os próprios desafios de adaptação.

Se a situação da mulher é difícil no seu país de origem, ela fica ainda mais difícil quando a mulher vai para o exílio sozinha com duas crianças. Aí você não é só um profissional em luta com um mundo inteiro novo, mas é também a mãe que tem que ajudar os filhos no difícil processo de adaptação a uma sociedade estranha, para a qual nem ela nem eles estão preparados. Isso quer dizer que todos os problemas que você tinha anteriormente são multiplicados, pelo fato de que você está só, numa sociedade que não conhece, na qual não sabe iniciar seus filhos, onde não tem recursos de espécie alguma e ninguém para ajudar. No Brasil você tem os seus amigos, a

sua família, os empregados. No exílio tudo isso falta. Você está só com os seus problemas. (Costa apud Costa et al., 1980, p. 404).

Viotti da Costa destaca como a ausência de uma rede de apoio – composta por familiares, amigos ou até mesmo estruturas que eram comuns no Brasil, como empregados domésticos – amplifica as dificuldades da mulher exilada. No exílio, a mulher não é apenas uma profissional que precisa construir uma nova identidade em um ambiente desconhecido; ela também é mãe, e essa dimensão materna exige um esforço contínuo para ajudar os filhos a se adaptarem a uma sociedade que nem ela mesma entende completamente.

Essa sobrecarga é emblemática do duplo fardo imposto às mulheres, agravado pelo contexto do exílio. A dificuldade em conciliar a vida profissional, a maternidade e o próprio processo de adaptação reflete as desigualdades de gênero que se manifestam mesmo em situações extremas como o exílio. Enquanto no Brasil a mulher poderia contar com uma estrutura mínima de apoio, no exterior, essa rede desaparece, expondo a exilada a um isolamento ainda maior.

A fala de Viotti também aponta para uma dimensão psicológica importante: o sentimento de solidão. A mulher exilada, além de enfrentar a distância física do país de origem, lida com a sensação de estar desamparada em um espaço onde não existem laços sociais estabelecidos. Esse isolamento pode gerar insegurança e intensificar a sensação de vulnerabilidade, especialmente no papel de mãe, que exige força e estabilidade para ajudar os filhos em um momento de transição tão significativo.

O livro, bem como o diálogo com ele, encerra com o poema “Horizonte Brasileiro”, escrito por uma menina de oito anos, filha de exilados. Ela poderia até não entender os porquês do exílio, mas as dimensões do que era ser exilado estão presentes na página abaixo:

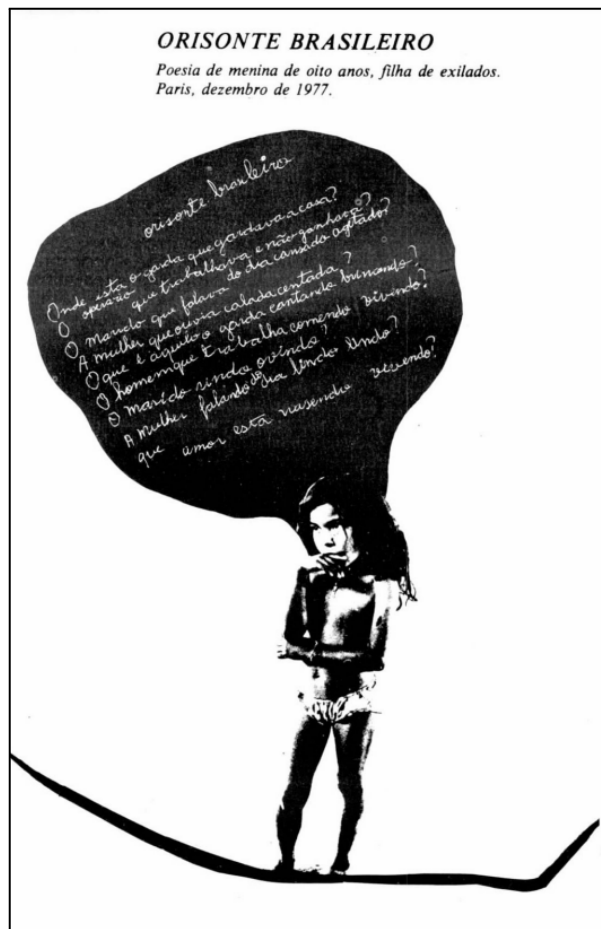


Figura 6: Poema “Orizonte Brasileiro” e sua ilustração⁷¹

orizonte brasileiro

Onde esta o garda que guardava a casa?
 O operario que trabalhava e não ganhava?
 O marido que falava do dia cansado agitado?
 A mulher que ouvia calada centada?
 O que é aquilo o garda cantando brincando?
 O homem que trabalha comendo vivendo?
 O marido rindo ouvindo?
 A mulher falando do dia lindo lindo?
 que amor esta nascendo vivendo? (apud Costa et al., 1980, p. 404).

O poema “Orizonte Brasileiro” demonstra, em sua simplicidade e delicadeza, as profundas contradições do exílio e os anseios de uma criança por um lar que ela idealiza a partir de fragmentos de memória, sonhos e esperança. Apesar da linguagem ingênua e das eventuais “falhas” gramaticais – que reforçam o caráter genuíno e infantil da composição –, o texto revela uma reflexão sensível sobre ausência, transformação e pertencimento.

⁷¹ Presente no livro *Memórias das mulheres do exílio*, 1980, p. 440.

Os versos traçam um contraste entre dois mundos: o do Brasil que ficou para trás, marcado pela repressão, pelo trabalho exaustivo e pelas relações silenciadas, e o de uma possível utopia, onde reina a leveza, o riso e a harmonia. A repetição dos papéis sociais – o guarda, o operário, o marido e a mulher – evidencia tanto uma saudade do cotidiano perdido quanto um desejo de reimaginar essas figuras sob uma nova perspectiva, em que liberdade e alegria sejam possíveis.

A presença do passado e do futuro no poema é marcada por uma tensão entre memória e esperança. O poema não apenas revisita cenas do cotidiano anterior ao exílio, mas também projeta um futuro idealizado, no qual as relações humanas se transformam. O guarda, o operário, o marido e a mulher deixam de ocupar os papéis rígidos e opressivos do passado e passam a se mover em um cenário onde há leveza, alegria e reciprocidade.

Esse futuro ideal aparece como uma ruptura com a dureza do passado. O guarda, antes um símbolo de vigilância e repressão, agora canta e brinca. O operário, que antes trabalhava e não ganhava, agora é alguém que trabalha comendo e vivendo, destacando um desejo de justiça e dignidade. Até mesmo as dinâmicas de gênero são reimaginadas: o marido, que antes estava cansado, agitado, agora ri e ouve, enquanto a mulher, antes calada sentada, se expressa e fala de um dia “lindo lindo”.

A transição do passado opressor para um futuro pleno de possibilidades mostra o papel da imaginação na superação do trauma do exílio. A criança que escreveu o poema projeta, talvez inconscientemente, uma sociedade mais justa e harmoniosa, onde o sofrimento é substituído por felicidade compartilhada. O uso de verbos no gerúndio, como cantando, brincando, vivendo e nascendo também reforça essa ideia de continuidade e transformação, como se o futuro estivesse sendo construído no presente.

O poema aponta, ainda, para a capacidade de resiliência e criação simbólica que caracteriza a infância, mesmo em contextos adversos como o exílio. A criança, em sua percepção única, capta tanto os ecos de uma realidade dura quanto a possibilidade de um futuro transformado, “nascendo e vivendo”. Ao expressar seu olhar sobre o “horizonte brasileiro”, ela nos lembra que, mesmo diante da distância e da perda, há espaço para a imaginação e a esperança.

Memórias das mulheres do exílio é, sem dúvida, uma obra essencial para a compreensão das múltiplas dimensões do exílio de mulheres durante a ditadura militar no Brasil. Os depoimentos reunidos no livro expõem as dores e perdas enfrentadas por essas mulheres, bem como ressaltam sua força, resiliência e capacidade de se reinventar diante de circunstâncias adversas.

A obra revela como o exílio foi vivenciado de forma singular pelas mulheres, sendo atravessado por questões de gênero que amplificaram os desafios impostos. Seja pela dupla jornada de cuidado com filhos e família, pela solidão no enfrentamento de uma cultura estrangeira ou pela discriminação enfrentada ao retornar ao Brasil, essas experiências são marcadas por camadas de complexidade que tornam suas narrativas ainda mais valiosas.

Além disso, o livro destaca a importância do testemunho como ferramenta de preservação da memória histórica. Ao compartilhar suas histórias, essas mulheres desafiaram o esquecimento e ampliaram o entendimento sobre o impacto das ditaduras na vida das pessoas comuns.

Por fim, o livro nos ensina que as narrativas de autoria feminina são fundamentais para uma compreensão mais ampla e humanizada da história. Elas iluminam aspectos negligenciados pela historiografia tradicional, desafiando o apagamento e reafirmando a centralidade das mulheres em processos de resistência e transformação social. Essa coletânea é, portanto, um marco na luta contra o silenciamento e na construção de uma memória coletiva que inclui, reconhece e celebra as vozes das mulheres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

São exiladas as perseguidas, as punidas, as presas e torturadas. São exiladas as que sofreram perseguições indiretas. Esposas, mães, filhas e amantes. São exiladas as que perderam suas condições de trabalho, também aquelas que não puderam suportar o sufoco numa sociedade onde a ditadura desenvolveu e potencializou tantas formas de opressão. E ainda aquelas que teimaram em ser livres onde as liberdades estavam cerceadas.

(Costa et al., 1980, p. 18)

Dentre tantas coisas ditas e tanto a se dizer, selecionar trechos, testemunhos e histórias não é tarefa simples. Cada linha carrega um peso único, uma experiência irrepetível, um fragmento indispensável de memória. A vontade de transcrever e dialogar com cada palavra é imensa, como se pudéssemos capturar toda a profundidade dessas vivências. Contudo, vivemos em tempos marcados pela rapidez, pela busca incessante pelo imediato, em que a sociedade parece exigir sínteses e respostas rápidas.

Nesse contexto, o desafio é equilibrar o respeito à densidade e à complexidade dos relatos com a necessidade de apresentar um diálogo acessível e objetivo. Trata-se de um ato de curadoria cuidadosa, onde cada escolha carrega a responsabilidade de preservar a essência do que foi dito, de honrar as vozes que tanto lutaram para resistir ao apagamento. Assim, mesmo que não se possa transcrever cada linha, busca-se transmitir o espírito das narrativas, para que elas continuem ecoando, mesmo em um mundo que pede por brevidade.

Em *You can't drown the fire*, o foco recaiu sobre a escolha de uma experiência representativa em cada país selecionado, oferecendo uma visão ampla e diversificada das vivências de mulheres no exílio em diferentes contextos nacionais. Já em *Memórias das mulheres do exílio*, a abordagem é distinta: a ênfase recai sobre histórias de muitas mulheres conhecidas e também sobre as não tão conhecidas assim, dando voz àquelas cujas trajetórias em geral permanecem à margem da historiografia oficial.

Isso reforça o compromisso em evidenciar experiências menos reconhecidas, ampliando o escopo dos testemunhos e permitindo que outras vozes ocupem espaço de protagonismo. Tal escolha reflete a intenção de democratizar a memória e ressaltar que o exílio não foi vivenciado apenas por figuras célebres, mas também por inúmeras mulheres cuja resistência merece ser igualmente lembrada.

Com isso em mente, algumas outras perguntas se fazem latentes: quantas dessas mulheres eram negras ou indígenas? Qual a classe social delas? Alice, em *Memórias das mulheres do exílio*, relata que: “No Brasil, éramos elite, classe A, com um padrão de vida elevadíssimo” (Costa et al., 1980, p. 86). Emília Viotti da Costa também alega que tinha empregados (Costa et al., 1980, p. 404), dentre outras indicações de que a maioria era pelo menos de classe média.

Já sobre as mulheres não-brancas, há o relato de Célia que deixa bem claro que é negra. Porém, há uma ausência de dados específicos sobre pessoas não-brancas, como povos originários e negros, o que reflete um apagamento histórico recorrente, que perpetua a invisibilidade dessas populações nas narrativas oficiais e na memória coletiva. No caso dos povos originários, é importante lembrar que eles sequer eram considerados cidadãos brasileiros até a Constituição de 1988, o que evidencia a exclusão histórica de seus direitos e vozes nas discussões políticas e sociais do país.

A ditadura, em seu sentido mais básico, é um regime autoritário em que o poder é centralizado e mantido por meio da repressão, violência e supressão das liberdades individuais e coletivas, limitando direitos políticos, censurando a imprensa, promovendo perseguições ideológicas e utilizando-se do aparato militar para manter o controle, tendo se aproveitado dessa exclusão para perseguir e cometer genocídios sem que isso ficasse registrado em nenhum tipo de documento oficial.

Esse apagamento negligencia a participação ativa dessas mulheres no enfrentamento das opressões e impede uma compreensão mais ampla e diversa do impacto do exílio. A ausência de suas histórias reforça a necessidade de uma abordagem interseccional que contemple as especificidades de raça, classe e etnia, elementos que moldam profundamente as experiências de resistência e sobrevivência durante regimes de repressão.

Para avançar na construção de uma memória histórica mais inclusiva, é imprescindível buscar e valorizar relatos que tragam as perspectivas de mulheres indígenas e negras, reconhecendo suas contribuições fundamentais na luta contra as ditaduras e na defesa dos direitos humanos. O silêncio em torno dessas vivências é um alerta sobre o quanto ainda precisamos caminhar para assegurar que as vozes sejam ouvidas e registradas.

Em *You Can't Drown the Fire*, observa-se que grande parte dos perseguidos e afetados pelas ditaduras na América Latina eram os nativos da região, cujas lutas estavam profundamente conectadas à defesa de seus direitos e à busca por justiça social. Essas populações, compostas por indígenas, camponeses, trabalhadores rurais e lideranças comunitárias, frequentemente ocupavam a linha de frente nas disputas contra o autoritarismo,

enfrentando perseguições devido à sua resistência e à luta por uma redistribuição equitativa de terras, recursos e direitos fundamentais.

A obra evidencia como essas pessoas eram alvos preferenciais dos regimes ditatoriais, que viam suas demandas por igualdade como ameaças ao status quo. Mais do que vítimas, esses grupos foram protagonistas de movimentos de resistência, enfrentando a repressão estatal com coragem e determinação, mesmo diante de prisões, exílios e desaparecimentos forçados.

Ao dar destaque a essas histórias, *You Can't Drown the Fire* contribui para dismantelar as narrativas hegemônicas que frequentemente desconsideram o papel crucial dos povos nativos e marginalizados na luta por democracia e justiça. Essa abordagem reforça a importância de ampliar os registros históricos para incluir as vozes daqueles que, apesar de sistematicamente silenciados, moldaram os caminhos de resistência e transformação em seus países.

Ao finalizar, espera-se que a análise tenha alcançado uma compreensão abrangente das quatro fronteiras que o exílio impõe, cada uma delas revelando complexidades únicas e interconectadas na experiência dos exilados, especialmente das mulheres. Essas fronteiras definem o espaço físico do exílio, e delineiam os desafios internos e externos enfrentados por aqueles que foram forçados a se deslocar devido à repressão política e ao autoritarismo.

São elas:

- **Fronteira geográfica:**

A mudança física para outro país implica a transição para um novo espaço, em que a adaptação não se limita apenas ao aprendizado de uma nova língua ou à reconfiguração das condições de vida, mas envolve também o enfrentamento do sentimento de deslocamento e da perda de um lar. Essa fronteira reflete a dor da separação e o constante questionamento de pertencimento, como evidenciado nas narrativas de mulheres que, ao voltar ao Brasil ou em sua vida no exílio, sentem que algo intransponível foi alterado;

- **Fronteira do discurso e gênero:**

O exílio feminino expõe de forma contundente as intersecções entre os papéis de gênero e as possibilidades de expressão. As mulheres exiladas enfrentam não apenas os desafios políticos do deslocamento forçado, mas também devem negociar e redefinir suas identidades de gênero em contextos opressores e desconhecidos. O testemunho e a escrita tornam-se instrumentos de resistência, desafiando o

silenciamento e a invisibilidade histórica. Essa fronteira, portanto, revela a potência da voz feminina como forma de afirmação da memória e denúncia das violências sofridas;

- **Fronteira entre sanidade e loucura:**

A pressão psicológica, o medo constante, o trauma da tortura e a perda de vínculos afetivos e culturais criam fissuras profundas na constituição da identidade. A sanidade, nesses contextos, é constantemente colocada à prova, e o exílio, especialmente para as mulheres, pode ser vivido como um espaço de alienação emocional e psicológica. Essa fronteira evidencia o custo subjetivo do exílio, em que a saúde mental é fragilizada pela solidão, pela insegurança e pelo luto de um mundo que foi deixado para trás;

- **Fronteira entre memória e esquecimento:**

O exílio instaura uma tensão constante entre lembrar e esquecer. Enquanto muitas mulheres se apegam à memória como forma de resistência, o trauma vivido pode impulsionar a busca pelo esquecimento como estratégia de sobrevivência. No entanto, o testemunho – oral ou escrito – emerge como uma ferramenta fundamental para reapropriar-se da própria história, desafiando o apagamento das experiências vividas. A memória torna-se, assim, um território de luta contra o silenciamento e um instrumento vital para a reconstrução coletiva do passado;

- **Fronteira política e ideológica:**

O exílio é, acima de tudo, uma consequência da repressão política. As mulheres exiladas carregam consigo ideais, lutas e utopias que muitas vezes foram interrompidas brutalmente. Essa fronteira reflete os embates entre diferentes visões de mundo e projetos de sociedade, revelando as contradições e desafios de manter a militância e os compromissos ideológicos mesmo longe de casa. O exílio também exige a reconfiguração dessas convicções diante de novas realidades, transformando-se num espaço de reflexão crítica, resistência e reinvenção política;

- **Fronteira linguística e cultural:**

A barreira do idioma e o choque com novas culturas colocam em xeque a identidade dos exilados. A língua é mais que um instrumento de comunicação: ela é memória, pertencimento e forma de habitar o mundo. Para as mulheres, essa fronteira se soma às exigências do cotidiano, da maternidade e da inserção em contextos sociais e profissionais desconhecidos. Lidar com uma nova língua e com hábitos diferentes exige esforço, resiliência e, muitas vezes, o risco de perder parte de si. Essa fronteira

revela, portanto, a complexidade da adaptação e a importância de preservar os laços culturais como forma de resistência.

Essas seis fronteiras, ao serem analisadas juntas, revelam como o exílio não é apenas um deslocamento físico, mas uma transformação profunda do ser, que envolve deslocamentos internos, identidades fluidas e a constante reconfiguração de pertencimentos, seja no espaço geográfico, no discurso, na saúde mental ou na memória. As mulheres exiladas, ao compartilhar suas histórias, resignificaram suas próprias trajetórias e forneceram uma chave para compreender as complexas dinâmicas de poder, gênero e resistência no contexto do exílio político.

Assim, a esperança de que essa seja uma abertura para que mais pessoas possam conhecer as vozes das mulheres aqui presentes e aquelas que não tiveram a chance de serem citadas. Como afirma Alicia Partnoy:

Many torches should be added to the thirty-five that burn so brightly in this anthology. That will be done tomorrow. For today, we must not miss the warmth, the energy, the arresting beauty of these fires. We must add our strength to the fires that comfort thousands at refugee camps, to these flames that burn injustice, these torches that cast our shadows on the walls of history⁷² (Partnoy, 1988, p. 15)

Ao falar sobre a multiplicação dessas tochas, Partnoy reforça a ideia de continuidade da resistência, uma resistência coletiva que vai além dos limites do exílio e das fronteiras geográficas. As mulheres que, ao longo dos anos, se mantiveram firmes diante das adversidades do exílio, da repressão e do silenciamento, tornaram-se faróis de uma luta incansável por justiça, por memória e por dignidade. As suas histórias, por mais que pareçam fragmentadas ou isoladas, estão conectadas por uma luta comum – a de transformar o sofrimento e a perda em um testemunho marcante.

Que cada testemunho aqui registrado reverbere nos corações e mentes das futuras gerações, para que a memória das lutas e dos sofrimentos não seja apagada, e sim transformada em uma força contínua de resistência. Que a coragem dessas mulheres inspire outras a levantar suas vozes contra as injustiças, a violência e o silenciamento, e que, finalmente, possamos construir uma história mais justa, que reconheça a diversidade e a

⁷² “Muitas tochas deveriam ser acrescentadas às trinta e cinco que brilham tão intensamente nesta antologia. Isso será feito amanhã. Por hoje, não devemos perder o calor, a energia, a beleza cativante destes fogos. Devemos somar a nossa força ao fogo que conforta milhares de pessoas nos campos de refugiados, a estas chamas que queimam a injustiça, a estas tochas que lançam as nossas sombras nas paredes da história”. (Tradução nossa)

contribuição daqueles que sempre foram invisibilizados. Porque enquanto houver quem se recuse a esquecer, a esperança e a luta continuam acesas, como chamas que iluminam o caminho para um futuro de dignidade, liberdade e igualdade.

Que este trabalho seja um convite para que mais tochas se reúnam a essa, iluminando uma era de trevas que os países latino-americanos passaram, acrescentando volume às vozes das mulheres que por tanto tempo foram silenciadas, mas que não desistiram e teimaram em seguir resistindo e vivendo.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. Posição do narrador no romance contemporâneo. In: *Notas de literatura I*. São Paulo-SP: Duas Cidades; Ed. 34, 2003, p. 55-63.

ALVES, Branca Moreira Alves; PITANGUY, Jacqueline. *Feminismo no Brasil*: memórias de quem fez acontecer. Rio de Janeiro-RJ: Bazar do tempo, 2022.

ATKINSON, Richard; SHIFFRIN, Richard. Human memory: a proposed system and its control processes. In: BOWER, Gordon (Ed.). *Human memory*: basic processes. New York-USA: Academic Press, 1977.

BAGGIO, Adriana. Mulher e literatura. In: *GV-executivo*. v. 5, n. 2, p. 58-61, 2006.

BETHELL, Leslie. *Historia de América Latina*. Trad. Jordi Beltran. v. 12. Barcelona-España: Crítica, 1997.

BRASIL. Secretaria-Geral. *Biografia Completa de Dilma Vana Rousseff*. Disponível em: <<https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/centrais-de-conteudo/biblioteca-da-pr/galeria-dos-ex-presidentes/dilma-vana-rousseff/biografia-completa/view>>. Acesso em: 25 jun. 2024a.

BRASIL. *Comissão Nacional da Verdade*. Disponível em: <<https://cnv.memoriasreveladas.gov.br/index.php>>. Acesso em: 25 jun. 2024b.

CANDIDO, Evandro Figueiredo. Sonhos por vir: A solidão nos exílios de Herbert Daniel. In: JAECKEL, Volker; POENARU, Lara; ALMEIDA, Marina; BITENCOURT, Viviane. *Literatura do Exílio*. Belo Horizonte-MG: LABED – Laboratório de Edição – FALE/UFGM, 2021, p. 115-132.

CARTA CAPITAL. *Pesquisa mostra que 16% da população mundial não tem religião*. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/pesquisa-mostra-que-16-da-populacao-mundial-nao-tem-religiao/>>. Acesso em: 10 ago. 2024.

CASTRO, Jorge Lara; RODRIGUES, Mônica. Paraguai. In: *Portal Contemporâneo da América Latina e Caribe*. Disponível em: <<https://sites.usp.br/portalatinoamericano/paraguai>>. Acesso em: 15 jun. 2024.

CERVANTES, Miguel de. *Dom Quixote*. São Paulo-SP: Penguin Companhia, 2012.

CHUNGARA, Domitila Barrios de. Two deaths. In.: PARTNOY, Alicia (Ed.). *You can't drown the fire*: Latin American women writing in exile. Pittsburgh-USA: Cleis Press, 1988, p. 39-41.

COLLING, Ana Maria. *Tempos diferentes, discursos iguais*: a construção do corpo feminino na história. Dourados-MS: Ed. UFGD, 2014.

COLÔMBIA. *Comisión de la Verdad*. Disponível em: <<https://www.comisiondelaverdad.co/>>. Acesso em: 25 jun. 2024.

COLOMBO, Sylvia. *Primeira presidente mulher da Bolívia foi de guerrilheira a fantoche dos militares*. Publicado em 13 nov. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/11/primeira-presidente-mulher-da-bolivia-foi-d-e-guerrilheira-a-fantoche-dos-militares.shtml>>. Acesso em: 20 jun. 2024.

CÓRDOVA, Ricardo; TURCIOS, Roberto; MOROTTI, Fernanda Gdynia. El Salvador. In: *Portal Contemporâneo da América Latina e Caribe*. Disponível em: <<https://sites.usp.br/portalatinoamericano/espanol-el-salvador>>. Acesso em: 15 jun. 2024.

COSTA, Albertina de Oliveira; MORAES, Maria Teresa Porciuncula; MARZOLA, Norma; LIMA, Valentina da Rocha (Orgs.). *Memórias das mulheres do exílio*: Depoimentos. Rio de Janeiro-RJ: Paz e Terra, 1980.

CRUZ, Víctor Manuel Moncayo; MOROTTI, Fernanda Gdynia. Colômbia. In: *Portal Contemporâneo da América Latina e Caribe*. Disponível em: <<https://sites.usp.br/portalatinoamericano/espanol-colombia>>. Acesso em: 15 jun. 2024.

DAL MOLIN, Beatriz Helena. O Canto das Sereias: Ritorno da Voz Feminina na Literatura Brasileira. In: *Revista de Literatura, História e Memória*, [S. l.], v. 3, n. 3, p. 35–42, 2000.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 12. ed. São Paulo-SP: Edusp, 2006.

FELMAN, Shoshana; DORI, Laub. *Testimony: Crises of Witnessing in Literature, Psychoanalysis, and History*. New York-USA: Routledge, 1992.

FIGUEIREDO, Eurídice. O exílio. In: *Mulheres contra a ditadura: escrever é (também) uma forma de resistência*. Porto Alegre-RS: Zouk, 2024.

GANDÁSEGUI HIJO, Marco Antonio. Panamá. In: *Portal Contemporâneo da América Latina e Caribe*. Disponível em: <<https://sites.usp.br/portalatinoamericano/panama>>. Acesso em: 15 jun. 2024.

GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo-SP: Companhia das Letras, 2002.

GONÇALVES, Renata. De antigas e velhas loucas: Madres e Mães de maio contra a violência de Estado. In: *Lutas Sociais*, n. 29, 2012, p. 130–143.

HARGAIN, Gerardo Caetano; RODRIGUES, Mônica. Uruguai. In: *Portal Contemporâneo da América Latina e Caribe*. Disponível em: <<https://sites.usp.br/portalatinoamericano/uruguai>>. Acesso em: 15 jun. 2024.

IZQUIERDO, Ivan. *A arte de esquecer: cérebro e memória*. 2.ed. Rio de Janeiro-RJ: Vieira & Lent, 2010.

KRUIJT, Dirk. Military Involvement in Latin American politics. In: *Scientia Militaria*, South African Journal of Military Studies, Stellenbosch, v. 47, n. 1, p. 20-37, 2019. Disponível em: <<https://scientiamilitaria.journals.ac.za/pub/article/view/1264>>. Acesso em: 03 mai. 2024.

KRUIJT, Dirk. The Political Influence of the Latin American Military. In: *Cuadernos del CEDLA*. Working Paper n. 30, out. 2017. Disponível em: <https://www.cedla.nl/_files/ugd/52820e_f156fed16e0c4f56a0c75ac6d089ddf8.pdf?index=true>. Acesso em: 19 mai. 2024.

LEJEUNE, Philippe. O pacto autobiográfico. In: *O pacto autobiográfico: De Rousseau à Internet*. Trad. Jovita Maria Gerheim Noronha e Maria Inês Coimbra Guedes. Belo Horizonte-MG: Editora UFMG, 2008, p. 13-47.

LEXCELLENT, Christian. *Human Memory and Material Memory*. eBook ed. Gewerbestrasse-Switzerland: Springer, 2019.

LINERA, Álvaro Garcia. Bolívia. In: *Portal Contemporâneo da América Latina e Caribe*. Disponível em: <<https://sites.usp.br/portalatinoamericano/espanol-bolivia>>. Acesso em: 15 jun. 2024.

MARTÍNEZ, Ana Guadalupe. Secret prisons of El Salvador. In.: PARTNOY, Alicia (Ed.). *You can't drown the fire: Latin American women writing in exile*. Pittsburgh-USA: Cleis Press, 1988, p. 30-32.

MARTINS, Carlos Eduardo. Venezuela. In: *Portal Contemporâneo da América Latina e Caribe*. Disponível em: <<https://sites.usp.br/portalatinoamericano/venezuela>>. Acesso em: 15 jun. 2024.

MARTINS, Leda Maria. Do tempo espiralar. In: MARTINS, Leda Maria. *Performances do tempo espiralar: poéticas do corpo-tela*. Rio de Janeiro-RJ: Cobogó, 2021, p. 83-89.

MARTINS, Romeu (Org.). Júlia Lopes de Almeida. In: *Medo Mortal: mestres brasileiros da literatura*. Rio de Janeiro-RJ: DarkSide Books, 2019, p.417-419.

MAS, Jorge Rovira; SADER, Emir. Costa Rica. In: *Portal Contemporâneo da América Latina e Caribe*. Disponível em: <<https://sites.usp.br/portalatinoamericano/espanol-costa-rica>>. Acesso em: 15 jun. 2024.

MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DE SP. Dilma Rousseff. Disponível em: <https://memorialdaresistencia.org.br/pessoas/dilma-rousseff/>. Acesso em: 10 jul. 2024.

MEMÓRIAS DA DITADURA. *Mulheres, resistência e repressão*. Disponível em: <https://memoriasdeditadura.org.br/mulheres-resistencia-e-repressao/>. Acesso em: 25 abr. 2024.

MENCHÚ, Rigoberta. Things have happened to me as in a movie. In.: PARTNOY, Alicia (Ed.). *You can't drown the fire: Latin American women writing in exile*. Pittsburgh-USA: Cleis Press, 1988, p. 19-23.

MICHAELIS. *Dicionário brasileiro da língua portuguesa*. v. digital. Online: Editora Melhoramentos, 2024. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/>>. Acesso em: 10 jun. 2024.

MOULIAN, Tomás; SADER, Emir. Chile. In: *Portal Contemporâneo da América Latina e Caribe*. Disponível em: <<https://sites.usp.br/portalatinoamericano/chile>>. Acesso em: 18 jun. 2024.

NEGRI, Verónica de. Dear Lilian. In.: PARTNOY, Alicia (Ed.). *You can't drown the fire: Latin American women writing in exile*. Pittsburgh-USA: Cleis Press, 1988, p. 239-240.

PARTNOY, Alicia (Ed.). *You can't drown the fire: Latin American women writing in exile*. Pittsburgh-USA: Cleis Press, 1988.

PERU. *Comisión de la Verdad y Reconciliación*. Disponível em: <<https://www.cverdad.org.pe/lacomision/nlabor/comisionado.php>>. Acesso em: 25 jun. 2024.

PIRIZ, Clara. Marriage by Pros and Cons. In.: PARTNOY, Alicia (Ed.). *You can't drown the fire: Latin American women writing in exile*. Pittsburgh-USA: Cleis Press, 1988, p. 242-246.

PIZARRO, Ana. Entre narrativas. Historiografia e ficção. In: *O Sul e os trópicos: Ensaios de cultura latino-americana*. Trad. Irene Kallina e Liege Rinaldi. Niterói-RJ: Editora da Universidade Federal Fluminense (EdUFF), 2006, p. 39-43.

PORTAL CONTEMPORÂNEO DA AMÉRICA LATINA E CARIBE. *Brasil*. Disponível em: <<https://sites.usp.br/portalatinoamericano/brasil>>. Acesso em: 17 jun. 2024.

RABÊLO, José Maria; RABÊLO, Thereza. *Diáspora: Os longos caminhos do exílio*. São Paulo-SP: Geração Editorial, 2001.

ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: Entre raízes e radares*. Rio de Janeiro-RJ: Record, 1999.

ROMERO, Ramón. Honduras. In: *Portal Contemporâneo da América Latina e Caribe*. Disponível em: <<https://sites.usp.br/portalatinoamericano/espanol-honduras>>. Acesso em: 15 jun. 2024.

ROSENMAN, Marcos Roitman. *Tiempos de oscuridad: Historia de los golpes de Estado en América Latina*. Madrid-España: Akal, 2013.

SADER, Emir; SEOANE, María. Argentina. In: *Portal Contemporâneo da América Latina e Caribe*. Disponível em: <<https://sites.usp.br/portalatinoamericano/espanol-argentina>>. Acesso em: 15 jun. 2024.

SAID, Edward Wadie. *Reflections on exile and other essays*. London-England: Granta, 2001.

SALGUEIRO, Wilberth. *O que é literatura de testemunho* (e considerações em torno de Graciliano Ramos, Alex Polari e André du Rap). Matraga - Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UERJ, v. 19, n. 31, 2012, p. 284-303.

SELIGMANN-SILVA, Márcio (Org.). História, memória, literatura: O testemunho na era das catástrofes. Campinas-SP: Editora Unicamp, 2003.

SELIGMANN-SILVA, M. Narrar o trauma: A questão dos testemunhos de catástrofes históricas. In: *Psicologia Clínica*. Rio de Janeiro-RJ, v. 20, n. 1, p. 65-82, 2008.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. “Zeugnis” e “Testimonio”: um caso de intraduzibilidade entre conceitos. In: *Pandaemonium germanicum*, v. 6, 2002, p. 67-83.

SOSA, Mercedes. Forced exile. In.: PARTNOY, Alicia (Ed.). *You can't drown the fire: Latin American women writing in exile*. Pittsburgh-USA: Cleis Press, 1988, p. 25-28.

SOTO, Orlando Núñez; RODRIGUES, Mônica. Nicarágua. In: *Portal Contemporâneo da América Latina e Caribe*. Disponível em: <<https://sites.usp.br/portalatinoamericano/nicaragua>>. Acesso em: 15 jun. 2024.

SZNAJDER, Mario; RONIGER, Luis. *The politics of exile in Latin America*. Cambridge-England: Cambridge University Press, 2009.

TELECHEA, María Gravina. Since. In: PARTNOY, Alicia (Ed.). *You can't drown the fire: Latin American women writing in exile*. Pittsburgh-USA: Cleis Press, 1988, p. 203.

TORGA, Miguel. Diário 1. In: ABREU, Caio Fernando. *Estranhos estrangeiros*. São Paulo-SP: Companhia das Letras, 1996, p. 11.

TORRES-RIVAS, Edelberto; MOROTTI, Fernanda Gdynia. Guatemala. In: *Portal Contemporâneo da América Latina e Caribe*. Disponível em: <<https://sites.usp.br/portalatinoamericano/espanol-guatemala>>. Acesso em: 15 jun. 2024.

UNITED STATES ARMY CENTER OF MILITARY HISTORY. Chapter VIII: General military relations with Latin America. In: *Framework of Hemisphere Defense*. Washington, D.C.: United States Army Center of Military History. Disponível em: <https://history.army.mil/books/wwii/Framework/ch08.htm>. Acesso em: 05 mai. 2024.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. *Portal Contemporâneo da América Latina e Caribe*. Disponível em: <<https://sites.usp.br/portalatinoamericano/paises>>. Acesso em: 1 jun. 2024.

URIBE, María Tila. Notes from inside. In: PARTNOY, Alicia (Ed.). *You can't drown the fire: Latin American women writing in exile*. Pittsburgh-USA: Cleis Press, 1988, p. 51-62.

VIÑAR, Marcelo; VIÑAR, Maren. *Exílio e tortura*. Trad. Wladimir Barreto Lisboa. São Paulo-SP: 1992.

WOOLF, Virginia. *Profissões para mulheres e outros artigos feministas*. Porto Alegre-RS: L&PM, 2013.

XAVIER, Elódia. *Que corpo é esse?: o corpo no imaginário feminino*. Rio de Janeiro-RJ: Oficina Raquel, 2021.